

Ucrânia: A Guerra de Putin

Autor: Bruno B. Zero*

«Esta guerra não é nossa, esta guerra não é sua, esta guerra não é a guerra dos recrutas de 20 anos de idade que foram enviados lá. Esta guerra é a guerra de Putin.» (Boris Nemtsov, político dissidente russo, assassinado em 2015)

«As pequenas nações não conhecem a sensação feliz de existir desde sempre e para sempre; todas elas passaram, em um momento ou outro da sua história, pelo vestibulo da morte; sempre confrontadas à arrogância ignorante dos grandes, elas veem a sua existência perpetuamente ameaçada ou questionada.» (Milan Kundera, escritor tcheco)

Índice

Introdução (pag. 1)

1 - Breve histórico do Conflito Russo-Ucraniano (pag. 2)

2 – O « cerco da OTAN » e a insegurança russa (pag. 16)

2.1 Expansão da OTAN: a adesão dos países do Leste europeu, uma política estadunidense equivocada e o descontentamento russo (pag. 16)

2.2 Os dados militares sobre a expansão da OTAN para o Leste (pag. 26)

2.3 Qual é a natureza do « cerco da OTAN »? (pag. 32)

3 - Os neonazistas tomaram conta da Ucrânia? (pag. 36)

3.1 O entretenimento de um mito e a realidade (pag. 36)

3.2 O outro lado da moeda: a extrema direita russa e a guerra na Ucrânia (pag. 46)

4 - As bases da recriação de uma ideologia nacionalista russa (pag. 49)

4.1 Um país devastado que precisava se reerguer (pag. 49)

4.2 Controlar o « hardware » para controlar o « software » (pag. 51)

5 - O Estado russo: passado imperial, Ruskii Mir e eurasianismo (pag. 54)

5.1 A herança imperial e o breve interregno liberal (pag. 54)

5.2 Ruskii Mir: a Rússia não acaba nas suas fronteiras e a religião não pode ser separada do Estado (pag. 58)

* Bruno Bormann Zero é sociólogo, com mestrado na UnB e Doutorado na Université du Québec à Montréal. Participou do movimento estudantil na UnB, anos 70.

5.3 Eurasianismo: uma ideologia imperial e seu profeta maior (pag. 67)

6 - Políticas públicas na Rússia de Putin (pag. 80)

6.1 A nova geopolítica russa: eurasianismo, um « antiatlanticismo » exacerbado e um belicismo inédito após 1945 (pag. 80)

6.2 Uma democracia de fachada (pag. 85)

6.2.1 As bases ideológicas do iliberalismo russo (pag. 85)

6.2.2 A prática do autoritarismo conservador (pag. 94)

6.3 A Ucrânia é um « país de mentirinha »! (pag. 103)

7 – Explicações para a guerra na Ucrânia (pag. 111)

7.1 As deficiências das análises realistas (pag. 111)

7.2 O problema do alinhamento da esquerda com o realismo (pag. 121)

8 – Algumas conclusões (pag. 131)

8.1 Uma guerra com consequências e significados profundos (pag. 131)

8.2 A guerra e as esquerdas num mundo globalizado (pag. 135)

9 – Referências bibliográficas e documentais (pag. 141)

9.1 Livros e artigos (pag. 141)

9.2 Fontes documentais e jornais (pag. 145)

* Bruno Bormann Zero é sociólogo, com mestrado na UnB e Doutorado na Université du Québec à Montréal. Participou do movimento estudantil na UnB, anos 70.

Introdução

As discussões que tivemos sobre a guerra na Ucrânia no nosso grupo de WhatsApp me compeliram a escrever este texto. O faço porque considero importante aprofundar mais um debate sobre um assunto que está mais próximo de nós do que pensamos. Essa proximidade não decorre somente do fato de que os desdobramentos dessa guerra afetam o mundo inteiro, mas também porque há questões ideológicas, políticas e teóricas que surgiram explicita ou tacitamente no bojo dessas discussões, as quais, pelo menos ao meu ver, mereceriam um exame mais detalhado. Como textos de WhatsApp são na maioria das vezes curtos e sem referências bibliográficas, resolvi então alinhar algumas ideias que tenho neste formato.

Se não me falha a memória, nos textos que trocamos duas visões distintas sobre as causas da guerra se chocaram. Uma, defendida por mim, que identificava a natureza ideológica e política do atual regime russo como motor principal da guerra e uma outra, defendida ou apoiada pela maioria dos participantes, que afirmava o oposto. Isto é, em vez de ver o governo russo como o responsável pelas hostilidades, identificava os Estados Unidos e a OTAN como os instigadores, pelo menos indiretos, do conflito. Nessa última visão dois elementos explicativos se sobressaíam. O primeiro elemento seria o cerco à Rússia através da expansão para o leste da OTAN, promovida após o colapso da União Soviética, o que colocaria em sério risco a segurança desse país, sobretudo com a possível instalação de mísseis atômicos nos novos países-membros. O segundo elemento que consegui identificar seria a presença de grupos neonazistas na Ucrânia, a forte influência destes grupos dentro do Estado ucraniano e a violenta perseguição promovidas que eles teriam promovido contra a população russofona do Dombas.

Neste texto, eu tentei, inicialmente, examinar os fundamentos dessas duas « hipóteses » que afirmam um estopim externo para o início da guerra e, posteriormente, fiz um esforço para descrever a gênese da ideologia que parece habitar hoje o Kremlin, como ela foi forjada após o vácuo deixado pela debacle soviética e como a sua lógica interna constitui, a meu ver, o elemento explicativo mais convincente para a invasão da Ucrânia. Mas ainda, à medida que o tempo passou e este trabalho avançou, me vi obrigado a adentrar em discussões teóricas e políticas que não estavam programadas para poder dar lastro às minhas argumentações. Por isso mesmo, o texto se avolumou muito, mas acredito que essas discussões foram necessárias não só para a compreensão da guerra na Ucrânia e da natureza do regime que domina o Kremlin hoje, como também para entender as diferentes posturas da esquerda face a esse conflito.

Este texto foi escrito de maneira fragmentada ao longo do tempo, com longos períodos de inatividade entrecortados com períodos de atividade, o que muito contribuiu para que o resultado final seja um tanto quanto errático e repetitivo. Estilisticamente, eu o descreveria como um ornitorrinco, pois trata-se de um estranho meio termo entre um texto acadêmico e uma postagem de internet. Do texto acadêmico ele retém as referências bibliográficas e documentais que lhe dão sustentação e da postagem de internet ele usa a linguagem informal e direta, caracterizada pelo uso do « eu » ao invés do « nós ». Erros, certamente há muitos, tanto gramaticais como outros, inclusive porque todas as citações foram traduzidas por mim mesmo. Sobretudo, este texto, como qualquer texto de análise social e política, é formado por uma visão de mundo e por valores que podem não ser compartilhados por alguns. Porém, eu não poderia abrir mão da visão de mundo e dos valores que formataram de forma mais profunda este trabalho, que são aqueles que privilegiam a democracia, os direitos humanos, a inclusão social e o humanismo como elementos civilizatórios indispensáveis para qualquer sociedade que se queira livre e justa.

1 - Breve histórico do Conflito Russo-Ucraniano

No dia 24 de agosto de 1991 o Soviete Supremo (parlamento) da Ucrânia aprovou por 329 votos contra apenas 2 o Ato de Declaração da Independência da Ucrânia. Naquele momento uma tentativa de golpe contra o então presidente da União Soviética, Andrei Gorbatchov, estava em andamento. Comunistas inconformados com as reformas políticas liberalizantes de Gorbatchov almejavam a restauração do poder centralizado no Comitê Central do Partido Comunista Soviético. A publicação e assinatura desse ato teria sido motivada pela necessidade sentida pelo governo ucraniano de se distanciar desse golpe, isolar os seus líderes e afirmar a soberania da Ucrânia face a esse ensaio de recuo político em direção ao autoritarismo anterior. No bojo desse ato, conclamou-se um referendo nacional a fim de confirmá-lo pela população ucraniana.

No dia primeiro de dezembro do mesmo ano realizou-se o referendo sobre o Ato de Declaração da Independência da Ucrânia. Os resultados desse referendo confirmaram o apoio esmagador da população da Ucrânia à independência do país. O referendo contou com a participação de 84,18% do eleitorado ucraniano e a opção « sim » obteve 92,26% dos votos, contra apenas 7,74 de votos para o « não ». Apesar das variações regionais, o voto pelo « sim » obteve a maioria absoluta em todos os « oblasts » (províncias) da Ucrânia, inclusive no Dombas (80-85%) e na

Crimeia (54,19%). Até mesmo na cidade de Sebastopol, sede da frota soviética do Mar Negro, 57, 07% da população local optou pelo « sim ».

No dia 8 de fevereiro de 1994, a Ucrânia tornou-se membro do programa *Partnership for Peace* na OTAN. Esse programa foi criado após o fim da Guerra Fria e visa, segundo a OTAN, construir laços de confiança entre essa organização e os países do leste europeu e as ex-republicas soviéticas. Não só a Ucrânia, como também países como o Cazaquistão, o Uzbequistão e a própria Rússia também ingressaram nele.

Em dezembro de 1994, Rússia, Estados Unidos, Reino Unido e Ucrânia assinaram o Memorando de Budapeste, que oferecia garantias de segurança à Ucrânia em troca de sua adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear. Em resumo, a Ucrânia renunciava ao grande estoque de armas nucleares em seu território, mas colhia a garantia da plena aceitação de sua soberania e de sua integridade territorial. Desta forma, o texto do memorando confirmava, entre outras coisas, que:

A Federação Russa, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América reafirmam o seu compromisso com a Ucrânia [...] de respeitar a independência, a soberania e as fronteiras existentes da Ucrânia.

A Federação Russa, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América reafirmam a sua obrigação de se abster de ameaçar ou de utilizar a força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia e que nenhuma de suas armas será jamais usada contra a Ucrânia, exceto em defesa própria ou de acordo com a Carta das Nações Unidas.¹

Em 1996, o Parlamento da Ucrânia aprovou uma nova constituição. No Artigo 10, essa nova constituição estabeleceu o Ucrâniano como única língua oficial do país. Porém, no mesmo artigo, garantiu o desenvolvimento livre e a proteção ao russo e às outras línguas minoritárias da Ucrânia.

No dia 31 de maio de 1997 foi assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Ucrânia e a Federação Russa. Esse acordo fixava as obrigações das partes contratantes no que diz respeito aos direitos dos ucranianos na Rússia e os direitos dos russos na Ucrânia, além de obrigá-las ao mútuo respeito da integralidade e da inviolabilidade de seus respectivos territórios. Assim, o texto do tratado afirmava que:

1 Fonte: <https://treaties.un.org/>, minha ênfase

As Partes Contratantes asseguram a defesa dos particularismos éticos, culturais, linguísticos e religiosos das minorias nacionais no seu território, e criam as condições próprias para encorajá-los.

As Partes Contratantes, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas e com o Ato Final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, respeitam mutuamente suas integridades territoriais e confirmam a inviolabilidade de suas fronteiras comuns.²

Em 24 de dezembro de 2003, foi assinado o Acordo entre a Federação Russa e a Ucrânia sobre a Cooperação e o Uso do Mar de Azov e o Estreito de Kerch, através do qual as duas partes se comprometiam a liberdade de navegação de navios comerciais e militares nessas águas.

Entre novembro de 2004 e julho de 2005, ocorreu a chamada « Revolução Laranja » na Ucrânia. Ela foi motivada pela percepção de que teria havido uma fraude eleitoral nas eleições presidenciais de 2004, mais especificamente no seu segundo turno, quando o candidato nacionalista, Viktor Yushchenko, enfrentou o candidato pró-russo, Viktor Yanukovich, que teria sido favorecido pela fraude. Os manifestantes que participaram dos extensos protestos que se seguiram ao anúncio dos resultados das eleições adotaram a cor laranja como tema visual, daí o nome dessa « revolução ». Esses protestos foram bem-sucedidos e a Corte Suprema da Ucrânia ordenou a realização de um novo segundo turno, que resultou da vitória de Yushchenko por 52% dos votos contra os 45% dados a Yanukovich.

A « Revolução Laranja » é considerada por alguns observadores da Ucrânia como um acontecimento histórico que marca o começo de um movimento divergente profundo entre a Ucrânia e a Rússia, com a primeira caminhando para uma integração com a Europa e em direção à consolidação de instituições democráticas, enquanto a segunda começou a fechar-se cada vez mais sobre si mesma e seu passado, *pari passo* com a construção de um regime cada vez mais autocrático e autoritário.³

A marca dessa divergência poderia ser vista na reação russa a essa « revolução ». Apenas algumas semanas depois da « Revolução Laranja », o governo Putin começou a encorajar os russos a ostentarem fitas negras e laranjas, uma referência a São Jorge e uma maneira de homenagear a vitória da União Soviética na Segunda Guerra Mundial, numa clara resposta nacionalista e nostálgica a essa « revolução ». Dataria também dessa época o começo da perseguição às ONGs ativas dentro

² Fonte: <https://treaties.un.org/>, minha ênfase

³ Fonte: Dickinson, Peter, 2020 – *How Ukraine's Orange Revolution shaped twenty-first century geopolitics* – <https://www.atlanticcouncil.org>

da sociedade russa e com laços internacionais, que passaram a ser vistas como perigosos « agentes estrangeiros». Enfim, pode-se dizer que a partir desse evento histórico as relações entre a Rússia e o « Ocidente » começaram a se deteriorar rapidamente, com a Rússia adotando um tom cada vez mais beligerante vis-à-vis os Estados Unidos e a Europa, motivado em parte pelo medo da possibilidade do êxito de uma « revolução colorida » apoiada pelo Ocidente dentro da própria Rússia.⁴

No dia 8 de novembro de 2004, o parlamento ucraniano aprovou várias emendas à Constituição de 1996. Essas emendas diminuíram o poder do Presidente e aumentaram o poder do Primeiro-Ministro, dando uma guinada parlamentarista ao Estado Ucraniano.

Em agosto de 2009, Dimitri Medvedev, Presidente da Federação Russa à época, assinou uma lei que autoriza o envio de tropas russas a países estrangeiros com o objetivo de « proteger os cidadãos da Federação Russa» no exterior. Esta lei abriu o caminho para a legitimação interna de intervenções armadas nos países limítrofes da Rússia que contam com populações russofonas, que é o caso de todos os países europeus ex-membros da União Soviética.

Em julho de 2012, o parlamento ucraniano votou uma nova lei sobre as línguas faladas na Ucrânia, a qual considerava o Russo e outras línguas minoritárias como « línguas regionais ». A oposição protestou vigorosamente contra essa lei por considerar que a mesma enfraqueceria o ucraniano no país.

Em novembro de 2013, teve início a chamada Revolução da Dignidade, ou Revolução Ucraniana de 2014 (ou Euromaidan). Ela começou com protestos massivos contra a decisão do então presidente pró-russo, Viktor Yanukovich, de abandonar um acordo de livre-comércio com a União Europeia em preferência por laços comerciais mais estreitos com a Rússia. Além disto, os manifestantes protestavam também contra a corrupção, a influência dos oligarcas na política, a brutalidade policial e as violações de direitos humanos no país. Os protestos se concentraram na Praça da Independência em Kiev (Praça Maiden) e terminaram, depois de muita violência, com a fuga de Yanukovich para a Rússia, fato que, obviamente, desagradou profundamente o Governo Putin.

Em fevereiro e março de 2014, a Rússia tomou a Crimeia e subsequentemente a anexou oficialmente ao seu território, em flagrante desrespeito ao acordado no Memorando de Budapeste (e também ao Tratado de Amizade de 1997). Quando o Governo da Ucrânia protestou contra a invasão e lembrou os compromissos assumidos pela Rússia no referido memorando, a resposta do governo russo, na voz do seu Ministro das Relações Exteriores, Serei Lavrov, foi que: « as garantias de

⁴ Ibid.

segurança foram dadas ao governo legítimo da Ucrânia, mas não às forças que tomaram o poder seguidamente ao golpe de Estado [de Maidan]». Isto significa dizer que, após a queda do governo pró-russo de Yanukovych, a Rússia passou a não mais reconhecer a soberania ucraniana como estabelecido no Memorando de Budapest. Assim, de fato, para o Governo de Vladimir Putin, a partir de 2014, a Ucrânia passou a ser um não-Estado, um não-país, um país de mentirinha suscetível ao domínio, à conquista e até mesmo à anexação.

Após a invasão, o Governo Russo organizou um referendo sobre a união da Crimeia à Rússia, o qual resultou em incríveis 97% respondendo favoravelmente a essa opção. A realização e o resultado desse referendo foram muito criticados por muitos observadores por vários motivos, entre os quais a ausência de uma opção pelo *status quo* antes da invasão, a ausência de debates devido à censura à imprensa, a ausência de observadores internacionais neutros e as evidências de manipulação dos resultados.

O que aconteceu domingo na Crimeia foi uma farsa eleitoral. Referendos não podem ser realizados sob ocupação militar. Referendos não podem ter duas opções que têm basicamente o mesmo significado. Referendos não podem ser realizados quando toda a propaganda é feita pelo Estado [russo]. Referendos não podem ser realizados quando as estações locais de televisão estão fechadas e quando jornalistas são espancados e intimidados. Mesmo sob essas condições, a afirmação de que houve uma participação de 75% e que mais de 96% dos eleitores votaram a favor da anexação à Rússia não se sustenta. Sabe-se, por pesquisas de opinião realizadas durante anos, que a maioria dos habitantes da Crimeia não preferem a incorporação à Rússia. Uma grande pesquisa de opinião mostrou que 33% eram favoráveis a essa ideia em 2011, diminuindo para 23% em 2013. Os tártaros da Crimeia boicotaram o « referendo », como muitos ucranianos também o fizeram, pois ele foi declarado ilegal e anticonstitucional pelo Governo da Ucrânia. A taxa de participação eleitoral foi de 123% na Cidade de Sebastopol.⁵

No dia 23 de fevereiro de 2014, o parlamento ucraniano votou a favor de um projeto de lei que repelia a lei sobre as línguas regionais aprovada em 2012. No entanto, não só uma forte reação interna na Crimeia e no Dombas, como também uma reação internacional na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e em vários países europeus impediu a adoção desse projeto de lei.

5 Snyder, Timothy, 2014, *Far-Right Forces are Influencing Russia's Actions in Crimea* - <https://newrepublic.com/article/117048/far-right-forces-are-influencing-russias-actions-crimea>

No dia 27 de março de 2014, a Assembleia Geral da ONU, com o apoio de 100 países, aprovou a Resolução 68/262 sobre a Integridade Territorial da Ucrânia, a qual, *inter alia*:

Afirma o seu compromisso com a soberania, a independência política, unidade e integridade territorial da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas;

Conclama todos os Estados a desistir de e renunciar a tomar ações que visem a ruptura total ou parcial da unidade nacional e da integridade territorial da Ucrânia, incluindo quaisquer tentativas de modificar as fronteiras da Ucrânia através da ameaça, do uso da força ou de quaisquer outros meios ilegais;

Sublinha que o referendo realizado na República Autônoma da Crimeia e na Cidade de Sebastopol no dia 16 de março de 2014, não tendo nenhuma validade, não pode formar a base de nenhuma alteração do status da República Autônoma da Crimeia ou da Cidade de Sebastopol;

Conclama todos os Estados, organizações internacionais e agências especializadas a não reconhecer nenhuma alteração no status da República Autônoma da Crimeia e da Cidade de Sebastopol com base no referendo supracitado e renunciar a qualquer ação ou negociação que possa ser interpretada como um reconhecimento dessa alteração de status.

No discurso na cerimônia de assinatura dos atos da anexação da Crimeia à Rússia, Putin afirmou que: « [A] Crimeia sempre foi inseparável da Rússia [...]. Mais ainda, Putin lembrou que foi na Crimeia que o Príncipe Vladimir [Volodymyr em ucraniano] se converteu à fé ortodoxa, criando assim « [a] base da cultura, civilização e valores humanos que unem os povos da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. ».⁶

Esta última afirmação é de suma importância, pois clama que esses países fazem parte de uma única civilização, a Civilização Ortodoxa, distinta da Civilização Ocidental, à qual, hoje, ela se opõe. Isto será discutido mais tarde neste texto.

Depois dessa invasão, o ministro Lavrov teria afirmado na televisão russa que « Nós não temos nenhuma intenção – ou interesse – em atravessar as fronteiras da Ucrânia », reforçando uma mensagem do Presidente Putin no sentido de que a Rússia se contentaria apenas com a anexação da Crimeia.⁷

Logo após a anexação da Crimeia, a Rússia iniciou as hostilidades na região do Dombas, no leste da Ucrânia. Grupos armados separatistas apoiados pela Rússia ocuparam prédios do governo

⁶ Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

⁷ Fonte :<https://www.nbcnews.com/storyline/ukraine-crisis/russian-official-says-russia-has-no-intention-invading-ukraine-n66826>

ucraniano em várias cidades e proclamaram a independência da República Popular de Donetsk e da República Popular de Luhansk. Em resposta, o Governo da Ucrânia iniciou uma contraofensiva que recuperou boa parte do território controlado pelas forças separatistas. Diante disto, a Rússia teria enviado secretamente tanques, artilharia e pessoal militar para o fronte, sendo que no contra-ataque que se seguiu as forças rebeldes recuperaram boa parte do território perdido. Dois acordos de cessar-fogo foram assinados pelas partes beligerantes; Minsk 1, em setembro de 2014 e Minsk 2, em fevereiro de 2015. Porém, esses acordos jamais foram respeitados por muito tempo. No final de 2017, observadores da OSCE teriam visto aproximadamente 30.000 militares armados cruzando a fronteira russo-ucraniana.⁸

Após uma série de ataques e contra-ataques de ambas partes a situação no fronte se estabilizou numa espécie de guerra de trincheiras desgastante, que resultou em baixas significativas para os dois campos opostos. As vítimas civis também foram muitas.

Estimativas de mortos na Guerra do Dombas *

(06/02/2014 a 31/12/2021 ou 23/02/2022)

Civis	Forças ucranianas	Forças pró-russas
3.404	4.400	6.517

*Estimativas das Nações Unidas

Ademais dos mortos e feridos como consequência direta da Guerra do Dombas, a deterioração das relações entre os e os pró-russos e os pró-ucranianos causadas pela anexação da Crimeia e as ações militares separatistas no leste da Ucrânia também criaram um clima de violência no país. Um relatório elaborado por uma missão do Escritório do Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos enviada à Ucrânia, constatou uma série de violações de direitos humanos nesse país, muitos deles nas áreas controladas pelos separatistas pró-russos, onde grupos armados sequestraram, torturaram e detiveram ilegalmente aqueles que se opunham às suas ações, especialmente jornalistas. O relatório também fez referência aos trágicos « Confrontos de Odessa », nos quais grupos opostos se enfrentaram violentamente nas ruas dessa cidade, culminando com os pró-russos refugiando-se em um edifício que acabou incendiado após o uso de coquetéis Molotov. Como resultado desse incêndio, 38 pessoas teriam morrido.⁹

⁸ Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/War_in_Donbas_\(2014%E2%80%932022\)](https://en.wikipedia.org/wiki/War_in_Donbas_(2014%E2%80%932022))

⁹ Fonte: *Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights – Report on the human rights situation in Ukraine – 15 May 2014*

Um outro relatório do mesmo organismo, publicado em 2016, assinalou numerosas violações de direitos humanos cometidas por ambas partes combatentes, incluindo detenção ilegal, maus-tratos, torturas e desaparecimentos e assassinatos. O relatório assinalou também que as autoridades das repúblicas separatistas de Donetsk e Luhansk e do «oblast» da Crimeia não permitiam o acesso da ONU e outras organizações internacionais aos seus territórios, impedindo a fiscalização e o monitoramento da situação dos direitos humanos nesses lugares. Ainda segundo o relatório, o Governo Ucrâniano teria cooperado na investigação de incidentes de violações de direitos humanos envolvendo 726 crimes cometidos pelas forças ucranianas.¹⁰

Em 2017, uma nova lei sobre a educação dispensada na Ucrânia, impôs o ensino em ucraniano em todas as escolas de nível médio do país. Outra vez, uma forte reação internacional se fez ouvir. No dia 7 de dezembro do mesmo ano, a chamada Comissão de Veneza (Comissão Europeia para a Democracia através da Lei) formulou sete recomendações para que o Governo da Ucrânia emendasse a referida lei com o objetivo de respeitar os direitos das minorias linguísticas do país.

No dia 7 de fevereiro de 2019, o Parlamento da Ucrânia aprovou uma emenda à Constituição que estabelece como objetivos estratégicos do país juntar-se à União Europeia e também à OTAN. Essa emenda foi aprovada por 334 votos a favor e 17 contra.

Em março e abril de 2021, a Rússia começou a concentrar as tropas perto da fronteira russo-ucraniana; entre outubro de 2021 e fevereiro de 2024, essa concentração aumentou, chegando a quase 190 mil homens prontos para o combate. Apesar das evidências de um ataque iminente, o porta-voz do Governo Russo, Dimitri Peskov, desmentiu quaisquer intenções russas nesse sentido.

No dia 21 de fevereiro de 2022 a Rússia reconheceu a independência das duas repúblicas separatistas de Donetsk e Luhansk.

No dia 24 de fevereiro de 2022, iniciou-se a invasão total da Ucrânia por parte da Rússia. Chamada de « Operação Militar Especial » por Moscou, essa operação bélica de larga escala incluiu, inicialmente, três grandes movimentações de tropas russas em território ucraniano. Uma invasão a partir da Bielorrússia em direção a Kiev; uma invasão que se adentrou no Dombas, e, por fim, uma invasão a partir da Crimeia visando o controle da Ucrânia meridional. Putin justificou a invasão em um discurso no mesmo dia. Segundo ele, a Rússia não tinha planos de ocupar o território ucraniano e afirmou ainda que apoiava o direito à autodeterminação dos povos da Ucrânia. No mesmo discurso, Putin apresentou a justificativa de que a operação militar em curso procurava a

¹⁰ Fonte: *Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights – Report on the human rights situation in Ukraine – 15 May 2016*

« desmilitarização e a desnazificação » da Ucrânia e que « toda a responsabilidade por um possível derramamento de sangue [recairia] na consciência do regime que [governava] o território da Ucrânia ».¹¹

No dia 2 de março de 2022, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução condenando a invasão da Ucrânia pela Rússia. Intitulada « Agressão contra a Ucrânia», o texto da resolução: reafirmava o compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas ; deplorava nos termos mais enérgicos a agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, em violação ao Artigo 2 (4) da Carta das Nações Unidas ; demandava que a Federação Russa cessasse imediatamente o uso da força contra a Ucrânia e que ele renunciasse ao uso de ameaças ilegais contra qualquer Estado-Membro da ONU no futuro ; demandava também que a Federação Russa retirasse imediatamente, completamente e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas ; deplorava a decisão de 21 de fevereiro de 2022 da Federação Russa com respeito ao status de certas áreas ucranianas de Donetsk e Luhansk como uma violação da integridade territorial e da soberania da Ucrânia, inconsistente com os princípios da Carta das Nações Unidas. Essa resolução foi aprovada por 141 votos a favor, 5 contra e 35 abstenções.¹²

Logo no início dessa guerra (março de 2002), um relatório do Escritório do Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos já chamava a atenção para o fato de que as tropas russas (sobretudo, mas não exclusivamente) estavam usando munições imprecisas e de alto poder destruidor em áreas civis, provocando um grande número de mortos entre não combatentes.¹³

Ainda no mesmo mês, a organização Anistia Internacional afirmou que: « Horas depois do início da invasão [verificamos] relatos e imagens de vídeo que mostram ataques indiscriminados através do país. Numerosos ataques a hospitais e escolas foram documentados. Tropas russas estavam usando armas explosivas imprecisas, tais como mísseis balísticos e armas proibidas como, por exemplo, bombas de fragmentação. As forças russas levaram a cabo ataques que atingiram e destruíram residências, escolas, jardins da infância, instalações médicas e lojas de alimentação ».¹⁴

Em julho de 2022, Michelle Bachelet, a Alta-comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos fez um relato sobre a situação na Ucrânia, no qual destacava que « [N]ós documentamos

11 Fonte: The Spectator – <https://www.spectator.co.uk/article/full-text-putin-s-declaration-of-war-on-ukraine/>.

12 Fonte : <https://www.aljazeera.com/news/2022/3/3/unga-resolution-against-ukraine-invasion-full-text>

13 Fonte: https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-03/HRMMU_Update_2022-03-26_EN.pdf

14 Fonte: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/03/everything-is-on-fire-one-month-since-the-russian-invasion-of-ukraine/>

até o dia 3 de julho mais de 10.000 civis mortos e feridos através da Ucrânia, com 335 crianças entre 4.889 mortes documentadas. Eu enfatizo que os números reais são provavelmente bem mais altos ». Bachelet afirmou ainda que: « [M]ais de 1.200 corpos de civis foram recuperados somente na região de Kiev, com o meu Escritório trabalhando para corroborar mais de 300 mortes que teriam sido cometidas pelas forças armadas russas em lugares que estavam ligadas a combates ativos.¹⁵

Implicitamente, Bachelet se referia, quando falou das 1200 mortes na região de Kiev, ao massacre de Bucha onde uma outra missão das Nações Unidas documentou o assassinato, em áreas controladas pelas forças russas, de 73 civis (53 homens, 16 mulheres, 2 garotos e 1 garota) e estava investigando ainda 105 assassinatos adicionais.¹⁶

No dia 30 de setembro de 2022, o Governo Putin anexou oficialmente os « oblasts » ucranianos de Donetsk, Louhansk, Kherson e Zaporijia, qui constituem aproximadamente 15% do território ucraniano. Foi a maior anexação de território em solo europeu desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa anexação foi precedida de referendos ilegais e altamente duvidosos que, fora da Rússia, só foram aceitos pela Coreia do Norte. Os resultados desses referendos, foram incríveis 99,23% a favor da anexação em Donetsk, 97,51% em Luhansk, 93,11% em Zaporijia e 87,05% em Kherson. No seu discurso na cerimônia da assinatura dos atos dessa anexação, Putin lamentou o fim da União Soviética, fato que, segundo ele teria separado a « comunidade russa ». A anexação dos « oblasts » ucranianos, seria então a correção de uma injustiça histórica pois reuniria as suas comunidades russofonas com a mãe-pátria.¹⁷

Na mesma data, o Governo da Ucrânia formalizou o seu pedido para ingressar na OTAN. O jornal britânico *The Guardian* afirmou o óbvio, isto é, que seria pouco provável que a OTAN aceitasse a candidatura ucraniana em breve, pois isto implicaria a obrigação de participar diretamente da guerra com tropas em campo, algo muito mais sério do que apenas fornecer armamentos.¹⁸

No dia 12 de outubro de 2022, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução que condenava a organização dos « ditos referendos », os declarava sem validade, conclamava os Estados-Membros da ONU a não reconhecê-los e conclamava também a Rússia a retratar a sua

15 Fonte: <https://www.ohchr.org/en/statements/2022/07/ukraine-high-commissioner-updates-human-rights-council>

16 Fonte: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/12/un-report-details-summary-executions-civilians-russian-troops-northern>

17 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/69465>

18 Fonte: <https://www.theguardian.com/world/2022/sep/30/ukraine-applies-for-nato-membership-after-russia-annexes-territory>

declaração de anexação. Essa resolução foi aprovada por 143 votos a favor, 5 contra e 35 abstenções.¹⁹

Em 23 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral da ONU aprovou mais uma resolução sobre a guerra na Ucrânia, na qual os seus países-membros reafirmaram o seu compromisso com a soberania, independência e integridade territorial da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas e reiteraram a sua exigência no sentido de que a Federação Russa retire imediatamente, completamente e incondicionalmente as suas forças militares do território ucraniano. Esta resolução foi aprovada por 141 votos a favor, 7 contra e 32 abstenções.²⁰

Uma das características mais graves dessa guerra tem sido o bombardeio e a destruição deliberada da infraestrutura civil ucraniana por parte das forças russas, numa violação clara das leis que regem os conflitos armados entre países (pois é, elas existem). Numa declaração de dezembro de 2022, a ONG Anistia Internacional afirmava que:

A estratégia por trás das últimas táticas de guerra da Rússia é inequívoca. Bombardeando a infraestrutura civil básica da Ucrânia, incluindo as instalações elétricas, o exército russo tem a clara intenção de minar a produção industrial, atrapalhar o transporte, semear o medo e o desespero entre a população civil e privá-la de aquecimento, eletricidade e água quando o frio do inverno se aproxima.

Ao alvejar a infraestrutura civil ucraniana a Rússia está fazendo algo ilegal. O moral de uma população civil não constitui um alvo legítimo e levar a cabo esses ataques apenas com o propósito de aterrorizar civis é um crime de guerra. Todos os responsáveis por comandar e cometer esses ataques devem ser responsabilizados. Com a Rússia aumentando os seus esforços para aterrorizar os civis na Ucrânia, a comunidade internacional deve dar uma resposta urgente e condenar esses ataques hediondos.²¹

Esses ataques já haviam matado pelo menos 77 civis e ferido outros 272 até dezembro do ano passado, segundo as Nações Unidas. Mais inquietante ainda, políticos, juristas e comentaristas Russos que se expressaram na mídia estatal, aplaudiram a perspectiva de os civis ucranianos serem deixados sem aquecimento ou água durante o inverno. Um membro do parlamento

19 Fonte: <https://news.un.org/en/story/2022/10/1129492>

20 Fonte: <https://news.un.org/en/story/2023/02/1133847>

21 Fonte: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/10/ukraine-russian-attacks-on-critical-energy-infrastructure-amount-to-war-crimes/>

russo (a Duma) disse que as pessoas ordinárias (ucranianas, claro) deveriam « apodrecer e congelar », enquanto um outro afirmou que os ataques eram necessários para destruir a capacidade de sobrevivência do Estado Ucrâniano.²²

Do ponto de vista estritamente militar, a guerra na Ucrânia tem sido um conflito bélico de alta intensidade. Uma guerra de atrição, com baixas pesadas para ambos os lados. Ademais disto, o número de vítimas civis, como visto acima, também tem sido enorme, em consequência direta da estratégia russa de bombardear alvos civis.

Estimativas de Mortos, Feridos e Refugiados na Guerra (até fev. 2023)*

	Ucranianos	Russos
Mortos e feridos : militares	Mais de 100.000	Aproximadamente 180.000
Mortos e feridos : civis	Aproximadamente 40.000	Não há estimativas específicas para os civis russos mortos e feridos, pois a guerra, pelo menos até o momento, ocorre exclusivamente em território ucraniano
Refugiados	Mais de 8.000.000	Mais de 500.000

* As estimativas deste quadro são das Nações Unidas, do Governo da Noruega e de fontes jornalísticas

No dia 24 de março deste ano, a ONU publicou mais um Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Ucrânia. Esse relatório cobre o período de 1 de agosto de 2022 a 31 de janeiro de 2023. Nele, descreve-se uma série de violações de direitos humanos cometidas, na maioria dos casos, pelas tropas de ocupação russas. Os agentes da ONU foram capazes de registrar 5.987 vítimas, sendo 1.605 mortos e 4.382 feridos, porém, como o relatório afirma, estes números são provavelmente muito mais altos e são devidos à prática russa de atacar com armas e explosivos as cidades ucranianas. Como consequência dessa « estratégia militar », 107 instalações médicas e 179 escolas foram danificadas ou totalmente destruídas durante o período tratado no relatório. Ademais disto, boa parte da população ucraniana teve de enfrentar um inverno sem água ou eletricidade, além de que muitos ucranianos perderam as suas residências como resultado direto dos bombardeios russos. O relatório também registrou e documentou 133 casos de sevícias sexuais cometidas pelas tropas russas contra 85 homens, 45 mulheres e 3 garotas nas regiões da Ucrânia ocupadas pelas tropas russas. Outra coisa que chamou a atenção do pessoal onusiano foram as transferências e deportações forçadas de civis ucranianos, notadamente a deportação de crianças ucranianas para a Rússia. Na Crimeia, a Missão da ONU registrou o uso de uma legislação introduzida em 2022 para

22 Fonte: <https://www.hrw.org/news/2022/12/06/ukraine-russian-attacks-energy-grid-threaten-civilians>

processar 210 pessoas por « descreditar » ou « obstruir » as forças armadas russas. Do lado ucraniano, a ONU registrou a detenção arbitrária de 91 pessoas por suspeita de « colaboração com o inimigo ».²³

O último relatório da ONU do Escritório do Alto-comissário para os Direitos Humanos da ONU sobre a Ucrânia, publicado em 3 de outubro de 2023, confirma a continuação do catálogo de horrores descrito nos relatórios anteriores. O relatório registra 4.621 vítimas civis, no período de 1 de fevereiro a 31 de julho deste ano, dos quais 1.028 mortos e 3.593 feridos, sendo que esses números são provavelmente mais altos. O relatório destaca ainda que os ataques de mísseis russos mataram mais 262 civis e deixaram 990 feridos. A estratégia russa de prejudicar as exportações de grãos ucranianas levou ao bombardeio de toda a região de Odessa, causando graves danos à infraestrutura portuária dessa cidade e até a seus edifícios históricos. A destruição da represa de Kakhovska, em junho, causou um desastre ecológico sem precedentes, destruindo terras agrícolas, provocando uma enorme mortandade de peixes e impedindo o acesso à água de milhares de ucranianos. No que diz respeito às sevícias sexuais, o relatório confirma a continuação dessa prática por parte das tropas russas, com 40 casos registrados contra ucranianos e ucranianas detidos pelos russos. Além disto, também houve casos de violências sexuais contra mulheres e uma criança nos lugares onde as tropas russas estavam postadas. O prisioneiros de guerra continuam a sofrer nas mãos dos membros das forças armadas russas. A missão da ONU registrou a execução sumária de seis prisioneiros de guerra ucranianos e também a prática da tortura e de maus-tratos dos prisioneiros ucranianos sob responsabilidade russa. Mais preocupante ainda foi o incidente onde 51 prisioneiros de guerra ucranianos morreram e outros 139 ficaram feridos na penitenciária de Olenivka, no Donetsk, numa explosão que os russos atribuem a mísseis ucranianos, mas que o pessoal em campo da ONU crê mais provável que tenha sido um míssil russo. Nas regiões ucranianas ocupadas pelas tropas do Kremlin, a ONU assinalou o mau tratamento recebido pela população ucraniana, onde aqueles que recusam receber um o passaporte russo, por querer continuar sendo ucranianos, perdem o acesso a serviços médicos, serviços sociais e à educação.²⁴

Mesmo com os números alarmantes assinalados no quadro acima, não há, até o momento, uma perspectiva de paz e nem menos um cessar-fogo à vista. O regime de Vladimir Putin parece determinado a atingir os objetivos estratégicos que motivaram o lançamento da guerra, enquanto os ucranianos continuam a defender a integridade territorial e a independência do país com a ajuda de

23 Fonte: *Report on the Human Rights Situation in Ukraine – 1 August to 31 January – United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner*

24 Fonte: *Report on the Human Rights Situation in Ukraine – 1 February to 31 July – United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner*

terceiros. Nessas condições, a guerra continuará até a exaustão de uma das partes, ou das duas partes. Apenas a pressão exercida por países de peso comprometidos com a paz poderia abreviá-la. Entretanto, não parece haver uma vontade real de nenhum país de real importância no cenário mundial em realizar esforços consideráveis para por um fim ao conflito russo-ucraniano no curto prazo. A China, que é o único país que tem um poder de persuasão importante no Kremlin, não mostra ter interesse estratégico em abreviar essa guerra, apesar de, pelo menos aparentemente, ter conseguido dissuadir a Rússia de utilizar armas nucleares táticas contra a Ucrânia. Quanto aos Estados Unidos e as potências europeias, a ordem parece ser a de apoiar, por enquanto, os esforços ucranianos na esperança, cada vez menor, de que estes se traduzam em ganhos territoriais importantes que possam justificar uma negociação de paz. Entretanto, a fadiga do Ocidente face à guerra na Ucrânia é evidente e o apoio, antes robusto, já mostra claros sinais de enfraquecimento. Não só a conta desse apoio já ficou bastante salgada, como também o conflito israelo-palestiniano agora tem a prioridade dos Estados Unidos no que diz respeito à ajuda militar dirigida ao exterior. Desta forma, o país que mais auxiliou a Ucrânia militarmente virou-lhe parcialmente as costas. Os países europeus também não demonstram mais entusiasmo ante a situação de uma custosa guerra de atrito que tende a se eternizar sem que nenhum dos lados consiga ganhos de território apreciáveis.

A questão aqui é tentar definir uma situação que poderia ser construída como vitória por ambos os lados, o que é particularmente difícil. Para a Ucrânia, talvez a simples volta à ao status quo *antebellum* poderia ser suficiente para isso, mas isto significaria que a Rússia deveria renunciar aos *oblasts* já oficialmente anexados, o que por si só traria problemas internos sérios ao regime Putin. Por outro lado, a Ucrânia dificilmente aceitará um cessar-fogo que confirme implicitamente ou *de facto* uma nova fronteira entre os dois países ao longo da linha de frente atual, tal como aconteceu entre as Coreias em 1953. A proposta da cessão explícita dos territórios ocupados pela Rússia em troca da cessão das hostilidades é ainda mais impensável para os ucranianos, pois isto implicaria legitimar as conquistas russas aos olhos da comunidade internacional e, pior ainda, da própria Ucrânia, através de um reconhecimento *de jure* da situação territorial *postbellum*. De resto, como os ucranianos poderiam confiar nos termos de paz assinados pelo regime Putin quando este mesmo regime rasgou o Memorando de Budapeste e o Tratado de Amizade Russo-ucraniano? A Rússia violou leis internacionais importantíssimas quando anexou a Crimeia, quando invadiu a Ucrânia e quando anexou quatro *oblasts* desse país, abrindo um precedente perigosíssimo para uma ordem mundial minimamente civilizada e pacífica, assim como os Estados Unidos também o fizeram com a invasão do Iraque, em 2002. Assim sendo, sua credibilidade enquanto país que respeita o direito

internacional e os próprios tratados que assina se encontra seriamente comprometida e, provavelmente, continuará assim enquanto o regime Putin durar. Não será fácil, portanto, assinar um acordo de paz suficientemente crível para assegurar as partes interessadas de que as hostilidades não recomeçarão após a sua assinatura. Neste contexto, encontrar uma saída «honrosa», credível e durável para as duas partes beligerantes parece, pelo menos no momento, tão complicado como o problema da quadratura do círculo. Infelizmente, tudo indica que essa guerra continuará por mais algum tempo. E após um cessar-fogo frágil ou a assinatura de um acordo de paz com credibilidade capenga, o conflito russo-ucraniano continuará existindo de forma larval, podendo reacender as chamas da guerra a qualquer momento.

Como quer que ele acabe, essa guerra terá consequências duráveis para a Europa e o resto do mundo. Por si só, até o momento, a guerra russo-ucraniana já provocou uma expansão ainda maior da OTAN, com a rápida adesão da Finlândia e da Suécia, anteriormente neutras, a essa organização. Além disto, todos os países da OTAN já revisaram os seus orçamentos militares e planejam investir pesadamente em novos armamentos. Por sua parte, a Rússia apregoa o seu direito de utilizar as suas armas nucleares, caso ela considere que há uma ameaça existencial contra si e já colocou esse tipo de armamento na Bielorrússia. Entreve-se, assim, uma nova corrida armamentista, que não ficará limitada apenas à Europa e que incluirá armas de destruição em massa cada vez mais sofisticadas. Todo o relaxamento das tensões militares ocorrido com o fim da Guerra Fria deixou de existir e agora vivemos uma situação onde o impensável voltou a fazer parte do possível. O máximo que se pode fazer, no momento, é evitar que ele faça parte do provável.

2 - O « cerco da OTAN » e a insegurança russa

2.1 Expansão da OTAN: a adesão dos países do Leste europeu, uma política estadunidense equivocada e o descontentamento russo

A expansão da OTAN rumo ao leste é um fato óbvio e inegável. Após o fim da União Soviética, o equilíbrio geopolítico entre as duas superpotências da Guerra Fria sumiu, pois um dos seus polos de atração simplesmente desapareceu, aos menos aparentemente ou provisoriamente. Países que antes eram partes integrantes da União Soviética tornaram-se independentes e aqueles que viviam na sua órbita se viram livres para governar-se sem a tutela política de Moscou. A maioria destes, optou por integrar-se à Europa, através do ingresso na União Europeia, e também por fazer parte do sistema de segurança « atlanticista » da OTAN. A cronologia dessa expansão, no diz

respeito à OTAN foi a seguinte: 1999 (República Tcheca, Hungria e Polônia); 2004 (Romênia, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Letônia e Lituânia); 2009 (Albânia e Croácia); 2017 (Montenegro) e 2020 (Macedônia do Norte).

Já em 1991, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia formaram o Grupo de Visegrád, que tinha como um dos seus objetivos a adesão desses países à OTAN. Logo de início, esses países que sofreram invasões ou intervenções militares soviéticas tiveram de negociar a saída das tropas russas de seus territórios.

As negociações com Moscou para novos acordos e tratados bilaterais prevendo a retirada do exército soviético de nossos territórios exigiam um considerável esforço intelectual e persistência. Nós nos consultávamos quase todas as semanas, examinando mutuamente as cláusulas propostas no tratado. Elas nem sempre eram idênticas, pois o exército soviético estava presente, ilegalmente, na Hungria e na Tchecoslováquia como consequência de intervenções armadas nesses países, enquanto que na Polônia elas estavam lá como resultado de um infeliz tratado assinado em 1945. Apesar disto, nós seguimos uma linha comum e essas questões difíceis foram resolvidas sem muitas tensões com o nosso antigo Big Brother²⁵.

Segundo Strobe Talbott, Vice-Secretário de Estado durante o Governo Clinton, teria sido apenas em meados de 1993 que a questão da expansão da OTAN começou a ser discutida com seriedade no Ocidente. Essa questão teria sido levantada pelos presidentes Vaclav Havel, da República Tcheca e Arpad Goncz, da Hungria em uma visita a Washington. Eles teriam informado o Presidente Clinton que seus países queriam integrar-se à OTAN o mais rapidamente possível. O governo da Polônia, através do seu presidente, Lech Walesa, teria feito o mesmo logo em seguida. O pensamento deles era claro: Só a entrada na OTAN lhes garantiria a segurança face a uma Rússia na qual, por razões históricas óbvias, não podiam confiar. Como o presidente estoniano à época, Lennart Meri, teria dito a um alto assessor de Clinton: « a única maneira de evitar que as tropas russas reocupassem o seu país quando o Presidente Yeltsin fosse substituído por um líder russo mais tradicional seria a Estônia estar na OTAN, protegida pelo guarda-chuva nuclear americano» .²⁶

Como se vê, esses países queriam se desvencilhar o mais rapidamente possível da incômoda presença militar soviética em seus territórios. Porém, mais do isso, como já falamos acima, eles buscavam também a segurança que a entrada na OTAN lhes daria, protegendo-os de possíveis

25 Ananicz, Andrzej – Embaixador polonês aposentado, texto publicado no web site do Grupo de Visegrád – www.visegradgroup.eu

26 Talbott, S. 2002, *The Russia Hand: A Memoir of Presidential Diplomacy* p. 94

situações como as que enfrentaram em 1939/1940 (Polônia), 1956 (Hungria) e 1968 (Tchecoslováquia). No entanto, para que isso acontecesse era necessário convencer os países da OTAN e principalmente os Estados Unidos de que eles mereciam ser membros em regra dessa organização. Ora, isso não foi óbvio e houve resistência e hesitação com respeito às suas afiliações à OTAN. Inicialmente, o que lhes foi oferecido foi apenas fazer parte do programa *Partnership for Peace*, já mencionado acima, um mero programa de cooperação que não inclui, evidentemente, o guarda-chuva protetor contra agressões armadas dado pelo Artigo 5 da OTAN.

O período de 1995 a 1998 suscitou uma consciência renovada quanto à importância do papel do Grupo de Visegrád. A primeira grande ameaça foi a ideia americana de *Partnership for Peace*. Na sua forma original, ela substituiria a adesão de nossos países à OTAN. Aqui o papel de Lech Walesa não pode ser sobrestimado. Walesa disse que rejeitaria todo o projeto se ele não fosse alterado para se tornar um caminho para juntar-se à OTAN. Opondo-se à sua própria administração, o Presidente Bill Clinton concordou com Walesa no seu encontro com os líderes do Grupo de Visegrád em Praga.²⁷

Constata-se assim que a inclusão desses países no seio da OTAN não constitui um consenso entre os países-membros dessa organização, inclusive os Estados Unidos. De fato, a insistência para conseguir entrar nesse « clube » partiu dos governos tchecoslovaco, polonês e húngaro não do governo americano. Mais ainda, a adesão à OTAN não foi apenas desejada pelos governos do Grupo de Visegrád, mas parece também ter sido uma medida popular nesses países. Na Hungria, por exemplo, a opção « sim » no referendo que aprovou a entrada desse país na OTAN teve 85,3% dos votos. Na Polônia, o voto no parlamento sobre a questão foi de 409 pela adesão contra apenas 7 contra.

A história da entrada dos países bálticos na OTAN se assemelha com a do Grupo de Visegrad. Esses bateram à porta da OTAN logo após o fim da Guerra Fria. Já em 1992, no Rio de Janeiro, durante a conferência internacional sobre meio ambiente, os delegados desses países teriam procurado os delegados americanos para tocar no assunto do seu ingresso nessa organização. Entretanto, eles teriam encontrado muita resistência.

Apesar de que o governo Clinton se comprometeu a « manter as portas abertas » para os países bálticos, as especulações sobre o assunto continuaram cautelosas e reservadas. Em

27 Ibid.

1996, documentos internos reconheciam que conseguir os votos necessários no Senado americano para a adesão dos países bálticos à OTAN não seria fácil. [...] Os europeus também tinham profundas reticências [sobre o assunto]. O Ministro da Defesa Lituano reconstruiu as suas conversas com os seus colegas europeus como segue: « Vocês são legais e a sua luta pela liberdade é muito impressionante, mas vocês nunca serão membros da OTAN». Quando um diplomata escandinavo de alto escalão levantou a perspectiva da adesão báltica para um outro Ministro das Relações Exteriores de um país da OTAN, este a rejeitou e disse: « Mas esses povos sempre pertenceram à Rússia, não é »?²⁸

Tudo isto mostra que a iniciativa da expansão da OTAN para o Leste partiu, pelo menos inicialmente, dos países que viveram sob a égide da União Soviética, não sendo uma espécie de imposição americana motivada por estratégias geopolíticas antirussas presentes à época. Ao contrário, as reticências e hesitações dos países-membros da OTAN eram motivadas, em parte, pelo temor de desagradar as autoridades russas e interromper o processo de colaboração e distensão que havia sido iniciado após o fim da Guerra Fria. Neste último respeito, é exatamente o que dizia Richard N. Haass, Diretor de Planejamento Político do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em 1997.

Sobretudo, aqueles que se opõem a uma OTAN aumentada preveem que a expansão da OTAN para o Leste provocará uma reação hostil russa, enfraquecendo a posição das forças responsáveis [na Rússia] e fortalecendo os nacionalistas antiocidentais. Eles temem que o aumento [da OTAN] corre o risco de tornar-se uma ação « autorrealizante » que criará uma Rússia hostil, redividindo a Europa no processo.²⁹

Documentos sigilosos do Governo dos Estados Unidos que vieram à luz há alguns anos também confirmam a ideia da reticência americana em expandir a OTAN para países da esfera de influência soviética. Um memorando do Departamento de Estado, datado de 22 de outubro de 1990, ilustra bem essa preocupação.

Uma das variáveis nas muitas questões sobre o futuro da OTAN e da Europa são os países da Europa do Leste que se tornaram independentes recentemente. [...] Estes Estados

28 Banka, Andris, 2019 – *The Breakaways: A Retrospective on the Baltic Road to NATO* – <https://warontherocks.com>

29 Haass, Richard N., 1997, *Enlarging Nato: A questionable Idea Whose Time Has Come* – <https://www.brookings.edu/research/enlarging-nato-a-questionable-idea-whose-time-has-come/>

desejam se tornar parceiros integrais no mundo moderno. [...] Alguns manifestaram interesse em se juntar às organizações multilaterais da Europa, incluindo a OTAN.

No ambiente presente, não é do melhor interesse da OTAN ou dos Estados Unidos que lhes seja outorgada uma afiliação integral na OTAN, com as garantias de segurança decorrentes. Nós não estamos em situação de garantir a segurança desses países vis-à-vis os soviéticos, e não queremos de maneira alguma organizar uma coalizão antissoviética cuja fronteira seria a fronteira soviética. Uma coalizão desse tipo seria percebida de maneira muito negativa pelos soviéticos e poderia levar a um retrocesso nas tendências positivas atuais na Europa do Leste e na União Soviética.³⁰

Assim, em vez de querer atacar e melindrar intencionalmente os interesses e suscetibilidades russos/soviéticos, o debate interno na OTAN e no Departamento de Estado americano parece ter levado em conta a necessidade de não reaquecer as tensões com a Rússia naquele então. Se uma decisão positiva sobre a extensão da OTAN foi tomada foi porque, aparentemente, chegou-se à conclusão que essa extensão não levaria a uma deterioração profunda das relações dos países-membros da OTAN com a Rússia.

No que diz respeito à Rússia, as suas reações podem ser moldadas através da maneira como a OTAN e os Estados Unidos manejarem essa empreitada [a expansão da OTAN]. Mais ainda, a reunião de cúpula de Helsinque, em março, deixou claro que apesar de que o presidente russo, Boris Yeltsin, se opõe a uma OTAN aumentada ele está disposto a continuar a negociar com os Estados Unidos em outras áreas. Os acordos realizados nas áreas de controle de armas nucleares, programas de mísseis antibalísticos e cooperação econômica atestam essa realidade. Isto sugere que há um certo perigo em exagerar as preocupações russas. No final das contas, a democracia [russa] não emergirá ou cairá por causa da questão do tamanho da OTAN.³¹

Desta forma, o cálculo americano parece ter sido o de que a expansão da OTAN, no fim das contas, não afetaria sobremaneira as relações dos países ocidentais com a Rússia. De fato, há indícios de que a expansão da OTAN, mesmo após inclusão dos países bálticos e de outros países da Europa Central em 2004, não acirrou suficientemente os espíritos a ponto de interromper as negociações para um controle ainda maior das armas de destruição em massa. Sobre isto, basta lembrar que o Tratado New START, que impôs novos limites para os armamentos nucleares, foi assinado em 2007.

30 Fonte: <https://nsarchive.gwu.edu> Memorandum, United States Department of State – James F. Dobbins

31 Ibid.

Mas é evidente, também, que a expansão da OTAN desagradou profundamente as autoridades russas, as quais jamais perderam uma oportunidade para expressar a sua insatisfação com ela. Nesse ponto, pode-se dizer que a política estadunidense vis-à-vis da Rússia equivocou-se profundamente ao subestimar o descontentamento russo.

Já em 1994, Boris Yeltsin, teria manifestado esse descontentamento na reunião de cúpula da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em Budapeste. Nessa ocasião, declarou que os Estados Unidos estariam « tentando rachar o continente [europeu] de novo » através da expansão da OTAN, substituindo a Guerra Fria por uma « Paz Fria ».

Em um célebre discurso proferido em Munique, em 2007, Putin recriminou fortemente a expansão da OTAN, contrárias a garantias que teriam sido feitas pelo próprio Ocidente no sentido de que ela jamais ocorreria, evidenciando a má-fé e a desonestidade dos países ocidentais em relação às preocupações russas com a segurança do país.

Eu acho que é óbvio que a expansão da OTAN não tem nenhuma relação com a modernização dessa Aliança ou com a segurança da Europa. Ao contrário, ela representa uma séria provocação que reduz o nível de confiança mútua. E nós temos o direito de perguntar: contra quem essa expansão é dirigida? E o que aconteceu com as garantias dadas pelos nossos parceiros ocidentais após a dissolução do Pacto de Varsóvia? Onde estão aquelas declarações hoje? Ninguém sequer lembra delas. Mas eu me permitirei lembrar esta audiência o que foi dito. Eu gostaria de citar o discurso do Secretário-Geral da OTAN, o Sr. Woener, em Bruxelas, no dia 17 de maio de 1990. Ele disse naquela ocasião que: « o fato de que estamos prontos para não colocar um exército da OTAN fora do território da Alemanha dá à União Soviética uma garantia de segurança firme ». Onde estão essas garantias?³²

No discurso ao povo russo, justificando o começo da « Operação Militar Especial », Putin destacou a expansão da OTAN como estopim para a invasão da Ucrânia e, mais uma vez, fustigou o Ocidente pelas « mentiras e rusas » que acompanharam essa expansão.

Nós estamos falando sobre aquilo que em especial nos causa preocupação e ansiedade, sobre essas ameaças fundamentais que, ano após ano, passo a passo, são criadas rudemente e sem-cerimônia por políticos irresponsáveis no Ocidente em relação ao nosso país. Quero dizer com isto a expansão do bloco da OTAN para o Leste, trazendo a sua infraestrutura militar cada vez mais próxima das fronteiras da Rússia.

32 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts>. Putin Discurso de Munique 2007

É bem sabido que durante 30 anos nós tentamos pacientemente e persistentemente chegar a um acordo com os principais países da OTAN orientado nos princípios de uma segurança equânime e indivisível na Europa. Em resposta às nossas propostas, nós enfrentamos constantemente mentiras e rusas cínicas ou tentativas de pressão e chantagem, enquanto a Aliança do Atlântico Norte, apesar dos nossos protestos e preocupações, expande-se continuamente. A máquina militar está se movendo e, repito, se aproxima de nossas fronteiras.³³

Como se vê, o desagrado russo com a expansão da OTAN não se atém apenas ao frio exame das consequências dessa expansão no que diz respeito ao equilíbrio de forças militares na Europa, mas é também motivado, em grande parte, pela maneira desrespeitosa e traiçoeira como os países dessa organização, e em especial os Estados Unidos, teriam tratado a Rússia, sorrindo-lhe na cara e esfaqueando-a pelas costas. No centro desses reproches, estariam as falsas promessas e garantias tranquilizadoras que jamais foram cumpridas, em especial aquela que assegurou ao Kremlin que a OTAN não se expandiria « uma polegada sequer para o Leste ».

De fato, a raiva de Putin espelhada no discurso de Munique e também no pronunciamento no início da invasão da Ucrânia refere-se tacitamente a essa famosa frase proferida pelo Secretário de Estado Estadunidense, James Baker (e repetida depois pelo « Sr. Woener ») afirmando a não expansão da OTAN uma « polegada sequer » em direção às fronteiras da Rússia. Isto tem sido repetido *ad nauseam* pelos russos, e por todos aqueles que simpatizam com a Rússia, como uma espécie de justificativa para a indignação russa e até mesmo, veladamente, para as ações militares concretas que agora presenciamos. Assim, tornou-se uma espécie de truísmo referir-se a essa promessa feita a Gorbatchov em 1990, para explicar, ao menos em parte, a ira do Kremlin contra o Ocidente. Mas essa ira teria realmente razão de ser se examinarmos de perto o contexto em que essa « promessa » teria acontecido?

Bem, a promessa feita a Gorbatchov, no dia 9 de fevereiro de 1990, sobre a não expansão da OTAN para o Leste da Europa poderia ser, na verdade, um equívoco. Isto teria sido confirmado pelo próprio Gorbatchov em uma entrevista concedida em 2014 para o web site *Russia Beyond The Headlines*, que faz parte da TV estatal russa TV-Novosti. Concretamente, segundo Gorbatchov, o que teria sido tratado, prometido e cumprido foi a não expansão da OTAN para o antigo território da Alemanha do Leste. Eis o que Gorbatchov teria falado:

³³ Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts> Discurso de Putin de 24 de fevereiro de 2022

RBTH: Uma das questões-chaves que apareceram em relação com os incidentes presentes na Ucrânia [a anexação da Crimeia] é o tema da expansão da OTAN para o Leste. Você tem o sentimento de que os seus parceiros ocidentais mentiram para você quando eles estavam desenvolvendo os seus planos futuros para a Europa do Leste? Por que você não insistiu para que as promessas feitas a você – em particular a promessa do Secretário de Estado, James Baker, de que a OTAN não se expandiria para o Leste – fossem legalizadas por escrito? Vou citar Baker: « A OTAN não se moverá uma polegada sequer em direção ao Leste ».

M.G.: O assunto « expansão da OTAN » não foi discutido de maneira alguma e não foi levantado naqueles anos. Eu falo isto com toda responsabilidade. Nenhum país do Leste Europeu levantou esse assunto, nem mesmo depois que o Pacto de Varsóvia deixou de existir, em 1991. Os países ocidentais também não levantaram esse tema. Um outro assunto que nós levantamos foi discutido: assegurar que as estruturas militares da OTAN não avançariam e que forças adicionais dessa aliança não seriam implementadas no território da então República Democrática Alemã após a reunificação da Alemanha. A afirmação de Baker, mencionada na sua pergunta, foi feita nesse contexto. [...] O acordo sobre a resolução final da questão alemã diz que novas estruturas militares não serão construídas na parte leste desse país; tropas adicionais não serão instaladas lá; armas de destruição em massa não serão colocadas lá. Esse acordo tem sido respeitado todos esses anos.³⁴

A afirmação de Gorbachov faz todo sentido, porque, à época, países como Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, como bem observado implicitamente por ele, ainda faziam parte do Pacto de Varsóvia. Além disso, a União Soviética ainda existia e, conseqüentemente, os Estados Bálticos e a Ucrânia sequer eram países independentes, não podendo, portanto, tomar nenhuma iniciativa no sentido de integrar-se à OTAN. Como poderia a promessa de Baker referir-se à Europa do Leste como um todo, naquele momento, quando ninguém sabia, nem o próprio Gorbachov, que a União Soviética desmoronaria como um castelo de cartas em 26 de dezembro de 1991? É difícil acreditar em negociações premonitórias ou promessas feitas sobre um futuro ainda muito incerto naquele então. Além disso, conversas informais, mesmo aquelas realizadas em alto nível, não constituem tratados escritos e firmados e não deveriam ser tomadas como compromissos péticos.

Não obstante isso, a interpretação contrária existe e é defendida com vigor não somente pelas autoridades russas, como também por autores ocidentais. No que diz respeito a estes últimos, a liberação de documentos sigilosos sobre as negociações sobre a reunificação da Alemanha, em 2016, deu ímpeto a novas publicações sobre o ocorrido à época. Dentre elas, cito o artigo intitulado « *What*

³⁴ Fonte: <https://www.rbth.com>

Gorbachev Heard », o qual resultou das conclusões de um painel de estudiosos do assunto e que examinaram os referidos documentos. O artigo foi escrito por Svetlana Savranskaya e Tom Blanton, ambos pesquisadores da *George Washington University* ligados ao *National Security Archive*. No artigo eles afirmam que:

Os documentos mostram que líderes nacionais múltiplos estavam examinando e rejeitando a entrada de países da Europa Central e do Leste já em 1990 e 1991 e que as discussões sobre a OTAN no contexto das negociações sobre a reunificação alemã não foram, de nenhuma maneira, estreitamente limitadas ao status no território da Alemanha do Leste. [Mostram também] que as reclamações soviéticas e russas subsequentes sobre terem sido enganados no que diz respeito à expansão da OTAN encontram fundamento em memorandos e telegramas de alto nível daquela época.³⁵

No que diz respeito aos primeiros dois pontos do parágrafo acima, pode-se dizer que os autores estão certos. Os documentos liberados para consulta de fato mostram, como já citamos acima, que as autoridades estadunidenses já estavam « examinando e rejeitando » possíveis candidaturas para a OTAN na época. Também é verdade que as discussões em torno da unificação da Alemanha não se limitaram ao « status no território da Alemanha do Leste ». Houve discussões de caráter econômico sobre a reunificação, sobre a possível neutralidade alemã, sobre o possível comportamento militar da Alemanha após a fusão de suas duas partes e até mesmo discussões avulsas sobre assuntos que não tinham nenhuma relação com a reunificação, como, por exemplo, a situação do Afeganistão.

Entretanto, no que tange à segunda parte da citação, quando os autores afirmam que as reclamações russas sobre terem sido enganados quanto à expansão da OTAN para o Leste seriam fundamentadas por esses documentos, pode-se dizer que, no mínimo, há margem para interpretações diferentes.

O documento-chave para a interpretação, digamos, pró-russa, parece ser, outra vez, o famoso encontro entre o Secretário de Estado, James Baker, e o último Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachov. Nesse encontro, os dois discutem os problemas ligados à provável reunificação da Alemanha. Vale notar que nem todo o conteúdo das conversas foi liberado e que há partes que continuam sigilosas. As partes visíveis dessas discussões se iniciam com questões econômicas para

³⁵ Fonte: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early>

depois tratar da Alemanha. Neste ponto, nota-se a preocupação de ambos, e sobretudo de Gorbatchov, sobre como a reunificação alemã afetaria o equilíbrio de forças e a paz na Europa. Baker argumenta que uma Alemanha neutra não significaria necessariamente uma Alemanha não militarizada e que, talvez, a melhor opção seria uma Alemanha unificada integrada à OTAN, sob o guarda-chuva nuclear da OTAN, senão, diz Baker, ela poderia ser tentada a desenvolver as suas próprias armas nucleares. Baker diz ainda que, em vista disso, « os nossos aliados e os Europeus do Leste com os quais falamos nos disseram que querem que mantenhamos a nossa presença na Europa » (subentendendo-se aí uma presença militar). Após isto, vem a famosa frase aberta a polêmica:

Nós entendemos a necessidade de garantias para os países do Leste. Se nós mantivermos a presença numa Alemanha que faz parte da OTAN, não haveria extensão da jurisdição da OTAN sobre as forças da OTAN uma polegada [sequer] para o Leste.³⁶

Colocada dessa forma e isolada do contexto das discussões, a frase acima é indubitavelmente ambígua e até mesmo confusa. Afinal de contas, que Leste é esse? Qual é a sua extensão? Há, sem dúvida, a possibilidade de interpretações múltiplas. No entanto, o memorando não é o único documento que existe sobre essa reunião. Felizmente, também há o registro da reunião feito pelos russos (a reunião foi no Kremlin), que foi guardado na Fundação Gorbatchov. Nesse registro, a frase em questão e a frase seguinte são diferentes. Ei-las:

Nós entendemos que, não apenas para a União Soviética como também para outros países europeus, é importante ter garantias no sentido de que, se os Estados Unidos mantiverem a sua presença na Alemanha dentro do quadro da OTAN, uma polegada sequer da atual jurisdição militar da OTAN se estenderá na direção leste.

Nós acreditamos que consultas e discussões dentro do quadro do mecanismo « 2 mais 4 » deverão garantir que a reunificação alemã não conduzirá à expansão militar da OTAN para o Leste.³⁷

Se a primeira frase mantém a ambiguidade assinalada acima, a segunda frase parece esclarecer que a « expansão para o Leste » é entendida no contexto da reunificação alemã, o que implicitamente leva a pensar que a referência era o território da Alemanha do Leste. Isto é suficiente

36 Fonte: <https://nsarchive.gwu.edu> Memorandum of Conversation, Friday, February 9, 1990, Participants: Secretary Baker, President Gorbachev, Edward Shevardnadze, Place: Kremlin

37 Fonte: <https://nsarchive.gwu.edu> Fundação Gorbatchov, Record of Conversation between Mikhail Gorbachev and James Baker

para acabar com as dúvidas? Evidentemente, não. Cada pesquisador tirará as suas próprias conclusões a respeito da famosa « promessa » de Baker. De minha parte, eu tendo a acreditar na versão que o próprio Gorbatchov deu do sentido desse encontro, no qual o que estava em discussão eram apenas as consequências da reunificação da Alemanha e não os desconhecidos, e até mesmo impensáveis à época, eventos históricos que só viriam a acontecer depois.

De um ponto de vista mais objetivo, o importante a notar é que o fato dessa frase ter sido dita por Baker sem a especificação exata do contexto da expansão criou a possibilidade de se dar a interpretação desejada a ela, transformando-a numa arma na « guerra de narrativas » entre os países da OTAN e a Rússia. Uma arma, aliás, utilizada com frequência pelo Governo Putin por sua boa capacidade de convencimento, angariando apoios para a Rússia pelo sentimento de injustiça que ela produz.

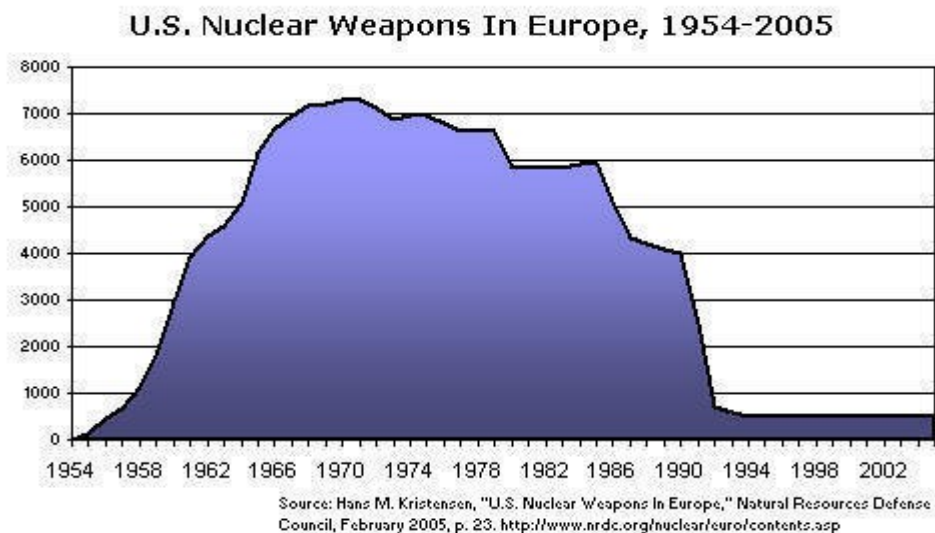
2.2 Os dados militares sobre a expansão da OTAN para o Leste

É evidente, então, que a Rússia não gostou nem ou pouco com o fato da OTAN ter aceitado como novos membros ex-países do Pacto de Varsóvia e ex-repúblicas da União Soviética. Entretanto, a pergunta que deve ser feita aqui é a seguinte: essa expansão para o Leste foi acompanhada por uma expansão equivalente do número de armamentos postados nos países da OTAN e em particular nos novos países-membros dessa organização, sobretudo no que diz respeito a armas nucleares? Responder essa pergunta é crucial porque a sensação de cerco e de insegurança só se justificaria com um aumento da ameaça militar pesando sobre a Rússia.

Ora, foi exatamente o contrário que aconteceu. Com o fim da Guerra Fria, o que houve foi decréscimo acelerado e radical de mísseis e armas nucleares no território dos países da OTAN. Uma situação nova que ainda não foi alterada substancialmente.

O número total de armas nucleares baseadas na Europa atingiu o ápice histórico de 7.300 durante o auge das tensões da Guerra Fria, em 1971. A redução atual de 98% em relação a esse número reflete o fim das hostilidades dessa guerra, assim como a mudança das prioridades de defesa dos Estados Unidos.³⁸

³⁸ Fonte: *Center for Arms Control and Non-Proliferation* armscontrolcenter.org



Como se vê no quadro acima, os Estados Unidos, principal provedor de armas nucleares para a Europa, retirou a esmagadora maioria de seus armamentos nucleares do solo europeu após o colapso da União Soviética e o conseqüente fim do Pacto de Varsóvia.

No que diz respeito especificamente ao armamento nuclear da OTAN, a situação oficial atual, pelo que se pode saber, é a seguinte.

Em 2021, os Estados Unidos disponibilizavam, através de um sistema chamado de « *Nuclear Sharing* », 100 ogivas nucleares, de uso tático, para os seus aliados europeus. Estas ogivas estão situadas na Bélgica (Kleine Brogel), Alemanha (Büchel), Itália (Aviano e Ghedi), Países Baixos (Volkel) e Turquia (Incirlik). Estas ogivas teriam sido colocadas em bombas do tipo B61, que devem ser lançadas através de aviões do tipo F16 e outros. Trata-se, então, de bombas e não de mísseis, mesmo se, no passado, os Estados Unidos de fato enviaram mísseis para países europeus membros da OTAN. No entanto, essa prática teria cessado após o colapso da União Soviética e a conseqüente drástica redução das tensões militares na Europa.

Os Estados Unidos e seus aliados da OTAN não disponibilizam os números exatos das armas nucleares estocadas na Europa. Em 2021, estima-se que há 100 ogivas depositadas em cinco países da OTAN [os cinco citados acima]. Essas ogivas não estão armadas ou instaladas em aviões, em vez disto elas estão guardadas em silos subterrâneos situados em bases aéreas nacionais e os códigos para o seu uso [chamados de *Permissive Action Link*] continuam em mãos americanas. Para serem usadas, as bombas devem ser instaladas em caças da OTAN. Cada país

encontra-se no processo de modernização os seus aviões com capacidade de lançar bombas nucleares, seja adotando o F35A, o F-18 *Super Hornet* ou o *Eurofighter Typhoon*.³⁹

Vê-se, então, que não houve e não há, no momento e pelo que é possível saber, nenhum armamento nuclear no território dos novos países-membros da OTAN. Além disso, os armamentos nucleares estadunidenses depositados na Europa são para uso tático. Trata-se de bombas do tipo B61, que precisam de aviões para serem lançadas, e não de mísseis de longo alcance.

Por outro lado, a Rússia dispõe do maior arsenal nuclear do mundo, avaliado em 5.977 ogivas nucleares, apesar de que também diminuiu muito o número de suas armas atômicas estratégicas após o fim da Guerra Fria.

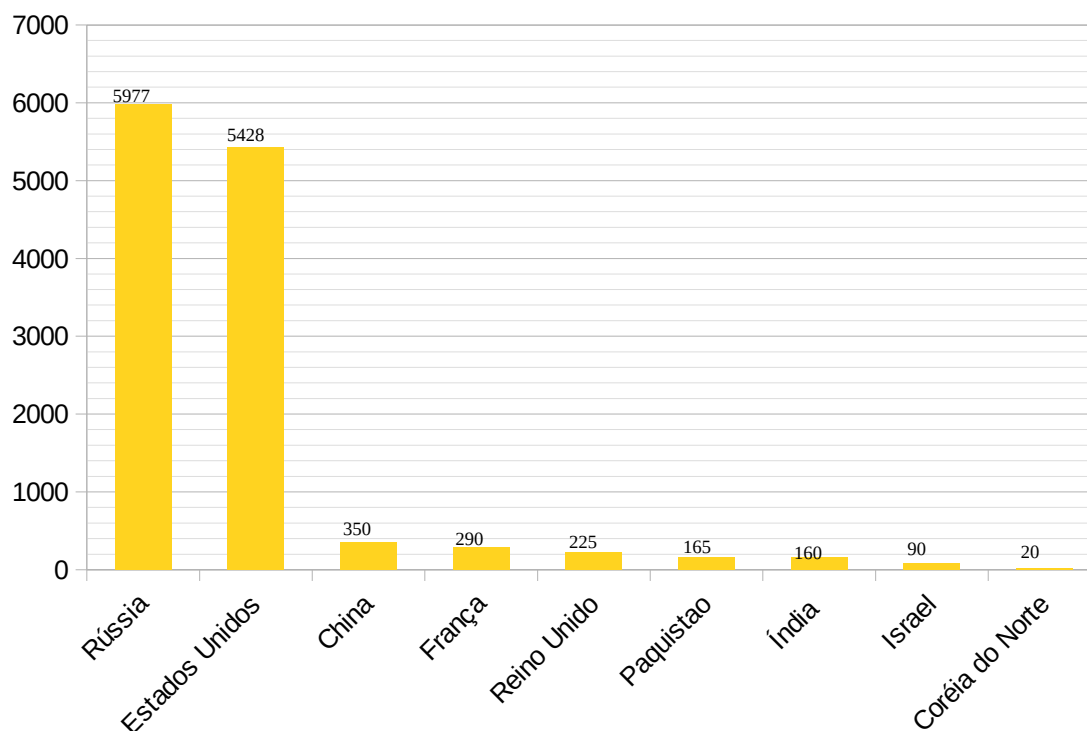
A Rússia possui neste momento o maior inventário nuclear do mundo[...] Esse país deu passos significativos para modernizar totalmente as suas armas nucleares e seus sistemas de lançamento. [...] Estima-se que a Rússia tenha em torno de 5.977 ogivas nucleares, das quais 1.588 disponibilizadas para uso imediato. Uma pequena maioria dessas armas são designadas como estratégicas, enquanto a minoria delas parecer ser para uso não-estratégico (tático). [...] A Rússia tem aproximadamente 68 bombardeiros pesados na sua esquadra nuclear. [No mar] a força nuclear da Rússia consiste em 11 submarinos nucleares [...] capazes de lançar 624 ogivas nucleares. A força naval estratégica da Rússia está construindo no momento até 10 submarinos nucleares adicionais e aperfeiçoados da classe *Boreii*, todos os quais deverão ser completados até 2027. [...] Estima-se que a Rússia tenha aproximadamente 306 mísseis balísticos intercontinentais que carregam 1.185 ogivas nucleares. Entre eles destacam-se o SS-27 Mod (Topol-M) e o SS-27 Mod 2 (*Yars*), ambos capazes de carregar ogivas nucleares múltiplas. Adicionalmente, a Rússia desenvolve presentemente o míssil *Sarmat* (SS-X-30), que é anunciado como maior e mais capaz que os mísseis anteriores. Junto com o *Sarmat*, a Rússia desenvolve também um míssil hipersônico conhecido como *Avangard*.⁴⁰

Comparando o poder nuclear russo com o dos demais países que possuem armas nucleares no mundo, a situação presente pode ser resumida no quadro abaixo:

³⁹ Fonte: *Center for Arms Control and Non-Proliferation* armscontrolcenter.org

⁴⁰ Fonte: *Center for Arms Control and Non-Proliferation* – armscontrolcenter.org

Estimativa dos Inventários Nucleares Mundiais



Fonte: Hans M. Kristensen, Matt Korda e Robert Norris, *Federation of American Scientists*, 2022

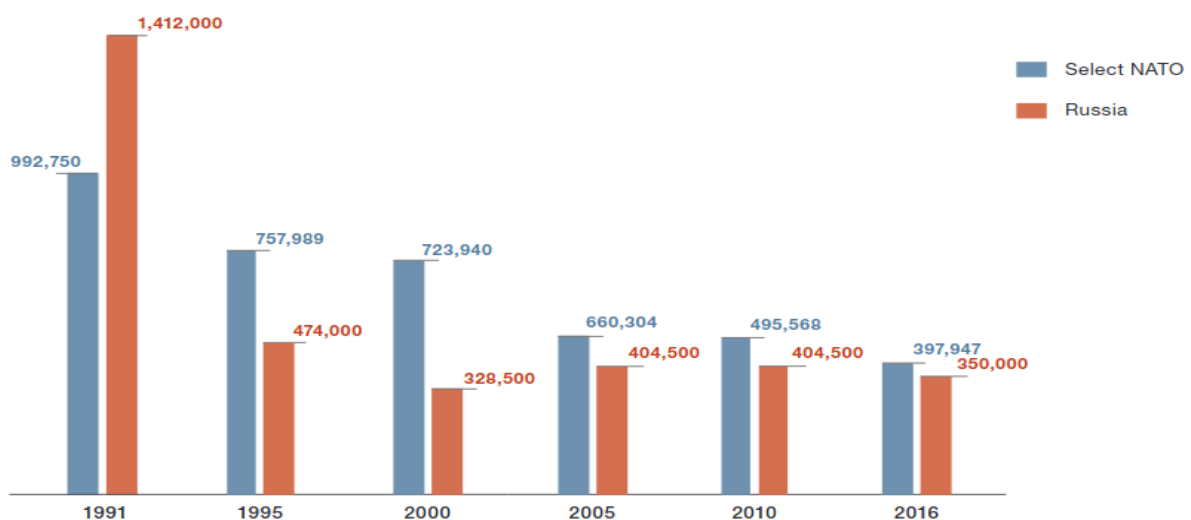
A situação espelhada acima é bem eloquente. Apesar do fim da Guerra Fria, as duas superpotências atômicas do mundo continuam sendo Rússia e Estados Unidos e o equilíbrio entre elas não mudou nesse respeito. Os acordos START I, START II e New START foram desenhados e implementados justamente para manter esse equilíbrio. Mais ainda, a força dissuasiva da Rússia continua intacta, pois o seu arsenal nuclear, como vimos, não tem equivalente no mundo. Qualquer país que ousasse atacá-la, constituindo-se assim numa « ameaça existencial » para ela, seria provavelmente confrontado com uma resposta nuclear aniquiladora. Ninguém, nem mesmo os Estados Unidos, pode ousar atacar a Rússia dentro de suas fronteiras. A lógica do MAD (*Mutually Assured Destruction* – Destruição Mútua Assegurada) da Guerra Fria continua, pelo menos em boa medida, em vigor.

Portanto, a ideia do cerco à Rússia e a « insegurança existencial » gerada por ele não se sustenta, pelo menos de um ponto de vista estritamente militar. A Rússia sabe muito bem que é praticamente inatacável dentro de suas fronteiras e que o arsenal nuclear da OTAN existe como contrabalanço ao seu próprio poderio nuclear (e vice-versa), em acordo com os tratados de limitação e não-proliferação de armas nucleares que ela assinou e que continuam em vigor, mesmo que a Rússia tenha suspenso sua participação no tratado New START.

E a respeito das armas convencionais? O que sabemos sobre elas? Ora, o fim da Guerra Fria também as afetou profundamente e houve um declínio recíproco no número de tropas e armamentos na Europa desde então. Na verdade, o processo de redução das armas convencionais na Europa começou ainda antes do colapso da União Soviética com a assinatura do Tratado Sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa, assinado em 1990 pelos países-membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia. O objetivo desse tratado era o de evitar que um dos lados da Guerra Fria tivesse uma vantagem numérica importante o que levaria à tentação de lançar uma ofensiva-relâmpago contra o lado oposto, o que poderia resultar numa resposta nuclear catastrófica. Esse tratado colocou um teto no número de armas convencionais que podiam existir entre o Oceano Atlântico e os Montes Urais. Como resultado do mesmo, 52.000 tanques, veículos de combate, canhões, aviões e helicópteros de combate foram destruídos ou reconvertidos.⁴¹

Concomitantemente, a redução do número de armas convencionais, também resultou numa redução das tropas postadas na Europa, como se ilustra a seguir.

FIGURE 4
Select NATO Ground Personnel Compared with Total Russian Ground Personnel, 1991–2016



SOURCE: IISS, 1992–2017.

NOTE: These data include all NATO data from Figure 3; Russia numbers include total ground forces and airborne troops personnel (with conscripts), as well as ground units belonging to the Naval Infantry or under Russian Navy command.

Fonte: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR2400/RR2402/RAND_RR2402.pdf

Como se nota, houve uma redução considerável das tropas terrestres postadas na Europa, tanto do lado russo quanto do lado da OTAN, chegando bem próximo a um equilíbrio em 2016.

⁴¹ Fonte: <https://www.armscontrol.org/act/2015-04/news-briefs/russia-completes-cfe-treaty-suspension>

Além disso, não só não houve um aumento no número de tropas e armamentos convencionais, como também não houve um deslocamento das tropas da OTAN para o Leste. Antes da 2014, isto é, antes da anexação da Crimeia, a OTAN não havia colocado tropas aliadas nos territórios de seus novos países-membros. Teria sido apenas em 2016 que a OTAN movimentou 4 grupos multinacionais de batalha para os Países Bálticos e a Polônia.⁴²

Porém, a Rússia decidiu suspender a implementação do *Tratado Sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa* em 2007, alegando que o fazia porque a OTAN havia imposto condições para ratificar a modernização desse tratado por causa das movimentações militares russas na Moldávia e na Geórgia. Entretanto, ela continuou a participar do seu grupo consultivo. Em 2010, o Governo Obama tentou resolver a situação através do lançamento de um novo quadro para negociações entre OTAN e Rússia, mas elas não foram adiante e, em 2015, a Rússia retirou-se definitivamente do tratado. O seu Ministro da Defesa à época alegou que a Rússia o fazia porque o tratado era anacrônico e não refletia mais a realidade.⁴³

É interessante notar que um ano após a suspensão do tratado pela Rússia, em 2008, o Governo Medvedev entrou em guerra com a Geórgia, após um ataque das forças georgianas para tentar retomar o controle das regiões separatistas da Abecásia e Ossétia do Sul, mas também sob o pretexto de proteger as populações dessas regiões de um « genocídio ». As tropas russas foram bem-sucedidas no seu intento de apoiar o separatismo abecásio e osseta, mas as perdas sofridas foram muitas e isto resultou num grande projeto de modernização militar na Rússia. Basicamente, o projeto consistiu em uma redução e profissionalização do pessoal militar e no desenvolvimento de novas armas que permitissem ataques a longa distância, reduzindo assim enfrentamentos desnecessários, sobretudo em zonas urbanas, os quais geralmente resultam em uma grande quantidade de baixas. Além disto, a Rússia modernizou os seus aviões e sua frota naval. Tudo isto resultou em forças armadas mais enxutas, porém com um poder de fogo maior.⁴⁴

Isto não quer dizer, entretanto, que o somatório dos armamentos e do número total de tropas dos países da OTAN seja parecido à quantidade de armamento e de tropas da Rússia. A OTAN é uma organização com 30 estados-membros, entre os quais os Estados Unidos, o que, por si só, faz dela um gigante militar. Entretanto, a esmagadora maioria das tropas americanas e seus armamentos não se encontram postados na Europa. Além disso, essa desvantagem em termos do número de armas

42 Fonte: OTAN https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_111767.htm#c101

43 Fonte: <https://www.armscontrol.org/act/2015-04/news-briefs/russia-completes-cfe-treaty-suspension>

44 Fonte: <https://theconversation.com/how-the-russian-military-remade-itself-into-a-modern-efficient-and-deadly-fighting-machine-178014>

convencionais poderia ser contrabalançada com o uso de armas nucleares táticas, algo que é permitido na doutrina militar russa.

Pode-se dizer, então que a situação na Europa tinha-se estabilizado após o fim da Guerra Fria, com uma substancial redução das tensões militares entre Leste e Oeste, mesmo após a expansão da OTAN. Esta última pode ter causado atritos diplomáticos e políticos entre a Rússia e os países-membros dessa organização, mas não se traduziu em um concomitante aumento de ameaças reais na área militar. Só após a invasão da Geórgia e, mais particularmente, após a invasão da Crimeia é que os referidos atritos começaram a adentrar-se nessa área.

2.3 Qual é a natureza do « cerco da OTAN »?

Em suma, se de fato a expansão da OTAN azedou as relações políticas e diplomáticas entre a Rússia e os países da OTAN, e sobretudo entre a Rússia e os Estados Unidos, não há elementos para se afirmar que ocorreu um « cerco da OTAN » à Rússia, pelo menos no sentido militar que esse termo implica. Portanto, creio ser um erro acreditar nas explicações para a invasão da Ucrânia baseadas nessa ideia. Não havia nenhuma situação de segurança territorial ou militar advinda do « cerco da OTAN » que pudesse justificar de maneira minimamente convincente a « Operação Militar Especial » decidida por Putin. A Ucrânia nunca fez parte da OTAN; não havia, nem há, armas nucleares instaladas em território ucraniano; não havia, nem há, mísseis de longo alcance por lá e a superioridade militar russa é esmagadora quando comparada à da Ucrânia. Enfim, a noção de « cerco da OTAN » ou, melhor dizendo, a noção de « cerco militar da OTAN » contra a Rússia não parece ter uma base fática convincente, o que não significa que, de um ponto de vista ideológico, essa noção não tenha permeado o Estado Russo, contribuindo para que a decisão de invadir a Ucrânia fosse tomada.

Já em 2016, um autor norueguês tentava explicar a invasão da Crimeia pela existência de três axiomas que governavam o discurso do Kremlin e suas ações.

Os três axiomas de uma só nação [que inclui a Ucrânia], levantes populares usados como armas pelo Ocidente e 20 anos de humilhação da Rússia formam o pano de fundo ideológico [...] que levou à decisão de se usar a força contra a Ucrânia. Sem a força dessas convicções dentro das lideranças russas, senão também, e na mesma extensão, dentro da população russa, a força militar não teria sido usada contra a Ucrânia. Como argumentado na primeira parte desta análise, enquanto esses axiomas constituírem o discurso dominante, eles terão

poder explanatório, independentemente de se acreditar neles genuinamente ou não. Eles são a verdade consagrada e a discordância com eles poder ter sérias consequências para aqueles que a expressam.⁴⁵

Uma outra explicação possível, mas que não desmente a importância de uma ideologia de Estado no processo de tomada de decisão, é a de um erro de avaliação do equilíbrio de poder entre países, causado por uma percepção um tanto quanto paranoica das relações entre o Ocidente e a Rússia, em particular entre Estados Unidos e Rússia. É o que afirma Dimitri Minic, um especialista do pensamento estratégico russo.

A percepção das elites político-militares da Rússia é alimentada por duas crenças centrais: em primeiro lugar, o mundo exterior é profundamente hostil à Rússia e, em segundo lugar, os Estados Unidos são oniscientes e onipotentes. Tudo isto tem origem na ideia de que a Rússia é uma grande potência e um ator único e que seus inimigos querem destruí-la ou subvertê-la precisamente por esta razão.⁴⁶

Para Minic, a decisão de invadir a Ucrânia parece romper com a estratégia russa estabelecida anteriormente de impor a sua vontade geopolítica sem necessariamente recorrer à guerra como alavanca de poder. Para ele, as elites russas teriam aprendido com sua derrota na Guerra Fria que conflitos podem ser conduzidos com êxito sem que se recorrer à violência armada entre Estados. Durante trinta anos, os estrategistas russos teriam aperfeiçoado maneiras indiretas de se conduzir ações hostis sem se chegar à opção extrema do enfrentamento militar frontal. Assim, ações de desinformação, guerra cibernética, pressões diplomáticas e econômicas e ações armadas não-oficiais e parcialmente terceirizadas (como a Guerra do Dombas), constituíram o leque do arsenal « bélico » russo utilizado nas últimas décadas.⁴⁷ Entretanto, esse « rompimento » seria apenas aparente, pois tanto a estratégia direta quanto indireta de ações hostis são nutridas e motivadas pela visão de que a Rússia é cercada por um mundo hostil que conspira contra ela, o que leva a uma visão deturpada do seu « ambiente estratégico » que pode levar à tomada de decisões equivocadas.

45 Bukkvoll, Tor, 2016, *Why Putin Went to War: Ideology, Interests and Decision Making in the Russian use of force in Crimea and Donbas*, Norwegian Defence Research Establishment (FFI)

46 Dimitri Minic, “Russia’s Invasion of Ukraine: A Political-Strategic Break?”, *Russie.Nei.Visions*, No. 126, Ifri, May 2022, p. 14

47 *Ibid.*, p. 7

Tudo isto resulta numa avaliação deturpada do equilíbrio de poder. Isto é, de fato, o paradoxo principal da percepção hostil que a Rússia tem do seu ambiente estratégico e das relações internacionais. De um lado, ela alimentou a teoria da estratégia indireta durante trinta anos, baseada numa análise racional da guerra e do equilíbrio de poder que é razoavelmente compatível com as forças e fraquezas da Rússia e com a arquitetura das relações internacionais na era da globalização, assim como também com a presença das forças nucleares no Ocidente. Por outro lado, essa visão é tão irrealista e gera tanta ansiedade que ela pode, de fato, dificultar a condução de uma avaliação a longo prazo e abrangente do equilíbrio de poder por parte do agente que com ela se alinhe.⁴⁸

Desta forma, e ainda segundo Minic, é nesse contexto que os desentendimentos entre Moscou e os países ocidentais podem ser compreendidos. As elites russas acreditam que o país está sob constante ataque, o que lhes daria o direito de reagir. As teorias da conspiração abundam nesse ambiente, assim como documentos falsos e interpretações equivocadas das declarações dos líderes ocidentais (Ibid. p. 15). O que teríamos então no caso russo é uma mentalidade que percebe ataques e ameaças onde, na verdade, não os há. Tudo seria visto sob o prisma da conspiração. Minic dá o exemplo da « Primavera de Praga », a qual, para o KGB, teria sido planejada e organizada pelo Ocidente. E mesmo depois de não encontrar evidências nesse sentido, os agentes do KGB teriam continuado a afirmar essa « hipótese », acreditando somente que o complô tinha sido muito bem executado e muito sigiloso para deixar rastros.⁴⁹

Imbuídos dessa mentalidade de profunda desconfiança e até mesmo de uma certa paranoia, as elites estatais russas teriam feito uma leitura muito equivocada de certos eventos, o que levou a uma escalada de reações descabidas que terminaram no conflito armado na Ucrânia.

Há exemplos numerosos do período pós-soviético que ilustram isto, como os eventos da reunião de cúpula da OTAN de 2008, realizado em Bucareste: a declaração final se comprometia a um dia aceitar a Ucrânia e a Geórgia nessa organização, mas na realidade a França e a Alemanha tinham bloqueado o procedimento de acesso desses países. Apesar disto, uma situação que convinha a Moscou, o Kremlin viu apenas a confirmação de seus temores e respondeu através do reestabelecimento de relações oficiais com a Abecásia e a Ossétia do Sul. Para dar um outro exemplo, a certeza do Kremlin de que o novo governo ucraniano de 2014 tinha sido o resultado de um golpe liderado por Washington — no contexto da suposta estratégia de « revoluções coloridas

48 Ibid., p. 18

49 Ibid. p. 16

» e de « caos controlado » — foi largamente compartilhada pelas elites político-militares da Rússia. Isto levou à anexação da Crimeia e desencadeou o separatismo armado no Dombas.⁵⁰

Assim sendo, a noção de « cerco da OTAN » se enquadraria perfeitamente dentro dessa mentalidade e dessa percepção deturpada que a Rússia teria do seu « ambiente estratégico ». Ela seria, continua Micic, mais um elemento dentro de uma visão conspiratória das relações do Ocidente com a Rússia que gera « teorias » falsas, tais como: a Guerra Fria foi habilidosamente planejada e executada por Washington para provocar o fim da União Soviética; o colapso da União Soviética resultou dessa guerra; Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin traíram a pátria russa; a OTAN prometeu que não se expandiria para o Leste; o caso do Kosovo é semelhante ao da Crimeia; Washington organizou numerosas « revoluções coloridas » pelo mundo afora durante décadas para expandir a sua influência, da « Revolução Rosa » à « Primavera Árabe », e até mesmo os eventos de maio de 1968 na França, etc.⁵¹

Enfim, de acordo com essa visão expressada por Micic, se quisermos tentar entender a invasão da Ucrânia precisamos entender o argumento do « cerco da OTAN » como ideologia ou « narrativa » e não como um estado de coisas real que justificou o uso de uma força militar esmagadora contra esse país, mesmo se a crença sincera nessa « teoria da conspiração » possa ter motivado as ações belicistas de Moscou.

Contudo, e contrariamente a Micic, acredito que a percepção russa de estar « cercada » pelo Ocidente não pode ser vista apenas como um delírio paranoico irracional porque, afinal de contas, a expansão da OTAN para o Leste não constituiu um detalhe sem importância no cenário geopolítico europeu. A questão seria identificar a natureza e o significado desse « cerco ». Como tentei mostrar, esse « cerco » não teria sido de natureza verdadeiramente militar, mas isto não impediu que o mesmo criasse uma séria « angústia existencial » no seio do Estado Russo? Por quê?

Creio que a única resposta possível seria a luta política e ideológica pela influência na região do antigo espaço soviético. Nesse sentido, é evidente que a Rússia, sobretudo após a chegada de Putin ao poder, tem tentado recuperar o prestígio e o poderio perdido depois do colapso da União Soviética. Até certo ponto, Putin foi bem-sucedido nessa empreitada ao fazer a economia crescer, reorganizar o país e, externamente, aumentar o prestígio da Rússia aos olhos do mundo. Não obstante, ele falhou naquilo que lhe é mais caro: desfazer a tragédia que aos seus olhos (e de muitos outros russos) foi a dissolução do grande Estado soviético. Para realizar esse objetivo, a Rússia teria

50 Ibidem

51 Ibid. p. 17

de recuperar o seu espaço de influência, fazendo (re)gravitar para si os países do Pacto de Varsóvia, ou, pelo menos, aqueles que um dia foram repúblicas soviéticas. Ora, isso obviamente não foi o que aconteceu. Ao contrário, praticamente todos os países europeus do antigo « Segundo Mundo » deram as costas para a Rússia ao entrar para a União Europeia e para a OTAN. É aí que, creio, reside grande parte do problema, pois uma vez que um país ingressa nessas duas organizações ele se torna definitivamente irrecuperável para ambição russa de reconstituir a sua « grandeza » perdida no período 1989-1991. Essa seria a mais verossímil interpretação para « cerco da OTAN » ou do Ocidente: não uma ameaça militar real e iminente, mas sim uma espécie de « muro de contenção » que impediria, na visão de Putin e outros, o renascimento da Rússia como uma real grande potência mundial.

Enfim, existiria uma razão geopolítica real para a invasão da Ucrânia, mas não aquela apregoada por Moscou. Agora, se esse « muro de contenção » causa uma apreensão tão grande ao Estado Russo, a ponto de considerá-lo como uma « ameaça existencial » para o país, é porque a ideologia dominante que nele reina não concebe nem aceita uma Rússia contida dentro de suas fronteiras, fadada a ser apenas uma « potência regional » e não a grande potência mundial que já foi, como veremos mais adiante neste texto.

3 - Os neonazistas tomaram conta da Ucrânia?

3.1 O entretenimento de um mito e a realidade

É um lugar-comum dizer que a verdade é a primeira vítima da guerra, mas é também um fato que nenhuma guerra moderna foi levada a cabo sem uma concomitante propaganda que a justificou, tanto aos olhos do público doméstico como do internacional. A Guerra da Ucrânia não constituiu uma exceção a essa regra.

Desde a « Revolução Euromaidan », o Estado Russo começou a criticar o que estava acontecendo na Ucrânia de maneira planejada, escolhendo cuidadosamente o vocabulário a ser utilizado para suscitar o máximo de indignação dentro da população russa e também dentro da população russofona na Ucrânia. Para isso, o discurso estatal e jornalístico russo, procurou, e ainda procura, explorar ao máximo a memória sabiamente fabricada e entretida da « Grande Guerra Patriótica ».

Dentro dessa narrativa sobre a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética é vista como o país que derrotou praticamente sozinho o nazismo, sacrificando mais de 20 milhões de vidas para isso. Toda uma mitologia teria sido construída em torno desse grande feito histórico, minimizando a participação de outros países na derrota do nazifascismo e evacuando fatos menos lisonjeiros sobre a atuação da União Soviética nesse conflito, como o Pacto Molotov-Ribbentrop, as invasões da Polônia e da Finlândia, a anexação dos Estados Bálticos e o massacre de Katyn.⁵²

No que diz respeito à Ucrânia, a história oficial russa sobre a « Grande Guerra Patriótica » enfatiza a luta das tropas soviéticas não só contra os nazistas alemães, mas também contra os *banderovtsy*, os partidários do controverso líder nacionalista ucraniano, Stepan Bandera, que se aliou aos alemães para obter a independência da Ucrânia. Desta forma, a memória da guerra consagra uma dupla vitória soviética contra o nazismo na Ucrânia, isto é, a derrota das tropas hitlerianas em si mesmas e a derrota dos pró-nazistas ucranianos. As consequências da construção dessa narrativa histórica são extremamente importantes, visto que, na maneira como ela é apresentada, o nacionalismo ucraniano, mesmo nas suas formas mais democráticas, tende a ser visto como uma ressurreição de um nacional-socialismo ucraniano. Mesmo se uma boa parte dos nacionalistas ucranianos rompeu com a liderança de Bandera ainda durante a Grande Guerra e se hoje o nacionalismo ucraniano, em sua maior parte, se distanciou da ultradireita, o imaginário russo alimentado por uma história oficial consagrada em lei (a chamada lei Contra a Reabilitação do Nazismo de 5 de maio de 2014) associa automaticamente nacionalismo ucraniano e nazismo, permitindo uma propaganda anti-ucraniana muito eficaz.

De fato, o Governo Russo começou a usar os termos « nazista » ou « neonazista » contra a Ucrânia já em 2014, após a *Euromaiden*. Numa entrevista a um canal de televisão russo, realizada em 4 de março de 2014, Putin declarou que « a vitória dos radicais resultou num bacanal (*razgul*) de banditismo, neonazismo e na repressão daqueles que não apoiam Maidan ».⁵³ Quatro dias depois, o Ministro das Relações Exteriores Russo, Lavrov, afirmou que os países ocidentais deveriam parar « a cooperação com os atores neonazistas » acrescentando que:

Uma miopia escandalosa como essa é difícil de ser explicada e está provavelmente relacionada com a busca continuada de esquemas geopolíticos antirrusos. No ano em que

52 Domanska, Maria, 2019, *The Myth of the Great Patriotic War as a tool of the Kremlin's great power policy*, OSW Commentary, Number 316)

53 Pynnoniemi, Katri, 2016, *The Metanarratives of Russian Strategic Deception*, p. 82, in *Fog oof Falsehood – Russian Strategy of Deception and the Conflit in Ukraine*, Pynnoniemi, K. e Rácz, A. (eds), 2016

celebramos os 75 anos do início da Segunda Guerra Mundial, deveríamos lembrar as consequências que resultam de se brincar com nazistas.⁵⁴ (Ibidem)

Mas isto é mesmo verdade? A Ucrânia seria realmente um país onde os neonazistas se tornaram uma força política e ideológica dominante? Há evidências que permitem afirmar ou mesmo insinuar isso? Ora, os dados sobre a dinâmica política na Ucrânia não são condizentes com a visão de uma *polis* onde a extrema direita seria hegemônica. Ao contrário, esses dados sugerem o oposto, isto é, eles apontam para a fraqueza da extrema direita naquele país.

Voto em candidatos da extrema direita nas eleições ucranianas	
1998 (eleições parlamentares)	3,26%
1999 (eleições presidenciais)	0%
2002 (eleições parlamentares)	0,04%
2004 (eleições presidenciais)	0,17%
2006 (eleições parlamentares)	0,42%
2007 (eleições parlamentares)	0,76%
2010 (eleições presidenciais)	1,43%
2012 (eleições parlamentares)	10,52%
2014 (eleições presidenciais)	1,86%
2014 (eleições parlamentares)	6,57%
2019 (eleições presidenciais)	1,62%
2019 (eleições parlamentares)	2,15%

Fonte: Elaboração minha a partir de dados de Umland, A. 2020, p. 251⁵⁵

Como se vê, com a exceção do voto nas eleições parlamentares de 2012, os resultados eleitorais colhidos pela extrema direita na Ucrânia são pífios. Isto é ainda mais chamativo quando consideramos que a extrema direita ucraniana tinha condições de aumentar os seus percentuais nas

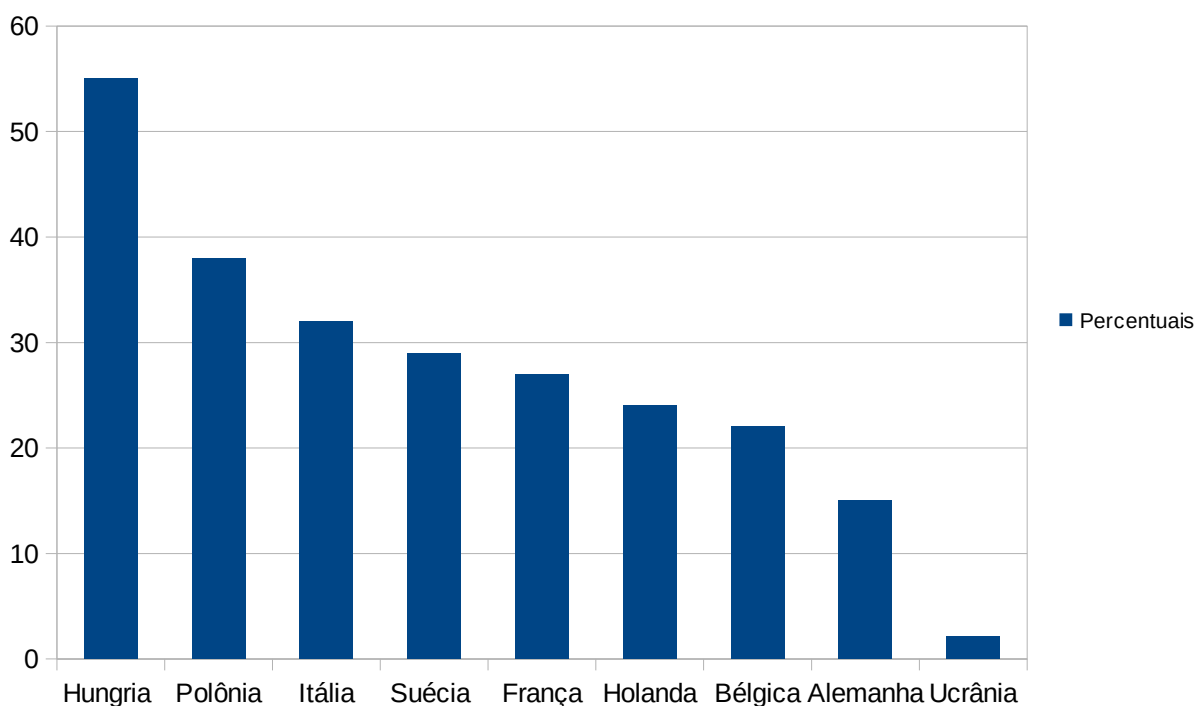
54 Ibidem

55 Umland, A., *The Far Right in Pre- and Post-Euromaidan Ukraine; From Ultra-Nationalist Party Politica do Ethno-Centric Uncivil Society*, in *Demokratizasiya – The Journal of Post-Soviet Democratization* 28:2 (Spring 2020) pp. 247-268

eleições após a anexação da Crimeia e o início da Guerra do Dombas, em 2014. Fatos como esses deveriam ter conduzido o eleitorado ucraniano a escolher partidos mais nacionalistas e direitistas, como *Svoboda*. No entanto, verificou-se exatamente o contrário. De 10,52%, em 2012, a extrema direita recebeu apenas 2,15% nas eleições parlamentares de 2019 (e somente 1,62% nas eleições presidenciais).

Esses números são ainda mais surpreendentes quando os comparamos com o avanço da extrema direita e da direita populista em outros países da Europa nos últimos anos. Nesse contexto, o eleitorado ucraniano parece muito menos propenso a apoiar candidatos de extrema direita do que o eleitorado de muitos países europeus.

Votação obtida pela extrema-direita nas últimas eleições*



(Fonte dos dados: Pew Research Center – Elaboração minha)

* A votação refere-se aos seguintes partidos: *Fidesz* (Hungria), *Prawo i Sprawiedliwość* (Polônia), *Fratelli d'Italia* (Itália), *Sverigedemokraterna* (Suécia), *Rassemblement National* (França), *Partij voor de Vrijheid* (Holanda), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Alternative für Deutschland* (Alemanha) e *Svoboda* (Ucrânia).

O quadro acima ilustra o afirmado anteriormente. A Ucrânia é um dos países da Europa onde a extrema direita populista e ultranacionalista é mais fraca, mesmo depois dos eventos, assinalados acima, que deveriam ter suscitado um aumento do voto dos partidos mais nacionalistas desse país.

[A] fraqueza eleitoral e a baixa legitimidade política dos ultranacionalistas da Ucrânia é historicamente e comparativamente notável. Elas são particularmente surpreendentes quando vistas no contexto das condições favoráveis tanto para a emergência da extrema direita na Ucrânia a partir de 1991, como para a emergência de vários partidos populistas e de extrema direita em muitos países da Europa do Leste e da Europa Ocidental (da Rússia e da Sérvia até a França e a Itália) nos últimos 30 anos.⁵⁶

Como explicar isto? Por que a Ucrânia seria uma espécie de exceção em um continente que conheceu e ainda conhece extremismos nacionalistas extremamente radicais e violentos?

Dois estudiosos da política da Ucrânia tentaram encontrar explicações para esse fenômeno singular em um artigo publicado em 2013.⁵⁷ Para eles, haveria cinco razões que poderiam contribuir para entender a situação peculiar da Ucrânia. A primeira razão seria a natureza « pós-colonial » do nacionalismo ucraniano, o que explicaria sua tendência a se identificar com ideias liberais e democráticas, em reação às políticas autoritárias e centralizadoras da época soviética, quando Kiev estava submetida aos ditames de Moscou. A segunda razão seria a divisão regional e étnica entre russos e ucranianos, o que diminuiria a atração do nacionalismo ucraniano no país. A terceira possível causa da fraqueza do nacionalismo ucraniano seria a baixa polarização entre ucranianos e russos, ou seja, um baixo nível de animosidade entre as duas principais etnias da Ucrânia, o que também contribuiria ao insucesso eleitoral dos nacionalistas ucranianos. A quarta razão seria uma homogenização da população ucraniana após a independência, devida sobretudo à emigração de grande parte da população judaica do país. Com isso, afirmam os autores do artigo, o ultranacionalismo inspirado no antissemitismo haveria declinado na Ucrânia. Por fim, a quinta razão que explicaria o fraco ultranacionalismo ucraniano seria a polarização no centro do tabuleiro político da Ucrânia, com uma confrontação barulhenta e hostil entre partidos não extremistas, o que talvez explicasse o pouco atrativo da estridente retórica ultranacionalista no meio dessa cacofonia.⁵⁸

No entanto, o artigo em questão já está desatualizado, pois, como sabemos, a situação política na Ucrânia mudou drasticamente a partir de 2014. Não há mais eleições ucranianas na Crimeia e no Dombas, o que elimina a segunda razão explicativa. Tampouco pode-se dizer que não teria havido, após 2014, uma polarização entre russos e ucranianos, o que descarta a terceira razão. Eu fico com a impressão que uma espécie de versão modificada da primeira razão seria a mais

56 Ibid., p. 252

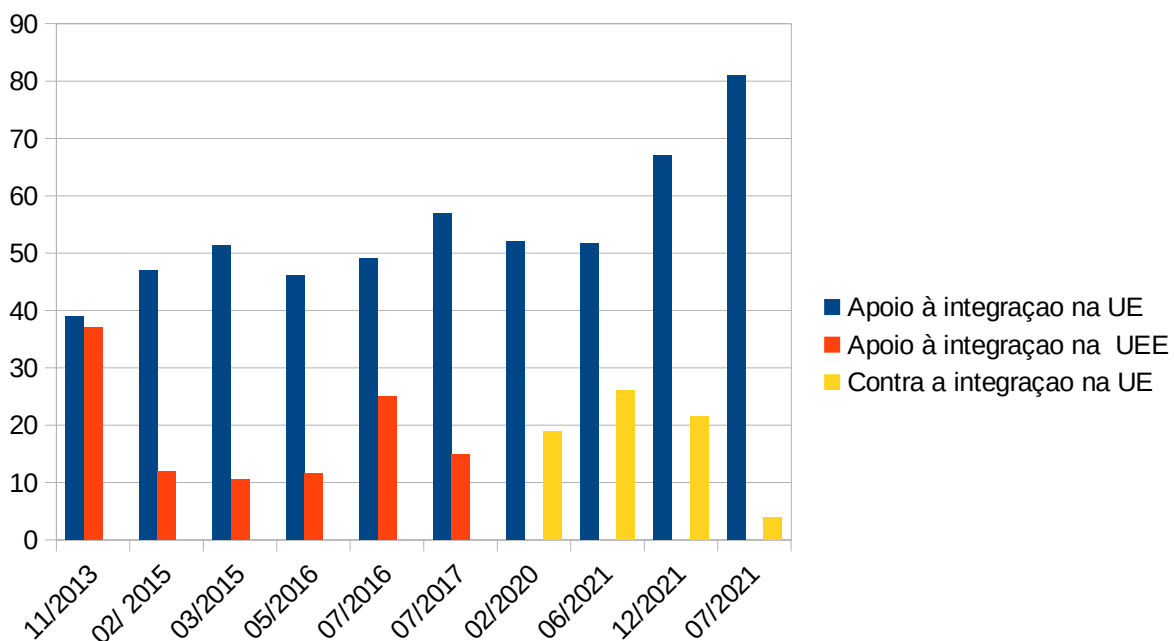
57 Umland, A. e Shekhovtsov, A., 2013, *Ultraright Party Politics in Post-Soviet Ukraine and the Puzzle of the Electoral Marginalisation of Ukrainian Nationalists in 1991-2009*, in *Russian Politics and Law*, vol 51, no 5, September-October 2013, pp. 33-58

58 Ibid., pp. 49-51

convincente de todas para explicar o nacionalismo não antidemocrático que predomina na Ucrânia, pelo menos a partir de 2014. A explicação seria relativamente simples : os ucranianos fizeram uma opção sólida pela União Europeia e suas instituições. Afinal de contas, a revolta « Euromaiden » não se chama assim à toa. Como vimos, foi a recusa do então presidente ucraniano de assinar um acordo coma União Europeia que suscitou um levante popular que terminou com a mudança de regime que tanto desagradou Moscou.

Os dados mostram que a, a partir de 2014, os ucranianos passaram a dar um apoio majoritário aos partidos pró-europeus e ao plano de integrar-se à União Europeia. Mais ainda, esse apoio só tem crescido ao longo do tempo.

Aumento do apoio à integração da Ucrânia na União Europeia



Fonte : Instituto Internacional de Sociologia de Kiev, elaboração minha
 Nota: UEE significa União Econômica Eurasiática (proposta pelo Governo Putin)

Como se nota, 2014 foi um ponto de inflexão importante na política ucraniana. O atrativo da União Eurasiática de Putin caiu drasticamente, enquanto a popularidade da União Europeia cresceu significativamente desde então. Mais ainda, os passos requeridos para a aceitação da Ucrânia na União Europeia começaram a ser tomados nesse ano.

De fato, em 21 de março de 2014, a Ucrânia e a União Europeia assinaram o Acordo de Associação Ucrânia-UE e, desde então, a Ucrânia teve de implantar reformas para respeitar as

exigências para juntar-se à União Europeia, tanto econômicas quanto políticas. Um relatório da Comissão Europeia sobre a evolução da Ucrânia como candidata à integração na União Europeia destacava várias reformas e iniciativas políticas, entre elas:

- 1) uma reforma política descentralizadora, lançada em 2015, com a criação de 705 novas municipalidades;
- 2) a implementação de um Plano Nacional de Direitos Humanos (2015-2020) e a eleição de uma *Ombudsperson* para Direitos Humanos, em 2018
- 3) a adoção de emendas ao Código Penal Ucrâniano para combater a violência baseada em diferenças sexuais e de gênero, em 2017;
- 4) a aprovação de um Programa de Direitos e Oportunidades Iguais para melhorar a igualdade de gênero no país, em 2018 e,
- 5) a adoção de um novo marco para o estabelecimento de uma lei sobre Educação, que leva em conta as recomendações da Comissão de Veneza a respeito das minorias no país.⁵⁹

Obviamente, essas reformas políticas visam o fortalecimento das instituições democráticas e o respeito dos direitos humanos no país e são completamente incompatíveis com as ideologias racistas e autoritárias características dos grupos ultranacionalistas europeus. Ou seja, a ambição ucraniana de ser membro da UE jamais poderia se concretizar sem a marginalização e a neutralização dos seus grupúsculos de extrema direita e o efetivo abandono de toda as políticas discriminatórias que possam existir no país. Assim, o apoio popular à candidatura europeia da Ucrânia conjugado com a implementação das reformas necessárias à sua entrada na UE, criaram um ambiente político completamente desfavorável para o sucesso da direita ultranacionalista no país.

Tudo isto quer dizer que não há neonazistas/ultranacionalistas na Ucrânia? Claro que não. O neonazismo, ou algo semelhante a ele, manifestou a sua presença na história recente da Ucrânia, mas de maneira limitada. Especificamente, a organização mais importante dessa tendência política na Ucrânia é um partido chamado de Corpo Nacional, que foi fundado por Andriy Biletsky, líder do Regimento Azov (Parte de Guarda Nacional da Ucrânia). O fato de o Regimento Azov ter sido uma das unidades militares de mais sucesso na Guerra do Dombas, realmente contribui para a visibilidade e o prestígio desse segmento da extrema direita ucraniana.⁶⁰

59 Fonte: European Commission – Association Implementation Report on Ukraine, 2018

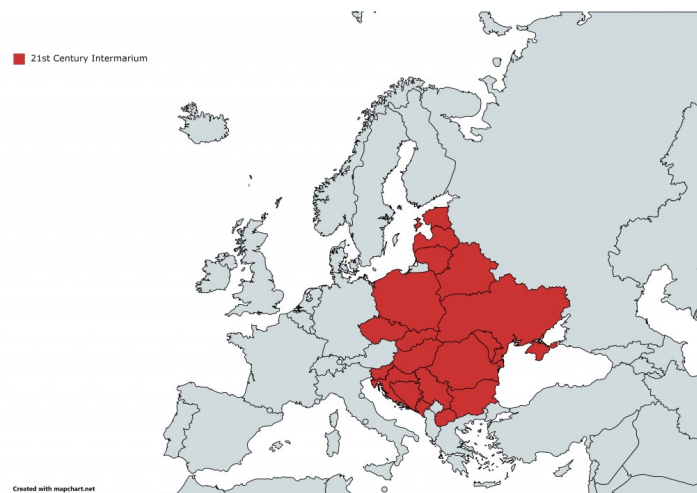
60 Fonte: Viacheslav Likhachev, 2018, *Democracy Study Centre 2018 Lecture*, www.youtube.com

No entanto, o Corpo Nacional, mesmo no auge de sua popularidade, apenas apoiou *Svoboda* nas eleições parlamentares, e só conseguiu risíveis 0,04% das cadeiras disponíveis nas últimas eleições regionais da Ucrânia (2022).

A despeito de seus resultados eleitorais francamente catastróficos, essa extrema direita que se organiza mais ou menos em torno do Corpo Nacional está presente e atuante na Ucrânia, tendo uma influência maior do que o seu insucesso eleitoral poderia sugerir. Entretanto, seria errôneo também sobrestimar a importância de organizações tão minoritárias como o Corpo Nacional e o Regimento Azov dentro do quadro político ucraniano. Isto porque, como vimos, a ideologia preponderante dentro do Estado e da sociedade civil ucranianos é, hoje, claramente pró-europeia e pró-democrática sendo, portanto, completamente incompatíveis com os valores e os planos políticos dessas organizações de extrema direita, o que se reflete nos seus resultados eleitorais muito fracos.

Nesse sentido, o contraste entre a ideologia do Regimento Azov/Corpo Nacional e as ambições econômicas, sócias e políticas predominantes na Ucrânia não poderia ser maior. Por exemplo, uma coisa que pode surpreender muitos é o fato de que essas duas organizações são contra a integração da Ucrânia na União Europeia e na OTAN, preferindo uma espécie de superestado confederado que uniria a Ucrânia, a Bielorrússia, a Polônia, os países da ex-Iugoslávia e os Países Bálticos. Esse projeto geopolítico mirabolante chama-se *Intermarium* e é levado muito a sério pelos alguns militantes ultranacionalistas ucranianos. O projeto *Intermarium* visa formar um bloco de países que uniria o Mar Negro, o Mar adriático e o Mar Báltico numa superentidade política, criando assim uma espécie de superpotência civilizacional na Europa Oriental.

O *Intermarium*, o sonho geopolítico do Regimento Azov



O *Intermarium* seria a alternativa necessária à Europa dirigida por Bruxelas, pois, para os membros do Regimento Azov/Corpo Nacional, a União Europeia e a própria OTAN seriam entidades fracas e ultrapassadas, não só incapazes de defender a Ucrânia e o resto da Europa do expansionismo russo, mas também impotentes para conter as forças centrífugas em seu próprio seio.

Com a sua diplomacia principalmente influenciada por pelas questões econômicas [a Europa] mostra mais uma reação [aos eventos internacionais] do que uma capacidade de ação. [A Europa] é portanto , para o Regimento Azov, um ator internacional fraco que não soube opor à Rússia uma resistência eficaz. [Os membros do Regimento Azov] optam por uma linha dura contra a Rússia e concordam em estigmatizar um mundo ocidental incapaz de enfrentá-la. Para eles, é menos a potência renascente dos russos e o retorno do império [russo] que lhes inquietam, mas, sobretudo, a fraqueza, a deliquescência e a apatia de uma Europa agonizante. Portanto, para os líderes do Regimento Azov, está fora de questão ver a Ucrânia integrar-se à União Europeia, sob o pretexto de testemunhar assim a desapareção das particularidades nacionais do país.⁶¹

Fortemente eurocéticos, os integrantes do Regimento Azov/Corpo Nacional acreditam que a maneira de integração europeia, fortemente tecnocrática e centralizada, termina numa « satelização » de seus Estados-Membros, provocando também reações centrífugas como o Brexit.⁶²

No fim das contas, podemos dizer então que a ideologia do Regimento Azov é muito semelhante ao pensamento nacionalista, eurocético, antidemocrático e anti-imigração da extrema direita dos outros países do continente europeu, porém com uma especificidade própria que lhe é dada pela história da Ucrânia e por sua posição geográfica. Assim sendo, como o resto da extrema direita europeia, o Regimento Azov vê a Europa sitiada e invadida pelo Islã, contra o qual as reações da Europa Ocidental seriam extremamente fracas e passivas. No entanto, diferentemente da extrema direita europeia, a extrema direita ucraniana que se incarna no Regimento Azov e no Corpo Nacional vê também com extrema apreensão, como se constata, a expansão da Civilização Russa, que constituiria uma ameaça existencial para o país. Consequentemente, a Ucrânia estaria condenada a lutar não só contra uma, mas contra duas civilizações hostis distintas.

61 Nonjon, Adrien, 2017, *L'Ukraine d'Azov : représentations géopolitiques et stratégie de propagande d'un régiment ultranationaliste ukrainien*, pp. 91-92

62 Ibid. p.92

Para Andriy Biletsky, o combate do Regimento Azov se insere no combate contra duas civilizações : a « civilização euro-asiática », isto é, a Rússia e o seu entorno, e a « civilização muçulmana ». [...] O primeiro confronto visível é, segundo o líder do Regimento Azov, no Leste da Ucrânia contra a civilização euro-asiática imperialista. [Mas ele] considera o Islã, a Umma , como a única religião militante suscetível de querer se estender no território do Cristianismo, e as referências culturais dessa religião estão no centro das preocupações do Regimento Azov quando [Biletsky] considera o futuro da Europa.⁶³

É interessante notar que nessa perspectiva de confronto de civilizações, a extrema direita ucraniana considera o *Intermarium* como uma civilização diferente, uma espécie de variante da Civilização Ocidental que poderia ser chamada de « Civilização do Leste Europeu ». Essa civilização poderia ser considerada como um muro contra o expansionismo da « Civilização Eurasiática » que teria como centro a Rússia. Portanto, a ideologia do Regimento Azov, apesar de enxergar a dinâmica das relações internacionais como uma confrontação hobbesiana entre civilizações, como o fez Samuel Huntington, difere deste último por considerar o « eurasionismo », e não a religião ortodoxa, como o elemento estruturante da civilização à qual a Rússia pertenceria. Esta última não seria, então, uma espécie de variante da Civilização Ocidental, mas sim um híbrido de dois continentes, que englobaria não só a Rússia, como também os países asiáticos que fizeram parte da União Soviética e até mesmo a Mongólia e a China.⁶⁴ Ainda dentro dessa visão, a Ucrânia não seria, como acreditava Huntington, um « país rachado » entre duas civilizações (Ocidental e Ortodoxa)⁶⁵, mas sim o berço da « Civilização do Leste Europeu », cuja origem se encontraria do Rus de Kiev.⁶⁶

Essa visão de confrontos de civilizações do Regimento Azov, no final das contas, se assemelha à visão de todas as variantes da extrema direita na Europa, inclusive a extrema direita russa. Assim, afirmar que a Ucrânia estaria « tomada » ou « controlada » por neonazistas é, no mínimo, um enorme exagero. Um exagero cientemente entretido pela propaganda de guerra russa como meio de justificar a drástica e violenta intervenção armada naquele país. Contudo, seria um erro minimizar o problema da presença de um grupo de fanáticos de extrema direita armados dentro de qualquer país. No contexto ucraniano atual, a existência do Regimento Azov é muito delicada

63 Ibid. pp. 106-107

64 Ibid. p. 106, 109

65 Huntington, S., 1996, *The Clash of Civilizations*, p. 166

66 Nonjon, A., 2017, p. 106

pois esse grupo armado é relativamente autônomo e não compartilha a ideologia dominante dentro do Estado Ucrainiano, que é, grosso modo, democrática e liberal. Hoje, eles estão lutando contra os russos ao lado do governo de Zelinsky, mas amanhã poderão se voltar contra ele. Obviamente, haverá o momento em que a guerra contra a Rússia chegará ao fim, e ela deverá terminar em torno de negociações territoriais onde a Ucrânia certamente terá de abrir mão, *de jure* ou *de facto*, de uma parte de seu território reconhecido internacionalmente. Ora, isto é completamente inaceitável para os membros radicalizados do Azov, que mais do que recuperar o território ocupado pela Rússia, inclusive a Crimeia, querem também lançar as bases para o *Intermarium*. Desta forma, não é difícil imaginar o momento em que o Regimento Azov apontará as suas armas contra o Governo Zelinsky, que ele, sem dúvida, tratará de « traidor » quando as concessões territoriais ocorrerem. A Ucrânia corre então o risco de ter de lidar com um grupo terrorista que não hesitará em atacar com violência o centro do poder político ucraniano, após uma guerra extremamente destrutiva e cruel e com um país em frangalhos. Tampouco pode ser descartada a possibilidade de um aumento expressivo do apoio da população ucraniana a partidos e movimentos de extrema direita em um contexto de derrota contra o inimigo russo conjugado com as crises econômica e política que, provavelmente, também farão parte desse contexto. Assim como a opinião pública ucraniana alinhou-se ao ideário liberal com a promessa do ingresso na União Europeia e na OTAN, ela poderá dar as costas a ele se sentir que essa promessa for traída ou que os resultados esperados não se concretizaram

3.2 O outro lado da moeda: a extrema direita russa e a guerra na Ucrânia

Já vimos a questão da extrema direita na Ucrânia. Porém, se nós quisermos entender o conflito russo-ucrainiano, deveríamos também dar uma olhada na extrema direita russa e na sua participação nesse conflito.

Organizações e partidos de extrema direita na Rússia abundaram nesse país desde os anos 1990 (são tantos que seria enfadonho tentar citar todos). Uma característica de quase todos eles é a de negar o direito da Ucrânia de existir enquanto país independente. O Partido Nacional Bolchevique, por exemplo, dizia claramente no seu programa de 1994 que tinha como objetivo « a unificação dos territórios das antigas repúblicas soviéticas » e « a criação de um vasto império continental ». Por outro lado, a União Nacional Russa e outros partidos nacionalistas étnicos proclamavam que era necessário unir a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia para formar um único país.

As ideologias nacionalistas desses partidos e os movimentos a eles associados seguiam a noção de Eurasianismo, no caso do sonho neoimperialista continental, e o conceito de « *Ruskii Mir* », no caso na unificação dos três países citados acima. E essas ideologias não existiam apenas como marcos teóricos que guiavam esses partidos (e o próprio Kremlin), mas foram efetivamente colocadas em prática.

Para os nacionalistas russos radicais, a ideologia de restauração imperial não era uma abstração. O Partido Nacional Bolchevique, a União Nacional Russa, a União da Juventude Eurasiática, as unidades armadas cossacas e outros grupos abriram ativamente seções de suas organizações na maioria das regiões russofonas dos países vizinhos da Rússia. Durante anos, essas organizações rejeitaram simbolicamente o status quo geopolítico que emergiu após o colapso da União Soviética e prepararam os seus membros para que apoiassem os interesses da Rússia. A lógica interna dos eventos que ocorreram na virada do ano 2014 e com a anexação da Crimeia estimulou esses grupos a mudar o seu *modus operandi*, passando dos insultos periódicos aos símbolos do Estado Ucrainiano a ações violentas.⁶⁷

Portanto, as organizações e partidos ultranacionalistas russos já estavam ativos dentro da Ucrânia bem antes da guerra começar. Em 1998, o chefe do Partido Nacional Bolchevique, Edouard Limonov, descreveu em detalhes e com precisão os eventos que seriam o estopim para a chamada « Primavera Russa » no Dombas quinze anos depois, assim como a intervenção russa na Ucrânia. Portanto, não é surpreendente constatar que milhares de membros da organização Outra Rússia (herdeira do Partido Nacional Bolchevique) foram lutar no Dombas no período 2014 – 2015. Por outro lado, Pavel Gubarev, o primeiro governador separatista do « oblast » de Doneskt foi um membro ativo da União Nacional Russa e admitiu ter recebido treinamento militar nesse partido. Mais ainda, A. Barkashov, outro membro da União Nacional Russa, teria instruído o líder de um dos grupos paramilitares pró-russos do Dombas sobre como e quando eles deveriam organizar um referendo sobre a independência das repúblicas separatistas dessa região.⁶⁸

Constata-se, assim, que a ultradireita russa foi de capital importância para organizar e lançar as hostilidades que foram o estopim da Guerra do Dombas. Caberia então lançar aqui a hipótese óbvia: essa atuação da extrema direita russa no sentido de desestabilizar o Estado Ucrainiano no Dombas e preparar a guerra que se seguiu foi provavelmente financiada e organizada pelo próprio

67 Likhachev, Vyacheslav, 2016, *The Far Right in the Conflict between Russia and Ukraine*

68 Ibid.

Estado Russo. Nesse sentido, o fato de que o FSB teria recrutado membros das organizações de extrema direita russas para atuar no Dombas lhe dá credibilidade.⁶⁹

Fala-se muito, então, dos neonazistas/ultranacionalistas da Ucrânia, mas fala-se muito pouco da ultradireita russa, que também ostenta ou ostentava símbolos neonazistas nas suas insígnias e símbolos. É o caso da União Nacional Russa, que modificou a sua insígnia durante a Guerra do Dombas, tirando a suástica modificada que sempre tinha usado antes, e é também o caso das insígnias dos grupos de sabotagem neonazistas « Rusich » e « Ratibor », ligados ao grupo armado « Batman », e das insígnias do batalhão « Svarozhichi », da brigada « Oplot », todos ativos no Dombas.⁷⁰

Tudo isto revela que a ideologia dos ultrarradicais ucranianos se assemelhava à ideologia dos ultrarradicais russos, ambos aderindo a uma ideologia nacionalista etnocêntrica e racista, com referências simbólicas, intencionais ou não, ao nacional-socialismo alemão. Ironicamente, os grupos paramilitares de extrema direita que o Kremlin ajudou a organizar e enviou à Ucrânia para lutar contra os « neonazistas » que estariam « cometendo um genocídio » contra os russofonos nesse país eram tão « neonazistas » quanto eles. A diferença entre os dois grupos, parece ter sido o nível da importância da atuação dos grupos « neonazistas » em seu seio.

No geral, os membros dos grupos de extrema direita tiveram um papel muito maior no lado russo do conflito do que no lado ucraniano, especialmente no começo [da Guerra do Dombas]. Se esse papel foi decisivo ou não, é difícil dizer. No mínimo, ele foi notável.[...] É pouco provável, no entanto, que a rebelião separatista no Dombas inspirada pelo Kremlin poderia ter ocorrido como ocorreu sem a participação dos nacionalistas extremistas russos.⁷¹

Efetivamente, alguns autores que analisaram a Rússia e Ucrânia na perspectiva da atuação da extrema direita, nos mostram que o contraste entre os dois países nesse respeito não seria a presença de « nazistas » e ultradireitistas na Ucrânia e a ausência dos mesmos na Rússia, mas, ao contrário, a maior importância dessas correntes políticas na Rússia.

A diferença entre a Ucrânia e a Rússia é talvez mais claramente visível no número e no grau das agressões por parte de ativistas neonazistas nesses dois Estados pós-soviéticos. De acordo com Viacheslav Likhachev, um proeminente especialista do extremismo de direita eslavo-

69 Ibid.

70 Ibid.

71 Ibid.

oriental, o número de skinheads nazistas na Ucrânia não excedia dois mil, em 2008. Na Rússia, em contraste, os números correspondentes, estimados por Galina Kozhevnikova, do Centro de Análise e Informação SOVA, variavam entre vinte e trinta e cinco mil. De acordo com outros dados, o número de skinheads russos excederia sessenta mil, em 2006, e poderia ter atingido setenta mil, em 2008. Mesmo levando em consideração que a população da Rússia é o triplo da população da Ucrânia, há uma diferença substancial entre a prevalência de skinheads nos dois países.⁷²

Outro fato importante a ser considerado é a extensão da penetração da extrema direita dentro da própria estrutura de Estado de ambos países. Enquanto o Estado e os partidos políticos ucranianos parecem ter sido atraídos pela ideologia liberal ocidental, o mesmo não pode ser dito do Estado e dos principais partidos políticos russos, os quais tandem a expressar um nacionalismo e um autoritarismo cada vez mais exacerbados, que veem o conflito com a Ucrânia como uma expressão de uma guerra entre duas civilizações incompatíveis entre si, sendo uma delas, a Ocidental, frouxa, débil, decadente por sua permissividade e globalizante nos seus desígnios e a outra, a Russa ou Ortodoxa, virtuosa, forte e capaz de impor uma nova ordem mundial mais justa. Essa visão não se deu por acaso e foi construída sobre as ruínas da União Soviética.

4 - As bases da recriação de uma ideologia nacionalista russa

4.1 Um país devastado que precisava se reerguer

Logo após o colapso da União Soviética, a sociedade russa se viu em maus lençóis. Se o regime soviético autoritário tinha acabado, as condições de vida dos cidadãos ordinários piorou substancialmente. Em vez de optar por uma transição suave entre uma economia estatal centralizada para uma economia de mercado, as reformas econômicas recomendadas pelo FMI, Banco Mundial e outros, provocaram um « choque de capitalismo » brutal e extremamente nocivo para o país e sua população. O PIB diminuiu, o desemprego aumentou, o poder aquisitivo do rublo despencou e os russos começaram a passar fome. Quem tinha coisas de valor, mesmo pequeno, passou a vendê-las para poder sustentar-se, pois os salários e as aposentadorias não eram mais suficientes. A situação piorou tanto que a esperança de vida dos russos diminuiu nos anos 1990. A economia e a política do país passaram a ser dominadas por grupos oligárquicos mafiosos, formados por ex-membros do Partido Comunista Soviético, que se apoderaram de empresas estatais e as transformaram em

⁷² Umland, A. e Shekhovtsov, A., 2013, p. 47

verdadeiros feudos protegidos com uma violência feroz. Na área internacional, o prestígio e o poder russos viraram coisas do passado. Antes um polo do binômio que controlava o mundo, a Rússia viu-se rapidamente na situação de uma mera potência regional decadente, mesmo com o seu ainda impressionante arsenal nuclear. Enfim, a Rússia parecia ter chegado ao fundo do poço e, quando se chega ao fundo do poço, o único a caminho a seguir é para o alto, para uma reconstrução do país.

Nesse contexto deprimente de terra arrasada, econômica e ideologicamente, a Rússia realmente precisava se reerguer, se reinventar, mudar de pele. Como fazer isso? No diz respeito ao funcionamento econômico do país, era óbvio que algum tipo de comando central era necessário para acabar com feudos mafiosos que dominavam o país. No que diz respeito à imagem que a Rússia tinha de si mesma, era preciso responder a algumas perguntas bem básicas que qualquer nação precisa responder para ter uma identidade própria, a saber: O que é nosso país? Quem somos nós? Qual é o nosso lugar no mundo? Isto é absolutamente fundamental, pois nenhum país pode existir sem uma identidade própria erigida sobre mitos fundadores que lhe dão sentido e propósito. E nas ruínas da União Soviética os russos não tinham mais esses parâmetros primordiais. De fato, a situação na Rússia era tao ruim nos anos 1990, que os sociólogos do *Levada Center*, o maior instituto de pesquisas de opinião da Rússia, tiveram de cunhar a expressão « identidade negativa » para descrever o ânimo dos russos em relação ao país e si mesmos.

O chefe do Levada Center, Lev Gudkov, definiu esse conceito como um modo particular de autoconstituição (autodefinição) que usa o oposto, o « Outro», para definir a sua individualidade, refletida na negação de algumas qualidades e valores do « Outro» como algo estranho, repelente, medonho, ameaçador e personificando tudo o que é inaceitável para um grupo ou membros de uma comunidade. Em resumo, a identidade negativa refletia a ausência de símbolos positivos e de identificantes que os cidadãos russos poderiam usar para descrever o seu senso de pertencimento.⁷³

Enfim, a identidade nacional russa necessitava uma reconstrução positiva e essa reconstrução só poderia ser alicerçada com o uso das referências históricas disponíveis sobre o país, isto é: o Império Russo e a União Soviética. Como o presente era terra arrasada, só a recuperação da memória ou uma releitura do passado poderia fornecer os elementos simbólicos com os quais seria possível recuperar o orgulho nacional e dar um novo propósito ao país. A Rússia tinha caído em desgraça,

73 Sharafutdinova, Gulnaz, 2020, *The Red Mirror – Putin’s Leadership and Russia’s Insecure Identity*, Oxford University Press, p.98)

mas também tinha sido um país de uma enorme grandeza e projeção internacional. Por que não poderia sê-lo de novo?

4.2 Controlar o « hardware » para controlar o « software »

Pode-se dizer que este exercício de recuperação da grandeza perdida teria sido uma operação política orquestrada em dois frentes: o frente simbólico interno; notadamente com a construção de uma máquina de propaganda midiática controlada pelo Kremlin e pelo controle da educação do país e o frente externo e geopolítico, com uma progressiva política de confrontação com o Ocidente e a criação de uma ideologia de Estado renovada, fundamentada na elaboração de novos conceitos e teorias sobre a situação e o destino da Rússia no mundo.

No que diz respeito ao primeiro frente, aquele que visa o controle da visão que os cidadãos têm do seu próprio país, caberia destacar o uso planejado de ferramentas ideacionais para a construção de uma nova identidade nacional, ora baseadas em experiências negativas (trauma escolhido) ou experiências positivas (glória escolhida).⁷⁴ Um óbvio exemplo de trauma escolhido foi a já referida experiência humilhante dos anos 1990, uma experiência que uniu os russos num sofrimento comum e os conclama a reivindicar reparações contra os responsáveis « outros » (justamente, a identidade negativa). Por outro lado, o exemplo mais gritante da « glória escolhida » é a vitória nacional na « Grande Guerra Patriótica », de memória sabiamente entretida pelo Kremlin.

O significado da Segunda Guerra Mundial e da vitória da Rússia na Grande Guerra Patriótica para a política simbólica contemporânea do Kremlin é amplamente reconhecido. Lev Gudov [chefe do Levada Center] sublinhou o seu papel como único símbolo positivo que trabalha para consolidar a nação russa hoje. O papel simbólico crescente da guerra tornou-se especialmente claro no seu contraste com a erosão de outros assuntos soviéticos que suscitaram orgulho no passado, i.e., êxitos soviéticos na exploração espacial, ciência e tecnologia, educação, industrialização e o status da União Soviética como superpotência.⁷⁵

A partir dessas experiências começou a ser construído um discurso político direcionado ao grande público, destinado a fabricar um consenso nacional em torno das ações do governo e a forjar ou reforçar uma identidade russa, uma ideia da Rússia, baseada em glórias e grandezas passadas e

74 Ibid. p. 106

75 Ibid. p. 107

reativa às humilhações sofridas. Esse discurso precisava de um hardware e de um software. O hardware, isto é, o controle governamental dos principais canais de TV russos e de seus jornalistas, teria sido garantido por Aleksei Gromov, secretário de imprensa de Vladimir Putin entre 2000 e 2008. O software, quer dizer, o discurso em si mesmo, teria ficado a cargo de Vladislav Surkov, Vice-Chefe da Administração Presidencial da Rússia entre 1999 e 2011. O novo discurso de Estado teria evoluído aos poucos, passando a ser elaborado com mais urgência a partir de 2004, depois da chamada « Revolução Laranja » na Ucrânia.

Surkov estava encarregado de desenvolver e promover a moldura ideológica central que guiou a elaboração das políticas do Kremlin na primeira década dos anos 2000. Ele foi de suma importância para o desenvolvimento dos elementos principais da resposta do Kremlin à revolução eleitoral na Ucrânia, em 2004, um acontecimento considerado como altamente ameaçador para a recém-conquistada estabilidade política russa. No esteio da « Revolução Laranja », o Kremlin se focalizou mais intensamente no conteúdo e nos meios da sua comunicação política, produzindo um novo « discurso guardião » (cujo nome vem de *okhraniteli*, o apelido usado para referir-se ao grupo pró-Kremlin de analistas e jornalistas que propagaram ideias mais conservadoras misturadas com beligerância ativa contra o Ocidente). Este grupo de analistas incluiu Nicolai Starikov, Segei Markov, Sergei Kurginyan, Aleksandr Dugin, Aleksandr Prokhanov, e alguns outros. Muitos deles se tornaram membros do Clube Izborsky – a nova vanguarda conservadora da Rússia – um grupo de reflexão fundado por Prokhanov em 2012.⁷⁶

Com o « hardware » nas mãos do Kremlin, tornou-se possível controlar o conteúdo do que a maioria da população russa poderia ou não assistir. Porém, contrariamente à era stalinista, a censura não teria sido direta, mas sim induzida por « sugestões » de como e que notícias deveriam ser apresentadas e quais deveriam ser ignoradas. Desta forma, o governo sugeria os temas (*temniki*) que precisavam ser tratados pela mídia e de que maneira seria conveniente apresentá-los, veiculando-se assim o « software » desejado. Por outro lado, os assuntos que não deveriam ser tratados também eram explicitados, criando-se uma zona proibida na qual os jornalistas não deveriam entrar. Obviamente, os jornalistas que não seguiam as instruções políticas do Kremlin arriscavam não só a perda do emprego, como também a própria vida. A lista dos mortos inclui Anna Politkovskaya, Ivasn Safronov, Anastasia Baburova, Satalilav Markelov, Natalia Estemirova e muitos outros.⁷⁷

76 Ibid. pp. 135-136

77 Ibid. p. 137

Seria um erro, entretanto, pensar que a ideologia veiculada pela mídia russa e elaborada por Surkov nasceu pronta no início dos anos 2000 e não sofreu modificações desde então. Neste ponto, Sharafutdinova sublinha que as primeiras versões dessa nova ideologia de Estado não excluíram totalmente a democracia, e nem tampouco a inserção da Rússia no mundo globalizado, como valores positivos a serem conservados. O conceito de « democracia soberana », por exemplo, refletiria a preocupação de promover a plena soberania da Rússia face ao Ocidente, sem contudo renunciar a construir uma sociedade relativamente aberta domesticamente e engajada com o mundo internacionalmente. Não obstante, a partir de 2012 houve uma mudança radical de perspectiva e a « democracia soberana » deu lugar à « moralidade soberana », uma maneira de ver a Rússia como uma civilização excepcional e virtuosa, oposta ao Ocidente decadente e imoral.⁷⁸

Essa mudança teria sido motivada pelas manifestações de 2011-2012, organizadas por partidos e movimentos de oposição ao regime de Putin e que reclamavam, entre outras coisas, eleições livres e limpas e a própria renúncia de Putin. Abandonado pela maior parte das elites urbanas intelectualmente sofisticadas das grandes cidades, o regime teria decidido apostar no apoio das grandes massas rurais, semirrurais e pobres do país, profundamente apegadas à Igreja Ortodoxa e seus valores conservadores. Assim sendo, a mídia dominada pelo Kremlin passou a propagar uma nova ideia da Rússia, da identidade russa, baseada em valores tradicionais e religiosos, contrastando essa identidade virtuosa com o Ocidente decadente e imoral.

Essa virada estratégica se expressou numa crescente confiança na Igreja Ortodoxa, numa mobilização de uma retórica baseada nos « valores russos tradicionais » e numa campanha contra valores não-tradicionais, supostamente associados ao Ocidente decadente. [Putin] ...colocou-se no papel de defensor dos valores morais e cristãos. Num pronunciamento que repercutiu no exterior, [ele] criticou os países euro-atlânticos por renunciarem às suas raízes espirituais e por, conseqüentemente, enfrentarem uma crise moral e demográfica, resultado de políticas que julgam como equivalentes famílias tradicionais e famílias homoafetivas, assim como a crença em Deus e a crença em Satã.⁷⁹

Desenhou-se assim uma nova maneira de se conceber a Rússia, alicerçada nas suas tradições mais conservadoras e no contraste da sua civilização com a Civilização Ocidental. Nessa nova (ou velha) perspectiva, a Rússia é vista como excepcional, desafiando por sua vez o excepcionalismo

78 Ibid. p.145

79 Ibid. pp. 146-147

americano, que certamente se vê como o exemplo a ser seguido no mundo. Ao fazê-lo, ela afirma o seu caráter único e virtuoso e se coloca a alternativa a ser seguida contra um mundo governado por valores decadentes defendidos por potências arrogantes.

Obviamente essas « novas » ideias não surgiram do nada, nem tampouco da cabeça de Surkov, da cabeça de Putin ou até mesmo da mente do Patriarca Kirill, chefe da Igreja Ortodoxa Russa. Essas ideias já estavam, por assim dizer, « no ar » e já tinham sido elaboradas, em grande parte, bem antes da chegada de Putin ao poder. Elas surgiram historicamente no passado imperial e soviético russo e foram reelaboradas no bojo do colapso da União Soviética.

5 - O Estado russo: passado imperial, *Ruskii Mir* e eurasianismo

5.1 A herança imperial e o breve interregno liberal

Evidentemente, a Rússia não é o único país do mundo que já foi um império. Reino Unido, França, Espanha, Portugal e até o Brasil já o foram. Entretanto, quando examinamos a história desses países, notamos que, uma vez o império em ruínas, ele nunca mais foi reconstituído, aliás, nem sequer houve uma verdadeira tentativa de reconstituição, mesmo se os laços colonialistas continuaram existindo, como no notório caso da França . Ninguém duvida que a Índia jamais voltará a fazer parte do Império Britânico ou que Angola também jamais se reunirá com Portugal. Assim, Reino Unido, Espanha, Portugal, Países Baixos e outras potências imperiais acabaram tornando-se Estados-Nação «ordinários», isto é, Estados com fronteiras definidas e sem colônias ou Estados vassalos.

Quando comparamos o Império Russo com os impérios europeus citados acima, algumas diferenças dignas de nota começam a aparecer. Entre as quais podemos destacar as seguintes:

1 – A Rússia não construiu um império ultramarino, mas sim um império contíguo em um mesmo continente. Nesse respeito, o próprio Lenin ressaltou que dos 22,8 milhões de quilômetros quadrados do Império Russo em 1914, 17,2 eram colônias internas. Para ele, mesmo se a Rússia era um país economicamente atrasado, que não exportava capital, isto não a impedia de ser um dos seis maiores impérios do mundo, em virtude das suas relações imperiais internas;⁸⁰

80 Lenin, V. I., 1963, *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*, Progress Publishers, pp. 60,61

2 – Essa mesma contiguidade territorial, tornou mais fácil o controle e a repressão de rebeliões ou movimentos independentistas nos territórios colonizados;

3 – Enquanto na Europa ocidental a conquista de impérios ultramarinos, deu-se após o processo de constituição dos países colonizadores em Estados, na Rússia a expansão imperial foi sincrônica com o processo de construção do Estado Russo;

4 – Contrariamente aos países citados acima, a Rússia conheceu períodos de descolonização seguidos de períodos de recolonização. Desta forma, após a Revolução Bolchevique, antigas colônias do Império Russo foram liberadas, porém, pouco depois foram reconquistadas e reinseridas em um novo Estado centralizador.⁸¹

Este movimento de descolonização/recolonização pode ser associado às diferentes concepções e políticas que Lenin e Stalin desenvolveram no que diz respeito às nacionalidades dentro da Rússia. Para Lenin, as nações da Rússia, com exceção da Rússia propriamente dita, eram « incrivelmente oprimidas pela monarquia tsarista », o que, num país socialista deveria ser sanado. Mas do que isto, para Lenin, as nações do mundo tinham o direito inalienável de « formar Estados separados ou de optar livremente pelo Estado do qual gostariam de fazer parte ».⁸² Para Stalin, mesmo se as nações possuíssem atributos próprios como uma língua, um território, uma economia e uma cultura, disto não decorria o direito de formar um Estado. Ao contrário, as nações conhecidas à época eram nações nascidas no desenvolvimento capitalista e, portanto, nações burguesas. Com o advento do socialismo, estas nações estavam fadadas a desaparecer. Internamente, isto significava que a Ucrânia, a Geórgia, a Armênia e outras nações que constituíam o espaço russo/soviético deveriam desaparecer para subsumir-se ao nascente grande Estado socialista.⁸³ Concretamente, Stalin, como sabemos, praticou uma política brutal vis-à-vis as nações minoritárias dentro da União Soviética, reunindo etnias díspares num mesmo território, separando etnias em territórios díspares e praticando uma política de deportações internas em massa quase genocida, reforçando um Estado central tirânico, tal como o Estado imperial russo, que perdurou até o colapso do gigante soviético.

Ora, se a formação do Estado russo deu-se *pari passo* com a sua expansão imperial e se os seus « reflexos » imperiais continuaram a manifestar-se na época soviética, caberia aqui então a pergunta: A Rússia tornou-se realmente um Estado pós-imperial após ressurgir das cinzas da União Soviética? Aparentemente, tudo apontava nessa direção, ou, pelo menos, assim se pensava, mesmo

81 Van Herpes, Marcel H., 2014, *Putin's Wars – The Rise of Russia's New Imperialism* – Introdução

82 Lenin, V. I., 1977, *Lenin Collected Works*, Progress Publishers, Moscow, Volume 19, pp. 243, 244

83 Stalin J., 1929, *The National Question and Leninism*, International Publishers, New York, pp. 4, 7

se países como Estônia, Letônia, Lituânia, Finlândia e Polônia, vítimas históricas das ambições geopolíticas soviéticas, pudessem ter sérias dúvidas a esse respeito.

De fato, logo após o colapso da União Soviética, a política externa russa teve uma visão dos interesses russos como estreitamente vinculados à integração desse país à Europa e à construção de uma verdadeira democracia no país. Os primeiros pensadores da geopolítica russa foram assim pró-ocidentais e pró-europeus, acreditando em um futuro russo dentro da Europa e renunciando a qualquer tentação de recuperação da antiga grandeza russa ou soviética através de alguma forma de novo expansionismo. Nas palavras de Andrei Kozyrev, o primeiro Ministro das Relações Exteriores da nova Rússia:

Sem dúvida, a Rússia não deixará de ser uma grande potência. Mas ela será uma grande potência normal. Os seus interesses nacionais serão a prioridade, mas estes interesses serão compreendidos pelos países democráticos e a Rússia os defenderá através da interação com os seus parceiros, não através da confrontação... Estas reformas [políticas e econômicas] oferecem, na visão do governo, o único caminho para a prosperidade russa enquanto uma grande [porém normal] potência Eurasiática em todos os seus aspectos – europeu, asiático, siberiano e extremo-oriental – uma potência que na sua vida doméstica e na sua política externa refuta a profecia pessimista de Rudyard Kipling de que o Oriente e o Ocidente jamis se encontrarão.⁸⁴

Nada mais eloquente que as palavras acima para ilustrar as ideias que predominavam dentro do governo russo nos inícios da década de 1990. Essas ideias parecem dever muito ao próprio Gorbachov e à sua « Nova Maneira de Pensar » que acreditava na « transição de um mundo bipolar para um mundo sem polos, baseado na harmonia e no entendimento internacional e sem hegemonias dentro do sistema ».⁸⁵ Gorbachov rejeitava assim as antigas noções tradicionais de geopolítica que enfatizavam o balanço de poder e o jogo de soma nula. Ao contrário, ele propunha a cooperação multinacional e a interdependência dos países sob a égide das Nações Unidas como o caminho a ser trilhado para um futuro melhor e pacífico para o mundo.⁸⁶ E isto também é válido para aqueles que o sucederam, já no comando do governo pós-soviético.

84 Kozyrev, Andrei, *Russia a Chance for Survival*, Foreign Affairs, Vol 71, No. 2, pp. 10 e 15

85 Kolossov, Vladimir e Turovsky, Rostislav, *Russian Geopolitics at the Fin-de Siècle*, Geopolitics, Vol 6, No 1, 2001, p. 143

86 Gorbachev, Mikhail, 1987, *Perestroika: New Thinking for Our Country and the World*, London, Collins, p. 137

Para os sucessores pró-ocidentais de Gorbatchov, a política externa era vista como uma ferramenta para assegurar condições exteriores favoráveis para o sucesso das reformas políticas e econômicas [que a Rússia implementava naquele então]. [...] Eles eram altamente críticos das ideias que se concentravam na reafirmação da « grandeza russa » e acreditavam que a preocupação excessiva com o status de grande potência da Rússia era simplesmente um complexo de inferioridade. Na sua visão, a Rússia deveria parar de se preocupar e se focar na democratização e na liberalização de seus assuntos domésticos. [...] A fórmula para devolver à Rússia a sua grandeza não se encontraria na reemergência de algum tipo de Ideia da Rússia, mas na integração da Rússia no sistema econômico e político ocidental através de uma parceria maior com as potências ocidentais e organizações internacionais.⁸⁷

O clima prevalecente nas altas esferas do Estado russo no que diz respeito às relações internacionais era de uma espécie de « kantismo otimista », piamente convencido das virtudes do entendimento e da cooperação internacional na construção de uma paz duradoura pós-Guerra Fria. No entanto, os « kantianos » afetos à de uma nova paz universal foram rapidamente derrotados e substituídos por seus rivais bem mais « hobbesianos » no comando do Estado russo.

Essa derrota teria se concretizado já em 1993, nas eleições para a Duma, quando o Partido Liberal Democrático da Rússia (nacionalista fascistoide) e o Partido Comunista da Federação Russa conquistaram as cadeiras necessárias para controlá-la. Então, formou-se uma coalizão pardo-vermelha, que fez da recuperação da grandeza russa no cenário internacional a sua prioridade, combatendo o « atlanticismo » dos liberais que rodeavam Iéltsin.⁸⁸

Não cabe aqui tentar uma explicação extensa sobre o porquê dessa derrota, bastando lembrar o que já foi dito acima sobre o desastroso « choque de capitalismo » dos anos 1990 na Rússia e talvez também, a bem da verdade, a insensibilidade ocidental com as preocupações russas com respeito à sua segurança e talvez até com a sua dignidade. O fato é que foi essa derrota que abriu o caminho a chegada de Putin ao poder, em 31 de dezembro de 1999. E esse novo governo inaugurou também uma nova era na política russa. Uma era caracterizada por um nacionalismo exacerbado, por uma política externa beligerante e expansionista, pela repressão a toda oposição política, inclusive com assassinatos, pela subserviência total do poder jurídico ao executivo, pela destruição da imprensa livre, pela transformação da mídia em máquina de propaganda estatal e pela corrupção

87 Ersen, Emre, 2005, *The Rise of Geopolitics in Russia in the Post-Cold War Period*, Turkish Review of Eurasian Studies. pp. 38-39

88 Ibid. p. 36

organizada em nível de Estado em benefício do próprio presidente e do clã de oligarcas a ele associados.

Hoje, passados mais de 30 anos após a recriação do Estado Russo e após mais de 23 anos de Putin e seus asseclas no poder seria difícil afirmar que as suas históricas tendências « imperialistas » ou « recolonizadoras » foram superadas, sobretudo quando examinamos as guerras na Geórgia e na Ucrânia, que resultaram em anexações de territórios não só *de facto* mas também *de jure*.

Agora, essas guerras e essas anexações jamais poderiam ter ocorrido em um vácuo ideológico. Guerras, anexações e outros atos geopolíticos importantes necessitam um lastro discursivo, um embasamento ideológico que os justifiquem. O problema então é identificar qual a ideologia que fundamentou a geopolítica do Estado Russo após o fim da União Soviética.

Uma breve olhada no discurso oficial do Estado Russo e no discurso de seus, digamos, « intelectuais orgânicos » leva a crer que há duas fontes ideológicas básicas para as ações expansionistas russas dos últimos anos: a noção de *Russkii Mir* (Mundo Russo) e o eurasianismo.

5.2 *Russkii Mir*: a Rússia não acaba nas suas fronteiras e a religião não pode ser separada do Estado

A ideia de *Russkii Mir* parece ter sido elaborada durante os governos de Vladimir Putin, mas tem a sua origem ainda nos anos 1990, mais precisamente no Instituto Russo, criado com o objetivo de repensar a Rússia, a sua identidade e o seu futuro naquele então.⁸⁹ A primeira vez que esse conceito foi utilizado de maneira mais acabada e explícita foi em 1999, em um artigo assinado por dois intelectuais do Instituto Russo, Petr Shchedrovitsky e Efim Ostrovsky, sob o título *Russia: O País que ainda não existe*. Neste artigo a ideia da Rússia, da « russidade », do Mundo Russo, como uma entidade que sobrepassa as fronteiras do Estado Russo é claramente explicitada.

No curso do século vinte, após viradas históricas tectônicas, guerras mundiais e revoluções um Mundo Russo foi criado na Terra – uma rede que grandes e pequenas comunidades, pensando e falando russo. Não é um segredo que o território da Federação Russa contém apenas a metade do Mundo Russo. A formação estatal criada dentro do território da Federação Russa no começo dos anos 1990 não se revelou ser um meio adequado para

89 Laruelle, M., 2015, *The « Russian World » - Russia's Soft Power and Geopolitical Imagination*, Center on Global Interests, Washington

incorporar a sociedade Russa no processo histórico global (...) este processo de degradação (o colapso da União Soviética) foi compensado pela formação, no decorrer do século vinte, de uma grande diáspora russa no mundo [...] Um Mundo Russo em um Mundo Pacífico (*ruskii mir v mire mirov*) atraindo russos de todas as partes do mundo é um novo metaprojeto global.⁹⁰

Mas o que o artigo supracitado não deixava claro é precisamente quem são esses russos que vivem fora da Rússia. São os cidadãos russos que vivem fora da Rússia? Os russofonos que vivem nas ex-repúblicas soviéticas? Os descendentes de russos no mundo todo? Os russófilos onde quer que estejam?

No princípio, uma interpretação bem larga da palavra « russo » no termo Mundo Russo foi dada pelo próprio Vladimir Putin, o qual, em um discurso proferido em 2001, afirmou que « russidade » no Mundo Russo seria uma questão de « autoidentificação » e até mesmo de « autoidentificação espiritual ». Desta forma, a « russidade » estaria aberta a todos por ser um conceito muito fluído abarcando indivíduos que se identificam culturalmente e espiritualmente com a Rússia. Nos dizeres de Putin o Mundo Russo abarcaria:

Cidadãos russos vivendo permanentemente no estrangeiro; indivíduos e seus descendentes que vivem no estrangeiro e estão ligados aos povos residindo historicamente no território da Federação Russa; aqueles que fazem por vontade própria de ter uma ligação espiritual, cultural e legal com a Rússia; aqueles cujos ancestrais residiram no território da Federação Russa, incluindo ex-cidadãos soviéticos que agora vivem em Estados que fizeram parte da União Soviética, independentemente se eles se tornaram cidadãos de outros estados ou se são apátridas, e aqueles emigraram do estado Russo, da República Russa, da República Socialista Soviética da Rússia, da antiga União Soviética ou da Federação Russa que se tornaram cidadãos de um outro Estado ou se tornaram apátridas.⁹¹

Colocado dessa maneira, o *Ruskii Mir* pode ser interpretado como um conceito anódino, inofensivo, que não poderia fazer parte de uma geopolítica agressiva e imperial vis-à-vis os países que são ex-membros da União Soviética e que possuem populações russofonas significativas no seu interior. Aliás, foi exatamente isto que o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Segey Lavrov, disse numa conferência de imprensa na Lituânia, em 2015. Responde às perguntas dos jornalistas presentes que expressavam o temor de que a Rússia quisesse anexar territórios da antiga União

90 Citados em Laruelle, M., 2015, p. 5

91 Ibid., p. 8

Soviética com a justificativa de reunificar o Mundo Russo, Lavrov teria tentado acalmá-los afirmando que:

O Mundo Russo é totalmente diferente. O Mundo Russo é sobre cultura, linguagem, valores e orientações religiosas. Nós podemos fazer uma analogia (ainda que imperfeita) com a *Francophonie*, a Comunidade Ibero-Americana e os institutos Confúcio, Goethe ou Cervantes (...) Como qualquer país normal [nós] queremos preservar [nossa] herança cultural.⁹²

Contudo, o conceito de Mundo Russo também comporta uma dimensão geopolítica de defesa dos interesses russos no exterior pela promoção da « russidade » e pela proteção de populações vivendo no exterior que não pode ser ignorada. Esse é o caso das ideias de Sergey Karaganov, um cientista político extremamente influente, que o hoje é o principal intelectual do Clube de Discussão Valdai, o mais importante thinktank da Rússia, e um membro de destaque de vários organismos ligados ao Governo Russo.

Já em 1992, logo após a desintegração da União Soviética, Karaganov teria publicado um artigo no qual:

[S]ugeriu que os russos étnicos residindo no entorno imediato da Rússia [near abroad] deveriam ser usados como um instrumento da política externa russa para a região. De acordo com Karaganov, Moscou deveria buscar o acordo internacional para as suas metas, colocando-se como a defensora dos direitos humanos e das minorias no espaço da antiga União Soviética. Em particular, ele argumentou, a propaganda contra os « pontos de alavancagem política » da Estônia e da Letônia deveriam assumir um papel central nessa estratégia. De fato, logo após Karaganov ter publicado o seu artigo, as declarações russas sobre política externa começaram a insistentemente condicionar a retirada das tropas [russas] da Estônia ao fim da pretensa « discriminação sistemática » contra a população russofona residindo naquele país. Os esforços de Moscou para ganhar aprovação para essa posição dentro das Nações Unidas e outros fóruns internacionais anteciparam as tentativas futuras de conquistar o papel de mantedora da paz dentro do território da antiga União Soviética.⁹³

92 Ibid. p, 15

93 Smith, D.J., Lane, T. Pabriks, A., 2002, *The Baltic States: Estonia, Latvia and Lithuania* , Google Books, p. 161

Desta forma, para Karaganov, a Rússia deveria aproveitar a existência das populações russofonas fora da Rússia para assentar o seu poder extraterritorial através do estabelecimento de « poderosos enclaves políticos » nas antigas repúblicas soviéticas.⁹⁴

Sem surpresa, essa estratégia de alavancar a influência e o poder russos em todos os antigos territórios soviéticos através da defesa de suas populações culturalmente e etnicamente russas passou a ser conhecida como a « Doutrina Karaganov », a qual foi ganhando terreno até tornar-se política oficial do Governo Russo.

Portanto, se o « Mundo Russo » sempre foi um conceito político que vê a « russidade » como algo que transcende as fronteiras do Estado russo, isto é, como algo que não está contido dentro das fronteiras desse Estado, ele sempre conteve também o germe de servir como justificativa para algo mais do que a simples promoção da cultura russa, apesar da negação de Lavrov.

Na sua versão « karanoviana », a noção de « russidade », que é central para o conceito de Mundo Russo, ganha contornos bem mais inquietantes, pois ela estabelece o compromisso do Estado Russo com o bem-estar de populações não possuem a cidadania russa, mas que seriam russas por sua etnicidade. Isto implica que a compreensão do que é ser russo é, para Karaganov, eminentemente étnica, em vez de ser cívica. A cidadania russa (e os direitos a ela associados) não se restringe às fronteiras do Estado Russo, aos cidadãos desse Estado, mas se estende a todos os « russos » estrangeiros que não são russos civicamente falando, mas o seriam etnicamente ou culturalmente, tendo também, conseqüentemente, o mesmo direito de gozar da proteção que o Kremlin outorga aos seus cidadãos intramuros.⁹⁵

E esta visão, digamos, extremamente « proativa » da « russidade », se refletiu concretamente em políticas adotadas pelo Governo Russo no que diz respeito às populações russofonas fora do espaço territorial russo. Por exemplo, o governo Medvedev, como já mencionamos acima, adotou uma lei que compele a Rússia a proteger as populações « russas », onde quer que elas estejam no mundo. Essa foi a base ideológica e legal para as intervenções bélicas na Geórgia e na Ucrânia, e também para a política de cultivar e incentivar a « russidade » das populações russofonas de outros países através de propaganda política, como acontece, por exemplo, na Estônia. Desta forma, um conceito de *Russkii Mir* contaminado pela « Doutrina Karaganov » já estava no centro da geopolítica do Estado Russo na época em que Lavrov tentou edulcorá-lo.

94 Citado por Mark MacKinnon, *Sergey Karaganov: The man behind Putin's pugnacity*, The Globe and Mail, March 30, 2014

95 Torbakov, Igor « ' Middle Continent' or ' Island Russia,: Eurasianist Legacy and Vadim Tsymburskii's Revisionist Geopolitics », in » Cultural and Political Imaginaries in Putin's Russia, Ed, by Nikklas Bernsand and Barbara Törrnquist-Pleva, p. 37

Outra fonte originária do intervencionismo « protetor » russo foi a formação do Congresso das Comunidades Russas (KRO), formado logo após o colapso soviético, o qual proclamou « o direito de unificação da nação russa num Estado único dentro no seu território histórico, para o renascimento do grande poder da pátria e para o bem-estar e o desenvolvimento de todos os povos da Rússia ». ⁹⁶ Esta unificação deveria abarcar, se possível, a Bielorrússia, a Transnístria, pelo menos uma parte da Ucrânia e o norte do Cazaquistão, através da absorção desses territórios dentro da Rússia. ⁹⁷ O KRO não foi bem-sucedido nessa empreitada, mas deixou uma herança política que se refletiu em certos documentos governamentais publicados logo após a chegada de Putin ao poder. Dentre eles, destacam-se o Conceito o Desenvolvimento Demográfico da Rússia 2001-2005 e as Principais Diretrizes da Federação com respeito a Compatriotas Vivendo no Exterior - 2002-2005. O primeiro deles, definiu a imigração, entendida como repatriamento de russos, como a principal prioridade para o problema demográfico da Rússia. O segundo deles, definiu a política sobre « compatriotas », isto é, russos vivendo no exterior, e exteriorizou oficialmente a defesa das populações russas extraterritoriais e a promoção da sua etnicidade russa como política de Estado.

A política da Federação com respeito a compatriotas vivendo no exterior é orientada no sentido da sua adaptação no país adotivo, com a deliberada conservação da sua especificidade étnica e cultural, mas também com o objetivo de formar mecanismos para a sua imigração legal e controlada para a Rússia e para atingir um equilíbrio otimizado desses processos. ⁹⁸

Desta maneira, definiu-se uma política de Estado na qual os « compatriotas » residindo no exterior são considerados como cidadãos, ou cidadãos potenciais, merecendo a atenção do Kremlin na promoção ativa da sua especificidade étnico-cultural e na defesa dos seus interesses onde quer que estejam.

Outra vertente da *Russkii Mir* é a religiosa, resultante de um estranho casamento entre o Kremlin e a Igreja Ortodoxa Russa, uma aproximação que não se via desde antes de 1917 e que, na prática, terminou com a separação entre Igreja e Estado na Rússia. Esta dimensão religiosa do « Mundo Russo » constitui-se numa teologia política que reivindica como espaço espiritual russo todo o entorno extraterritorial desse país onde a fé ortodoxa predomine, particularmente na Ucrânia,

96 Citação em Laruelle, M., 2015, p.7

97 Ibidem

98 Ibidem

considerada como o berço da Igreja Ortodoxa Russa. Assim, todos os cristãos ortodoxos seriam um só povo sob a jurisdição eclesiástica da Igreja dirigida pelo Patriarca Kirill de Moscou e todo o Rus, sendo que o Rus extrapolaria largamente os limites das fronteiras « seculares » da Rússia. Vê-se, então, que a extraterritorialidade étnica e cultural defendida pelo Estado russo casa-se perfeitamente com a extraterritorialidade « espiritual » reivindicada pela Igreja Ortodoxa Russa, revelando o objetivo comum da não contenção da « russidade » dentro das fronteiras internacionalmente reconhecidas da Federação Russa.

Este casamento de objetivos comuns se espelha no apoio dado pela Igreja Ortodoxa Russa, e mais particularmente pelo Patriarca Kirill, à anexação da Crimeia em 2014 e ao esforço de guerra do Kremlin.

A jornalista Liliya Yapparova, do jornal russo online, *Meduza*, que, por motivos políticos óbvios, é obrigado a operar fora da Rússia, descreveu como padres do Patriarcado de Moscou participaram ativamente da operação de anexação da Crimeia.⁹⁹ Segundo ela, igrejas da Ucrânia ligadas ao Patriarcado de Moscou teriam dado hospedagem aos Cossacos e outras tropas mobilizadas para participarem dessa operação. Mais do que isso, padres ortodoxos russos teriam penetrado nas bases ucranianas para convencer, com sucesso, os soldados ali postados a não oferecer resistência à tomada da Crimeia pelas tropas do Kremlin. Um desses padres que colaboraram com a operação militar de anexação, o Padre Kallinik, que hoje seria bispo, teria emprestado a Catedral de Bakhchisaray para as tropas invasoras, que a teriam transformado em um depósito de suprimentos e armas para as tropas russas.¹⁰⁰

De fato, o apoio da Igreja Ortodoxa Russa à guerra contra a Ucrânia é explícito e desavergonhado, sobretudo de parte de seu líder máximo. Logo após o início da « operação militar especial », o Patriarca Kirill proferiu um sermão no qual não só manifestou o seu apoio às ações armadas do Kremlin, como também as justificou como parte de uma espécie de cruzada contra o mal.

Há oito anos tenta-se destruir o que existe no Dombas. E no Dombas há uma rejeição, uma rejeição fundamental dos supostos valores que são propostos hoje por aqueles que querem o poder global. Hoje existe um teste de lealdade para esse poder, uma espécie de passaporte para esse mundo « feliz », um mundo de consumo excessivo, um mundo de « liberdade » aparente. Vocês sabem qual é esse teste ? O teste é bem simples, simples e ao mesmo tempo assustador :

⁹⁹ Fonte: <https://meduza.io/en/feature/2020/04/06/russia-sholy-men>

¹⁰⁰ Ibidem

trata-se de um desfile da *gay pride*. A exigência de muitos países da organização de uma *gay pride* é um teste de fidelidade a esse mundo muito poderoso ; e nós sabemos que se pessoas ou países rejeitam essas exigências, eles não podem fazer parte desse mundo, eles se tornam estrangeiros.

Consequentemente, o que está acontecendo hoje na esfera das relações internacionais não diz respeito unicamente à política. Trata-se de outra coisa bem mais importante que a política. Trata-se da salvação do homem, do lugar que ele ocupará à direita ou à esquerda do Deus Salvador, que vem ao mundo como Juiz e Criador da Criação. Muitos, hoje, por fraqueza, por burrice, por ignorância e amiúde porque eles não querem resistir vão para lá, para o lado esquerdo. E tudo o que diz respeito à justificação do pecado condenado na Bíblia é hoje o teste da nossa fidelidade ao Senhor, da nossa capacidade de professar a fé em Nosso Senhor.¹⁰¹

O Patriarca Kirill não poderia ter sido mais claro. O que estaria em jogo na Guerra na Ucrânia é o enfrentamento entre um mundo que se distanciou de Deus e que promove e exige o pecado e a libertinagem incarnados na *gay pride* e o mundo virtuoso que ainda tema a Deus. A Civilização Ortodoxa como fortaleza do bem resistiria assim ao satanismo que impera no Ocidente. A conclusão inevitável é que essa guerra seria, no fundo, uma guerra santa, uma guerra onde os soldados do Senhor enfrentariam as ostes de Satã.

E o Patriarca Kirill fez outras declarações que parecem confirmar o caráter de cruzada das « operações militares especiais » do Kremlin na Ucrânia. Em um sermão proferido em 25 de setembro do ano passado, logo após Putin ter ordenado a mobilização de 300 mil soldados para o fronte, o líder máximo da Igreja Ortodoxa Russa comparou o sacrifício feito por Cristo na cruz ao sacrifício dos soldados russos que morrem no campo de batalha.

A Igreja reza para que essa batalha termine o mais cedo possível, para o menor número possível de irmãos matarão uns aos outros nesta guerra fratricida.

Mas ao mesmo tempo, a Igreja percebe que se pessoas, motivadas pelo senso do dever e pela necessidade de cumprir os seus juramentos... vão fazer o que o seu dever exige delas, e se pessoas morrem durante o cumprimento desse dever, então elas, sem dúvida, praticaram um ato equivalente ao sacrifício [do Cristo]. Elas, então, terão se sacrificado pelos outros. Portanto, nós acreditamos que esse sacrifício lava todos os pecados que uma pessoa possa ter cometido.¹⁰²

101 Fonte: <https://doc-catho.la-croix.com/6-mars-2022-Declaration-patriarche-Kirill-terme-Divine-liturgie-2022-03-18-1201205674>

102 Fonte: <https://aleteia.org/2022/09/27/patriarch-kirill-says-russian-soldiers-who-die-in-ukraine-have-sins-washed-away/>

Pouco após o sermão acima, o patriarca teria afirmado, em um outro sermão proferido com a presença de tropas russas no monastério Zachatyevsky, de Moscou:

Vão com coragem cumprir o seu dever militar. E lembrem-se que se vocês perderem a vida pelo seu país, vocês estarão com Deus no seu Reino, com glória e vida eterna.¹⁰³

Simple assim: morra na guerra contra a Ucrânia e contra o Ocidente decadente que organiza *gay prides* e você ganhará o Reino dos Céus.

O que evidentemente salta aos olhos nisto tudo é a cumplicidade desavergonhada da Igreja Ortodoxa Russa com o esforço bélico do Kremlin. Uma cumplicidade onde Putin e o Patriarca Kirill parecem falar de uma só voz, pois, do mesmo jeito que o patriarca injeta uma espécie de geopolítica nos seus sermões, o presidente pode também eivar o seu discurso com « teologia », religião e valores morais.

No seu discurso na cerimônia de anexação dos *oblasts* ucranianos de Kherson, Zaporijia, Donetsk e Luhansk, em setembro de 2022, Putin não hesitou em dizer que o Ocidente promovia o satanismo ao defender os direitos das pessoas gays e trans.

Vamos responder algumas perguntas simples para nós mesmos. Agora eu gostaria de voltar ao que disse antes e gostaria de me dirigir também a todos os cidadãos do país – não apenas aos colegas que estão neste salão – mas a todos os cidadãos da Rússia : nós queremos ter aqui « pai número um, pai número dois e pai número três (eles perderam a cabeça!) em vez de uma mãe e um pai ? Nós queremos que nossas escolas imponham às nossas crianças, desde os primeiros dias de aprendizado, perversões que levam à degradação e à extinção ? Nós queremos inculcar em suas cabeças a ideia que certos outros gêneros existem junto com o masculino e o feminino e oferecer-lhes cirurgias de mudança de sexo ? É isso o que nós queremos para o nosso país e para nossas crianças ? Tudo isso é inaceitável para nós. Nós temos um futuro diferente e próprio.

Deixem-me repetir que a ditadura das elites ocidentais visa todas as sociedades, inclusive os cidadãos dos próprios países ocidentais. Este é um desafio para todos. Esta completa renúncia do que significa ser humano, a derrubada da fé e dos valores tradicionais e a supressão da liberdade parecem uma « religião invertida » - puro satanismo. Expondo os falsos

103 Fonte: <https://www.newsweek.com/russia-priest-patriarch-kirill-mobilization-putin-death-ukraine-1745616>

messias, Jesus Cristo disse no Sermão do Monte: « Pelos seus frutos nós os conheceremos ». Esses frutos peçonhentos já são óbvios para as pessoas, e não apenas no nosso país, mas também em todos os países, incluindo muitas pessoas no próprio Ocidente.¹⁰⁴

Como pode ser constatado, Putin faz a mesma coisa que o Patriarca Kirill ao opor o Ocidente ateu e pervertido à virtuosa civilização russa que defende os valores morais cristãos, e, ao fazê-lo, sanciona implicitamente a guerra contra a Ucrânia e o Ocidente como uma guerra impregnada de uma missão divina: evitar que Satã, que o anticristo, domine o mundo, como se as bombas que caem sobre Kiev e outras cidades ucranianas tivessem como objetivo salvar a humanidade do demônio.

Mas a confluência, ou confusão, entre o secular e o sagrado na Rússia de hoje se exprime da maneira mais eloquente e palpável na Catedral das Forças Armadas da Federação Russa, inaugurada em janeiro de 2020. Nela a simbologia religiosa se mistura livremente com personagens e símbolos militares e políticos, afirmando, através da sua iconografia, a união do sacro e do profano, ou, melhor dizendo, sacramentando o profano. A intenção de afirmar a união entre Igreja e Estado na Rússia foi tão fortes que mosaicos retratando Putin e Stalin foram feitos para serem inseridos nos muros da catedral.

A Catedral das Forças Armadas deveria originalmente incluir mosaicos religiosos comemorando Stalin e também o atual Presidente, Valdimir Putin, que foi retratado celebrando a anexação da Crimeia, em 2014. Quando isto veio à tona, os protestos públicos forçaram o abandono desses mosaicos, mas a bandeira soviética e símbolos da era comunista ainda aparecem no interior. [Na inauguração] o Patriarca Kirill anunciou: « com esta harmonia entre o poder das forças armadas e o poder espiritual da Igreja, do espiritual e do material, do Estado e da Igreja, que o caminho do nosso povo vá em direção ao futuro em paz e prosperidade, e que este caminho, se Deus quiser, [nos leve] a mais vitórias, a mais realizações e a nenhuma derrota ». O ministro da Defesa da Federação Russa, Sergey Shoygu, que supervisou a construção da catedral, igualmente declarou que ela representava «o símbolo da unidade entre as ostes celestes e as ostes terrenas ». ¹⁰⁵

104 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/69465>, minha ênfase

105 Goodin, D. K. , 2021, *The Rise of the Third Rome: Russkii Mir and the Rebirth of Christendom*, *Journal of the Council for Research on Religion*, Montreal- Quebec, Vol. 2, no 2 (Spring/Summer 2021): 71-88, pp. 75,76

Com essa síntese ideológica entre Igreja e Estado, o uso da religião como estratégia para justificar as ações políticas tornou-se realmente comum na Rússia de Putin. No seu célebre discurso após a anexação da Crimeia, por exemplo, o Presidente Putin lançou mão de uma referência religiosa para justificar esse ato aos olhos do mundo e da Rússia em particular.

Tudo na Crimeia fala sobre a história e o orgulho que compartilhamos. Esta é a localidade da antiga Quersoneso, onde o Príncipe Vladimir [Volodymyr, em Ucrâniano] foi batizado. A sua façanha espiritual de adotar a religião Ortodoxa predeterminedou a base geral da cultura, da civilização e dos valores que unem os povos da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.¹⁰⁶

Outra vez, o argumento de Putin é o de colocar em questão as fronteiras atuais da Rússia, já que o Mundo Russo as extrapolaria por ser a base de uma civilização que englobaria, historicamente, culturalmente e espiritualmente a Rússia, a Ucrânia e a Bielorrússia, além dos russofonos de outros países.

Em conclusão, pode-se dizer que a *Russkii Mir* é uma ideologia desenvolvida pelo Estado russo e para o Estado russo. Uma ideologia de Estado que apaga as fronteiras russas aceitas pela comunidade internacional e as estende para incluir partes de outros países ou até mesmo países inteiros. Mais do isso, a sua vertente religiosa elimina a separação entre Igreja e Estado e tende a « sacralizar » ações estatais, incluindo até mesmo a guerra, com as consequências que todos nós conhecemos.

5.3 Eurasianismo: uma ideologia imperial e seu profeta maior

Mais complexa e mais antiga que o conceito geopolítico de *Russkii Mir* é a ideologia do eurasianismo, a qual foi inicialmente elaborada nas décadas de 1920 e 1930 por intelectuais russos exilados na Europa Ocidental para logo depois cair no esquecimento, mas que se reergueu das cinzas com grande ímpeto após a queda da União Soviética, notadamente, porém não exclusivamente, na pluma de Aleksandr Dugin.

Em que consiste o eurasianismo? Quais são as suas principais ideias ou ideais? Resumidamente, podemos dizer que o eurasianismo, na sua origem, refutava categoricamente a noção da Rússia, da Civilização Russa, enquanto periferia da Europa. Para os eurasianistas, a Rússia

106 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

seria uma civilização original e única, nascida da confluência e mestiçagem entre da Ásia com a Europa e não uma espécie de « Europa atrasada ». Nessa visão das relações Rússia-Europa, a civilização ocidental não poderia ser considerada como um modelo a ser imitado pela Rússia, mas, ao contrário, a Rússia deveria desaprender a tentar ser europeia ou ocidental para poder realizar o seu próprio destino enquanto uma civilização com características essencialmente distintas de todas as outras.¹⁰⁷

Até aí, nada demais, pois ao se procurar um caminho próprio para o desenvolvimento em vez de ver-se como uma versão atrasada de uma outra civilização, evita-se imitar exemplos que não são transponíveis geográfica e historicamente. Nesse respeito, poderíamos dizer que os eurasianistas russos do começo do século passado podem ser considerados como pensadores terceiro-mundistas *avant la lettre*, pois estavam preocupados em criar uma interpretação original e nativa da sua história e encontrar soluções e caminhos próprios para o futuro da Rússia, tal como fariam depois os intelectuais da América Latina ao se debruçarem sobre a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Entretanto, essa aproximação entre eurasianismo e desenvolvimentismo latino-americano tem limites, porque pode-se notar diferenças importantes entre as duas maneiras de como os eurasianistas e os desenvolvimentistas latino-americanos pensaram a inserção de seus países e regiões no mundo. Enquanto os intelectuais latino-americanos, cepalinos e outros, tentaram criar uma visão da América Latina construída a partir de uma análise da sua inserção econômica no capitalismo mundial, os eurasianistas russos pensaram a originalidade russa como uma comunidade de destino comum baseada na cultura, na religião e na geografia.

Para os eurasianistas, contrariamente aos intelectuais da CEPAL, a questão não era encontrar uma via própria para a superação do subdesenvolvimento, mais sim afirmar a originalidade, e talvez até a superioridade, de uma civilização em relação a outras, sobretudo a civilização ocidental. Enquanto os pensadores latino-americanos procuravam correções para um sistema global injusto que condenava os países da região ao atraso, os eurasianistas viam o mundo não como um sistema, mas como um agregado de grandes entidades estanques, diferentes e incompatíveis entre si. A questão central para os eurasianistas sempre foi a incomensurabilidade entre civilizações (Russa e Ocidental) e não a pobreza e a dependência dentro de uma mesma estrutura de produção mundial. Para os eurasianistas, as características culturais e russas de espiritualidade, tolerância e coletividade social, opunham-se ao individualismo, ao materialismo e à violência colonial ocidentais, tornando irreconciliáveis as diferenças entre essas duas civilizações. Assim sendo, os eurasianistas, de certa

107 Laruelle, Marlène, 2008, *Russian Eurasianism – An Ideology of Empire*, The John Hopkins University Press, p. 1

forma, anteciparam a visão que, muitas décadas depois, Samuel Huntingdon descreveria no seu Choque de Civilizações.

Esta diferença é fundamental para se entender que o eurasionismo, mesmo na sua fatura clássica, já carregava do seu DNA uma tendência ideológica conservadora, tradicionalista e particularista, hostil a modernismos e universalismos. Essa tendência foi interrompida, congelada no interregno soviético, mas pode desabrochar após a queda do Muro de Berlim com o renascimento do eurasionismo já como um neoeurasionismo, uma ideologia que saiu do esquecimento, foi reelaborada e pôde penetrar o Estado russo e contribuir para redefinir a sua geopolítica.

Evidentemente, como no caso de qualquer movimento intelectual e político, o eurasionismo não é, nem nunca foi, ideologicamente homogêneo. O eurasionismo « clássico », aquele dos anos 1920-1930 caracterizava-se pelo isolacionismo, a autarquia e a autossuficiência. O que levou a um *rapprochement* entre os eurasionistas exilados na Europa e a União Soviética de Stalin, que propunha o projeto autárquico do « socialismo em um só país » e os planos quinquenais.¹⁰⁸ Já o eurasionismo pós-soviético, como tentarei mostrar abaixo, é um eurasionismo que se projeta para o mundo, como parte de um confronto global entre civilizações.

Apesar disto, tanto o eurasionismo clássico como o eurasionismo pós-soviético compartilham uma preocupação que é essencial para se entender como esse movimento se traduziu em planos geopolíticos do Estado Russo atual. Essa preocupação foi e continua sendo aquela de impedir a fragmentação política do espaço eurasiático que cabe histórica e culturalmente à Rússia, o grande Estado da Eurásia. Assim, da mesma forma que os eurasionistas clássicos teriam reagido ao desmoronamento e fragmentação do Império Russo, os eurasionistas atuais reagem hoje ao o colapso e fragmentação da União Soviética.

[O eurasionismo clássico e o neoeurasionismo] tiveram origem numa reação a circunstâncias externas que foram similares em aspectos importantes, a saber: o desmoronamento de uma estrutura de Estado existente acompanhada da fragmentação geopolítica do seu território num conjunto entidades soberanas ou quase soberanas. Enquanto ambos eurasionismos puderam aceitar com certa facilidade a primeira dessas transformações [o colapso do Império Russo e da União Soviética], lhes foi totalmente impossível reconciliar a visão de uma zona civilizacional coesa com o processo de fragmentação territorial. O resultado disto foi a determinação, compartilhada por ambos movimentos, que proveu e ainda provê a sua mais fundamental inspiração e razão de ser: o

108 Bassin, Marc, *Eurasianism « Classical » and « Neo »: The Lines of Continuity*, p. 262

imperativo de resgatar do caos pós-revolucionário a tradicional coesão geopolítica do espaço eurasiático e reestabelecer através dela um Estado Eurasiático unitário.¹⁰⁹

Desta forma, o eurasianismo de hoje foi constituído numa reação ao desmoronamento da União Soviética e especialmente contra perda de coesão política do entorno geográfico russo. É portanto a ideologia de um Estado e de uma nação em busca do poder e do prestígio perdidos. E que melhor ideologia que o eurasianismo para isso? Uma ideologia que propõe que a Rússia, por sua mera posição geográfica, estaria fadada a um destino de grande potência? Nas palavras de Vladimir Kolossov e Rotislav Turovsky, dois acadêmicos russos que se especializam no estudo da geopolítica:

Sem surpresa, a tese que promove o papel específico e eterno da Rússia foi adotada por uma larga parcela da população russa, não menos pelo fato de servir como compensação psicológica pelo dismantelamento do império e pelo rápido declínio do status do país durante a Guerra Fria. O uso da teoria do centro territorial permitiu que os russos vaticinassem o retorno [da Rússia] ao status de grande potência simplesmente por causa da sua posição geográfica, sem que eles tivessem necessidade de fazer qualquer esforço » .¹¹⁰

O expoente maior do Eurasianismo é, hoje, o filósofo Aleksandr Dugin, de grande influência no cenário político russo. Dugin vê o mundo dividido entre quatro grandes zonas civilizacionais: a Zona Americana, a Zona Afro-europeia, a Zona Ásia-Pacífico e a Zona Euro-asiática. Em cada uma dessas zonas existiria um país, que constituiria o centro de poder desses blocos civilizacionais. Evidentemente, o centro de poder da Zona Euro-asiática seria a Rússia, fadada a dominar essa espécie de «Império do Meio ». Mais do que isto, a Rússia, para realizar plenamente o seu destino de grande *hegemon* mundial, deveria também buscar alianças com os centros de poder de outras zonas de civilização. Concretamente, na Ásia, com o Japão e o Irã e, na Europa, com a Alemanha. Essas alianças seriam necessárias para contrapor-se às talassocracias americana e britânica, as grandes rivais reais da Rússia, visto serem as principais partes constituintes da Civilização Ocidental, que se oporia ao grande destino russo.¹¹¹

Para Dugin, os impérios seriam ou talassocráticos ou telurocráticos. Os primeiros seriam impérios baseados no comércio e na expansão além-mar, tal como Cartago e os fenícios. Os

109 Ibid. p. 285

110 Kolossov, V. e Turovsky, R., *Russian Geopolitics at the Fin-de-siecle*, in *Geopolitics*, June 2001, p. 144, minha ênfase

111 Ibid. p. 116-117

segundos seriam baseados na autarquia, na terra, tal como o antigo Império Romano. O confronto contemporâneo entre a Rússia (telurocracia) e os Estados Unidos (talassocracia) seria uma repetição das Guerras Púnicas que confrontaram Cartago e Roma na antiguidade. Entretanto, este seria também o conflito final entre os impérios telurocráticos e os talassocráticos, pois a Rússia teria o destino escatológico de « resolver » essa questão de uma vez por todas. Para Dugin, a Rússia seria predestinada a realizar uma revolução conservadora no mundo que o reaproximaria do país mítico de Hiperbórea, uma espécie de estado primal da humanidade onde esta estaria mais próxima do sacro, do divino. Esta revolução seria a maior revolução da história humana e também a sua última, após a qual o mundo assistiria « ao retorno dos anjos, à ressurreição dos heróis e ao levante do coração contra a ditadura da razão ».¹¹²

Essa visão escatológica de Dugin inspira-se do célebre filósofo tradicionalista, René Guénon, e de seu discípulo, Julius Evola, associado ao fascismo italiano. Para Guénon o mundo moderno viveria na Idade das Trevas, uma época caracterizada pelo distanciamento da sociedade humana das verdades primordiais que a uniam à sabedoria divina. E este distanciamento seria muito maior ainda nas sociedades ocidentais, que negam qualquer princípio divino superior como base da sua existência. Por isto, a Civilização Ocidental não poderia mais ser considerada como normal, tal como as civilizações orientais, ainda organizadas em bases religiosas. Nas sociedades ocidentais prevaleceria o individualismo, que negaria qualquer princípio superior à subjetividade humana e que reduziria todos os aspectos de uma civilização a elementos humanos (o humanismo). Nesse estado de coisas, o caos social imperaria, visto que o igualitarismo resultante do humanismo impediria os indivíduos de contentarem com o lugar a eles reservados por uma ordem preestabelecida em princípios religiosos, como nos sistemas de castas, por exemplo. Pior ainda, esse caos tenderia a se estender por todo o mundo, posto que a civilização ocidental haveria invadido o resto do planeta. O único remédio contra esse empobrecimento e essa desorganização do mundo seria uma revolução conservadora dirigida por elites (orientais e ocidentais) conscientes da necessidade de « ressacralizar » a sociedade humana.¹¹³

A leitura de Guénon é importante para conhecermos e entendermos o caráter profundamente tradicionalista do pensamento de Dugin. Só assim podemos entender os aspectos mais esdrúxulos da sua « teoria geopolítica », como a missão espiritual da civilização russa, oposta ao materialismo ocidental e estadunidense em particular; a importância da fé ortodoxa, que torna a Rússia a «

112 Umland, A. ,2007, *Post-Soviet « Uncivil Society » and the Rise of Aleksandr Dugin – A Case Study of the Extraparliamentary Radical Right in Contemporary Russia*, PhD Thesis, Cambridge University, p. 95

113 Guénon, R. , 1927, *La Crise du monde moderne*, RFB, pp. 1-86

Terceira Roma », depositária dos valores espirituais cristãos abandonados pelo Ocidente. Só assim podemos compreender o porquê da visão de Dugin das talassocracias estadunidense e britânica como corruptas, materialistas e decadentes e da « telurocracia » russa como uma encarnação moderna da virtude e da espiritualidade.

Assim como os americanos acreditam no caráter excepcional dos Estados Unidos, Dugin construiu um discurso que reafirma o caráter único e excepcional da Rússia, De fato, para Dugin, a Rússia nunca foi, não é e jamais será um país comum, um país ordinário, um Estado-Nação como qualquer outro, regido por uma burocracia moderna e secular e com fronteiras bem definidas.

O Estado-Nação surgiu historicamente na Europa durante o período da desintegração final da unidade imperial como resultado da destruição dos últimos restos do sistema imperial, preservados na forma de estruturas feudais. A Nação-Estado está essencialmente associada com a dominação de valores burgueses e profanos, que reduzem diferenças sociais qualitativas a uma estrutura administrativa quantitativa e simplificada. O Estado-Nação, de regra, não é dirigido por uma « ideia divina » (como a teocracia do Santo Império), nem tampouco pela « personalidade aristocrática heroica » (como o sistema feudal), mas sim pela « ditadura da lei » (nomocracia), que dá enormes poderes a advogados e à burocracia legal. [...] Na história da Rússia, o Estado-Nação nunca surgiu. Quando este modelo particular começou a fincar raízes na Europa, a Rússia resistiu-lhe por todos os meios. O regime tsarista tentou manter a estrutura imperial tão intacta quanto possível, apesar de que algumas concessões ao modelo europeu foram feitas constantemente. Apesar das reformas de Pedro o Grande, a Rússia imperial reteve tanto os elementos teocráticos como os princípios aristocráticos, e a transferência dos sacerdotes e dos representantes da nobreza para a categoria de burocratas de Estado nunca foi completamente implementada na prática (ao contrário dos países da Europa Ocidental). O elemento nacional se opôs contra a degeneração do Império à situação de Estado-Nação, o que regularmente gerou ondas de reações espontâneas e conscientes por parte do povo e da elite.¹¹⁴

A Rússia jamais será um Estado-Nação pois a sua vocação essencial é a de ser um império com uma missão civilizatória escatológica que não pode ser separada da própria identidade russa.

A Rússia foi, quase desde o começo, um estado imperial potencial. Começando com a unificação das tribos eslavas e fino-úgricas sob o Rus até a gigantesca escala da União Soviética e dos territórios sob sua influência, o povo russo seguiu continuamente o caminho da integração

114 Dugin, A., 1997, *The Foundations of Geopolitics*, p. 109, minha ênfase

espacial e política, da construção de um império e da expansão civilizacional. [...] Contrariamente a Roma (a primeira Roma), Moscou, a Rússia, tem um profundo significado teleológico e escatológico no seu impulso imperial. Hegel desenvolveu um conceito interessante sobre a Ideia Absoluta, que numa situação escatológica deveria manifestar-se numa forma consciente final no Estado prussiano. Contudo, numa escala planetária, a Prússia e até mesmo a Alemanha são insuficientes para que este conceito possa ser levado a sério. A Rússia, a Terceira Roma, encaixa-se religiosamente, culturalmente, espacialmente e estrategicamente de maneira perfeita nessa ideia. [...] O povo russo moveu-se passo a passo em direção a essa meta. A cada estágio da expansão do Estado, os russos passaram ao próximo estágio do universalismo messiânico, primeiro mobilizando os eslavos do Leste, depois incluindo os povos turcos das estepes e da Sibéria e posteriormente movendo-se em direção ao Sul, para finalmente formar o gigantesco bloco político do período soviético. Literalmente, a metade do mundo. Se nós nos dermos conta que o povo russo é na sua essência esse processo de construção imperial, tornar-se-á bem óbvio que a existência do povo russo depende diretamente da continuidade desse processo, do seu desenvolvimento, da sua intensificação. Se cortarmos ou suprimirmos esse vetor, nós atingiremos os Russos no seu próprio coração, privando-os da sua identidade nacional.¹¹⁵

Dugin não poderia ter sido mais claro: a Rússia foi e continuará sendo o império, o poder temporal humano, com a missão escatológica de ser a matriz para a realização da Ideia Absoluta hegeliana, a suprema identidade entre a ideia, a razão teórica e o mundo prático-objetivo, nada menos do que isso. Se o impulso, o vetor que dirige a Rússia a esse objetivo for interrompido ou destruído a própria identidade da nação russa deixará de existir.

Não seria demais lembrar que Dugin escreveu as linhas acima nos anos noventa, como vimos, uma época extremamente sombria para a Rússia, onde o status de superpotência lhe tinha sido retirado, limitando-a ao papel bem menos lisonjeiro de « potência regional ». Consequentemente, a obra magna de Dugin pode ser lida já como uma tentativa de alicerçar ideologicamente os esforços subsequentes no sentido de recuperar a grandeza perdida no colapso da União Soviética, a encarnação máxima até então do expansionismo civilizatório russo, segundo ele próprio. A geopolítica de Dugin é, sem dúvida, uma revolta teórica e política contra esse status internacional diminuído ao qual a Rússia parecia fadada àquela época.

115 Ibid. pp. 110,110,112, minha ênfase

O status de « potência regional » proposto (imposto) hoje à Rússia pelo Ocidente equivale ao suicídio da nação russa. O ponto aqui é inverter o vetor da história nacional russa através de uma forte influência externa e artificial, dirigi-lo na direção oposta para interromper o processo coerente da formação geopolítica dos russos como um império. A Rússia como potência regional será a rejeição desse impulso profundo da nação, que fundamenta a sua identidade mais profunda e mais alta. A perda de uma escala imperial significa para os russos o fim e o fracasso da sua participação na civilização, a derrota do seu sistema de valores culturais e espirituais, a queda das suas aspirações messiânicas e universalistas, a desvalorização e a derrocada da ideologia nacional na sua integridade, a qual revigorou muitas gerações do povo russo e deu energia e força para façanhas, criações.¹¹⁶

A geopolítica de Dugin propõe uma reação contra esse estado de coisas que consiste na reconstrução da Rússia enquanto império, para que ela possa continuar o seu destino e recuperar a sua identidade profunda. Esse projeto « duguinesco » é a formação de um novo império eurasiático com a Rússia em seu centro, « a única forma [política] para uma existência natural e digna para o povo russo e a única oportunidade para completar a sua missão histórica e civilizacional ».¹¹⁷ E este novo império deverá ser constituído sobre bases espirituais ligadas à Igreja Ortodoxa Russa, rejeitando assim os valores materiais « atlanticistas » através de uma « revolução conservadora » que significaria um retorno a uma visão de mundo verdadeiramente cristã.¹¹⁸ O império telúrico conservador enfrentará, numa luta mortal, a talassocracia materialista do atlanticismo.

O principal momento integrador deste Novo Império será a luta contra o atlanticismo e uma forte rejeição do mercado liberal da civilização cartaginense marítima, incarnada hoje nos Estados Unidos, e também a rejeição das estruturas políticas, econômicas e militares que servem o atlanticismo.¹¹⁹

Obviamente, esse Novo Império deverá superar os limites geopolíticos e geográficos de « potência regional » impostos à Rússia depois da debacle da União Soviética. Afinal de contas, se a Rússia tem uma missão civilizatória tão importante como a de se contrapor ao atlanticismo materialista, corrupto, globalizante e decadente através de uma revolução conservadora que se irradiará pelo mundo, ela não poderá ser contida dentro de suas fronteiras atuais.

116 Ibid., p. 113

117 Ibid., p. 120

118 Ibid., p. 121

119 Ibid., p. 140

Este Império, de acordo com a lógica da geopolítica deverá, desta vez, superar geopoliticamente e estrategicamente a sua versão anterior (a União Soviética). Consequentemente, o Novo Império deverá ser eurasiático, altamente continental, e, no futuro, deverá ser mundial. A batalha russa pelo domínio do mundo não tinha acabado.¹²⁰

« *A batalha russa pelo domínio do mundo não tinha acabado* ». Frase eloquente e reveladora de Dugin, que obviamente faz referência à derrota da União Soviética na Guerra Fria e ao regozijo estadunidense com o inesperado status de grande *hegemon* mundial que o colapso soviético lhe havia conferido. Mas a Rússia, insinua Dugin, como um fénix renascido das cinzas, continuará a sua luta sagrada contra o materialismo talassocrático e prevalecerá com a espiritualidade do seu conservadorismo.

Infelizmente, para os países do entorno russo, o carácter « centrífugo » desse Novo Império não é só espiritual e cultural, mas é também, e sobretudo, extremamente concreto e materialista nos seus objetivos geopolíticos. Tal é o triste caso da Ucrânia, cuja soberania é vista por Dugin como um estorvo intolerável às ambições continentais e imperialistas da Rússia enquanto nova superpotência.

Efetivamente, para ele, o sonho da recriação de um grande império continental russo é impensável sem a Ucrânia.

A soberania da Ucrânia é um fenómeno tão negativo para a geopolítica russa que, em princípio, pode facilmente provocar um conflito armado. Sem a costa do Mar Negro que vai de Izmail a Kerch, a Rússia fica com uma extensa parte da sua linha costeira controlada por alguém desconhecido [A Ucrânia], o que faz com que sua soberania como um país normal e independente se torne questionável. [...] A Ucrânia como país independente com certas ambições territoriais constitui um enorme problema para toda a Eurásia e, sem uma solução para o problema ucraniano, não faz sentido falar de geopolítica continental. [...] De um ponto de vista estratégico, a Ucrânia deveria ser estritamente uma projeção de Moscou para o Sul e o Leste.¹²¹

Alguns poderiam pensar que as ideias de Dugin são muito loucas e radicais demais para serem levadas a sério e terem alguma influência política concreta, mesmo na Rússia de Putin. Ledo engano. Aqueles que se deram o trabalho de estudar a penetração do « duginismo » dentro das instituições russas apontam a crescente influência de Dugin como ideólogo de uma grande Rússia

120 Ibid., p. 122' minha ênfase

121 Ibid., p. 199

incontida nas suas fronteiras e galvanizada por um novo conservadorismo. Já em 1992, quando Dugin ainda era um ilustre desconhecido, Igor Vinograd, editor de uma prestigiosa revista chamada *Kontinent*, alertava para a periculosidade de Dugin, da extrema direita russa, e de seus seguidores.

Eles estão empreendendo uma galvanização barulhenta de uma utopia reacionária que fracassou há muito tempo. Uma tentativa de reviver através da injeção de uma nova vacina – uma mistura de « Ortodoxia » e de « Islã » justificada pela necessidade do combate ao « sionismo », ao catolicismo ocidental podre e contra qualquer tipo de judaísmo franco-maçônico [...] Apesar da sua inépcia intelectual, eles são muito perigosos. Afinal de contas a tentação do fundamentalismo religioso no nosso século de incredulidade e corrupção espiritual geral é muito forte para muitas pessoas que perderam o rumo nesse caos.¹²²

Nos anos 1980, Dugin era uma figura mística ligada a um ocultismo de inspiração muito conservadora, quando não nazista. Mas em 1989, durante uma visita à Europa Ocidental, Dugin teria encontrado vários pensadores neofascistas como Alain de Benoist, Jean François Thiriart e Claudio Mutti, que teriam contribuído para a sua formação política e para o início da propagação de suas ideias.¹²³ Logo após isto, Dugin converteu-se em editor e escritor de artigos para várias revistas e também começou a escrever e publicar livros que já anunciavam o seu pensamento político e geopolítico futuro, como « *Os Mistérios da Eurásia* » e « *Os Caminhos do Absoluto* ». ¹²⁴ Além das revistas e livros, Dugin também utilizou muito bem a internet, criando vários *websites* que muito contribuíram para espalhar as suas ideias. Extremamente prolífico, Dugin começou a influenciar ideologicamente as elites políticas e intelectuais russas, passando de um obscuro pensador com ideias exóticas a um intelectual respeitado, cujas ideias se refletem no discurso de políticos importantes.

Prokhanov [um influente escritor russo] espalhou sutilmente as ideias de Aleksandr Dugin entre os seus seguidores através de Zen/Zavtra [duas revistas russas]. Eurasianista ou não, o termo « mundialismo » [um termo popularizado por Dugin na Rússia] é ouvido nos lábios até mesmo dos críticos mais gritantes da ideologia de Dugin. Foi Dugin quem alargou os horizontes da coalizão antiocidental. Mundialismo, e não simplesmente o Ocidente ou Iéltsin ou o sionismo, agora é o inimigo. Gennadi Zyuganov (Chefe do Partido Comunista da Federação

122 Vinogradov, I., citado em Umland, A., 2007, p. 97

123 Umland, A., 2007, p. 101

124 Ibidem

Russa) tem usado a linguagem do sistema cultural de Dugin de uma maneira muito eficaz, apagando a clássica fórmula judaico-maçônica pela versão resumida e modernizada da grande conspiração que transcende a « conspiratologia » da Velha Direita.¹²⁵

Assim, em pouco tempo, Dugin tornou-se o intelectual mais influente da extrema direita russa, formando o discurso e o pensamento de intelectuais e políticos de peso. O seu « nacional-bolchevismo », o seu « fascismo de esquerda » e o seu tradicionalismo « guénoniano » converteram-se em lugares-comuns que não precisavam mais de esclarecimentos para dentro do discurso conservador russo.¹²⁶

Mas o crescimento da figura de Dugin dentro do universo político russo obviamente não parou por aí, pois ele conseguiu penetrar dentro do coração do Estado Russo, onde as decisões importantes são tomadas. Em 1998, Dugin abandonou o Partido Nacional-Bolchevique, do qual era o líder intelectual para ser o chefe da Seção de Perícia Geopolítica do Conselho Consultivo sobre Problemas de Segurança Nacional do Escritório do Líder da Câmara Baixa da Duma, Gennadi L. Seleznev. Seleznev ficou conhecido na Rússia e no mundo por ter anunciado, em setembro de 1999, a explosão de bombas, atribuídas a separatistas chechenos, em apartamentos na cidade de Volgodonsk. O problema é que ele o fez três dias antes das explosões efetivamente ocorrerem, o que mostra claramente que as explosões foram planejadas e realizadas pelo FSB e que Seleznev gozava da confiança das altas instâncias do Governo Russo, inclusive de um tal Vladimir Putin, não só um homem do FSB, como também, já àquela época, o homem-forte *de facto* da Rússia. A impressão que Dugin fez em Seleznev foi tão boa que este sugeriu numa entrevista de rádio que a doutrina Dugin deveria fazer parte do currículo escolar russo.¹²⁷

Naquela então, Dugin já havia publicado o seu livro *Os Fundamentos da Geopolítica*, tão citado aqui, que tinha tido grande impacto dentro do poder russo, a ponto de ser adotado como texto de leitura obrigatória em várias instituições de ensino superior, especialmente aquelas ligadas à área militar.¹²⁸

Em 2001, Dugin deu outro passo importante para aumentar a disseminação e penetração de suas ideias ao fundar o movimento político Eurásia, que atraiu importantes personalidades políticas, militares e religiosas em seu bojo. Gleb Pavlovski, chamado de « o tecnólogo político do Kremlin »,

125 Allensworth, W., 1998, *The Russian Question – Nationalism Modernization and Post-Communism Russia*, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., Lanham, pp. 245, 261

126 Umland, A., 2007, pp. 113-114

127 Ibid., p. 118

128 Ibid., p. 119

teria dado apoio a esse projeto; Talgat Tadzhuiddin, o Mufti dos muçulmanos russos foi membro do Conselho Político da Eurásia, assim como altas personalidades da Igreja Ortodoxa Russa e de organizações judaicas e budistas; Peter Sustos, ex-chefe do Serviço de Inteligência Exterior e o General Nicolai Klokotov, que tinha sido o Chefe de Estratégia da Academia Militar da Rússia entre 1988 e 1996, também integraram o movimento Eurásia.¹²⁹ Este, último, diga-se de passagem, foi um dos militares que contribuíram com informações para *Os Fundamentos da Geopolítica* de Dugin.

A entrada definitiva de Dugin na seara política russa através da sua liderança intelectual de um movimento político que contava com a respeitabilidade conferida por personalidades importantes e influentes deu-lhe a notoriedade que sempre tinha buscado. Para se ter uma ideia, o número de vezes que Dugin foi mencionado na mídia russa em 2002 foi dez vezes superior ao número de menções que tinha recebido em 2000. Dugin tinha realmente se tornado uma figura que chamava a atenção das altas esferas do Estado russo. Em dezembro de 2001, por exemplo, foi um orador de destaque da IV Assembleia Popular do Mundo Russo, um encontro organizado pela Igreja Ortodoxa que contou com a presença da nata do Governo Russo, inclusive com ninguém menos que o próprio Vladimir Putin.¹³⁰ Deste encontro resultou um livreto, publicado pela *Arktogeya-Tsentr*, a editora de Dugin, no qual, textos de Putin se encontravam juntos com o de outras altas personalidades russas que defendiam o neoeurasianismo de Dugin.¹³¹

E o prestígio de Dugin e de suas ideias eurasiáticas só continuou a crescer. Em outubro de 2006, a lista dos nomes dos membros do Alto Conselho do Movimento Eurásia continha, entre outros, Aleksandr Sokolov, Ministro da Cultura da Federação Russa, Aleksandr Torshin, Vice-Líder do Conselho Federal da Assembleia Nacional da Federação Russa, Mikhail Margelov, Diretor do Comitê de Relações internacionais do Conselho da Federação Russa, Aslambeck Aslakhanov, Assessor de Vladimir Putin, Viktor Kalyuzhnyi, Embaixador da Rússia na Letônia, Dmitrii Ryurikov, Embaixador da Rússia na Dinamarca, Aleksei Zhafyarov, Diretor do Departamento de Partidos Políticos e Organizações Sociais do Ministério da Justiça da Federação Russa, Andrei Borisov, Ministro da Cultura da República de Iacútia (Sakha), Eduard Sagalev, Presidente da Associação Nacional de Emissoras de Rádio e TV, Albert Chernyshev, Chefe do Conselho de Embaixadores da Federação Russa e Nikolai Efimov, Editor-Chefe do Jornal *Krasnaya zvezda* (Estrela Vermelha) do exército russo.¹³²

129 Ibid., p. 120-121

130 Ibid., p. 128

131 Ibidem

132 Ibid., p. 130

Obviamente, tudo isto não significa que as ideias de Dugin teriam sido adotadas em sua integridade na ideologia e nas doutrinas do Estado Russo, pois Dugin sempre foi uma personalidade que suscitou controvérsias, mesmo dentro dos círculos nacionalistas russos. Entretanto, é inegável que suas ideias circularam dentro do Kremlin e influenciaram a formação de políticas públicas, mesmo se de forma edulcorada. Nos dizeres do próprio Dugin:

O meu pensamento prevalece; o meu discurso reina. Sim, o governo não revela as suas fontes....Sim, há círculos de pessoas que se colocam entre mim e o governo....que agregam [coisas] às ideias concentradas de geopolítica europeia, de tradicionalismo conservador e de outras ideologias que estou desenvolvendo....e criam versões diluídas das mesmas. Mas no fim das contas, essas versões chegam ao governo, que as incorpora como se fossem coisas óbvias. Portanto, na minha opinião, Putin está se tornando cada vez mais como Dugin, ou, no mínimo, ele está implementando o programa que eu construí toda a minha vida.¹³³

Dugin tem razão. Foi ele que recriou o eurasianismo como conceito geopolítico moderno, que caiu como uma luva numa Rússia derrotada e desorientada, sem objetivos geopolíticos claros. Foi ele também que explicitou que o grande inimigo, a nêmesis da Rússia, seria a « talassocracia americana », contra a qual a Rússia deveria travar uma luta existencial. Foi ele que erigiu o conservadorismo ortodoxo russo como contraponto à decadência, à libertinagem e ao « satanismo » do Ocidente; um antagonismo que deveria ser resolvido numa guerra de civilizações. E foi ele também que disse com todas as letras que uma Ucrânia soberana seria um estorvo para os objetivos geopolíticos russos de tornar-se, mais uma vez, um império, uma grande potência.

Que fique claro: Dugin não inventou o eurasianismo, mas o reconstruiu de forma a tornar as suas ideias ultradireitistas aceitáveis para que elas pudessem ser absorvidas pelo Estado russo. Nisto, Dugin parece ter sido muito exitoso. O que vemos hoje na Rússia em termos ideológicos pode ser visto, em boa medida, como o resultado do seu sucesso como « intelectual orgânico » de um Estado imperial nos seus objetivos externos, extremamente tradicionalista na pauta dos costumes, antidemocrático na sua relação com a sociedade civil e profundamente autoritário e violento no tratamento de qualquer dissidência.

133 Citado em Liverant, Y. , 2009, *The Prophet of the New Russian Empire*, Azure, No. 35, Winter 5769/2009, p. 23

6 - Políticas públicas na Rússia de Putin

Acima, tentei realizar um breve exame do pensamento predominante entre os « intelectuais orgânicos » russos, da ideologia predominante dentro do Estado e da evolução histórica e intelectual do país. Porém, para descortinar a natureza do Estado russo atual é importante também como a ideologia se traduz em políticas públicas concretas. Muito brevemente, tentarei ilustrar algumas características básicas da Rússia sob Vladimir Putin.

6.1 A nova geopolítica russa: eurasianismo, um « antiatlanticismo » exacerbado e um belicismo inédito após 1945

Enquanto os líderes políticos no interregno « atlanticista» russo, buscaram a integração da Rússia com o Ocidente, a estratégia Kremlin após a chegada de Putin ao poder caracterizou-se por uma guinada rumo ao Leste, buscando uma integração cada vez maior da Rússia com o seu entorno imediato (*near abroad*), através de parcerias comerciais e militares. Parcerias que, evidentemente, colocam a Rússia como centro hegemônico.

As iniciativas eurasiáticas concretas logo no primeiro ano do primeiro ano do primeiro Governo Putin com a criação, em 10 de outubro de 2000, da Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEc), que substituiu a Comunidade dos Estados Independentes. Esta organização adotou uma série de medidas econômicas a fim de integrar a Rússia, a Bielorrússia, o Cazaquistão, Quirguistão e o Tajiquistão em um espaço eurasiático tendo a Rússia como polo dominante. Ela fundou a União Aduaneira da Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão em 1 de janeiro de 2010, a qual, sintomaticamente, foi renomeada União Aduaneira Eurasiática algum tempo depois. Esta união aduaneira seguiu os moldes da União Europeia e implementou as quatro liberdades de movimento (mercadorias, capital, serviços e pessoas). Uma vez essas quatro liberdades completamente implementadas, a União Aduaneira Eurasiática mudou o seu nome para Espaço Econômico Eurasiático. Paralelamente a uma maior integração econômica no seu entorno eurasiático, a Rússia procurou também uma maior integração militar na região, com a criação da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), em 2002, que substituiu o Tratado de Segurança Coletiva de 1992. A OTSC é uma organização que funciona nos moldes da OTAN, com seu Artigo 4 estabelecendo que a agressão a qualquer um dos seus membros seria uma agressão a todos os seus membros, tal como o Artigo 5 da OTAN.

Como parte dessa guinada eurasiática, a Rússia também procurou estreitar os laços com os países da Ásia, particularmente com China. Os dois países formaram a Organização para Cooperação de Xangai, em 2001. A OCX é a sucessora da organização os Cinco de Xangai (Shangai Five), que incluía China, Rússia, Tajiquistão, Cazaquistão e Quirguistão, formada em 1996. O propósito da OCX é aprofundar as relações econômicas e políticas entres os países supracitados, mas incluindo também o Uzbequistão. Em 1917, a Índia e o Paquistão juntaram-se ao grupo, o que fez que a OCX agora represente países que, juntos, contém a metade da população mundial.

Mais recentemente, em 2022, Rússia e China estreitaram ainda mais as suas relações ao estabelecer uma parceria estratégica de alto nível, reforçando ainda mais os laços da Rússia com a Ásia e a imagem da Rússia como um país que tem os pés e o seu futuro em dois continentes distintos. Mas isto não é tudo, pois a Declaração Conjunta resultante dessa parceria é um claro exemplo de um outro elemento-chave da geopolítica russa atual, que poderia ser chamado de « anti-atlanticismo ».

De fato, o que essa declaração conjunta deixa muito claro é que essa parceria Rússia/China almeja uma diminuição da influência dos Estados Unidos e seus aliados no mundo. Concretamente, esses países são criticados, entre outras coisas, por interferir nas questões internas de outros países sob a bandeira de defesa dos direitos humanos e da democracia e por desestabilizar a ordem geopolítica mundial com ações agressivas que ameaçam a paz no mundo .

Alguns Estados tentar impor os seus próprios « padrões de democracia » em outros países, tentam monopolizar o direito de julgar o nível de conformidade com critérios democráticos, tentam traçar linhas divisórias com base em ideologias, incluindo a criação de blocos exclusivos e alianças de conveniência. [Tudo isto] acaba sendo nada mais do que um desrespeito à democracia, contra o espírito e os verdadeiros valores da democracia. Tais tentativas de conseguir uma hegemonia constituem sérias ameaças à paz e à estabilidade global e regional e mina a estabilidade da ordem mundial.

As duas partes se opõem à continuação da expansão da OTAN e conclamam a Organização do Tratado do Atlântico Norte a abandonar as suas abordagens de guerra fria ideológica, a respeitar a soberania, a segurança e os interesses de outros países, a respeitar também a diversidade civilizacional, cultural e histórica desses países e a ter uma atitude justa e objetiva para com o desenvolvimento pacífico de outros Estados.¹³⁴

134 Fonte: <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>

O exemplo acima é apenas uma amostra do discurso « antiatlanticista » endossado pela Rússia e não caberia se estender aqui sobre o descontentamento Russo com os Estados Unidos e a OTAN, algo que começou ainda no governo de Boris Iéltsin. Mas seria importante dizer que essa veia « antiatlanticista » tornou-se cada vez mais forte nos governos de Vladimir Putin. No seu famoso Discurso de Munique, em 2007, todos os elementos « antiatlanticistas » da política externa e da geopolítica russas já estavam claramente explicitados.

E, como em qualquer guerra, a Guerra Fria nos deixou com munição viva, falando metaforicamente. Estou me referindo a esteriótipos ideológicos, dois pesos e duas medidas e outros aspectos típicos do pensamento de bloco da Guerra Fria.

O mundo unipolar que foi proposto após a Guerra Fria também não aconteceu [...].

E isto, com certeza, nada tem a ver com democracia, porque, como vocês sabem, a democracia é o poder da maioria sobre os interesses e opiniões da minoria.

Incidentalmente, nós, na Rússia, recebemos constantes lições sobre a democracia. Mas, por alguma razão, aqueles que nos ensinam não querem eles mesmos aprender.

Eu considero que o mundo unipolar não somente é inaceitável, mas é também impossível no mundo de hoje. E isto não somente porque os recursos econômicos, políticos e militares não seriam suficientes [para o exercício de uma liderança única], mas, mais importante ainda, porque o modelo [proposto] é falho em vista de que, na sua base, ele não tem, nem pode ter, as bases morais para uma civilização moderna.¹³⁵

A luta contra a unipolaridade americana, contra a expansão da OTAN, contra a imposição de normas democráticas consideradas universais, etc, já podem ser vistas no discurso acima, e isto não constitui uma surpresa para aqueles que se deram o trabalho de ler os discursos de Putin. Porém, algo salta aos olhos daqueles que não somente leram Putin, mas que também leram Dugin: o caráter civilizacional da oposição a um modelo único de sociedade que estaria sendo exportado para o resto do mundo pelo Ocidente. Quando Putin fala que o Ocidente não tem as « bases morais para uma civilização moderna » ele se adentra num terreno que vai além da mera confrontação de interesses geopolíticos entre Estados. O que ele apresenta, ainda de forma sutil e passageira, é o tema da Guerra de Civilizações tão caro a Dugin e a outros eurasianistas. Obviamente, não estamos aqui na presença de algo tão radical como acusar o Ocidente de satanismo, mas devemos lembrar que o Discurso de Munique foi proferido em 2007 diante de uma plateia de políticos e altas autoridades internacionais. O simples fato de que esse tema tenha sido mencionado, ainda que *en passant*, chama

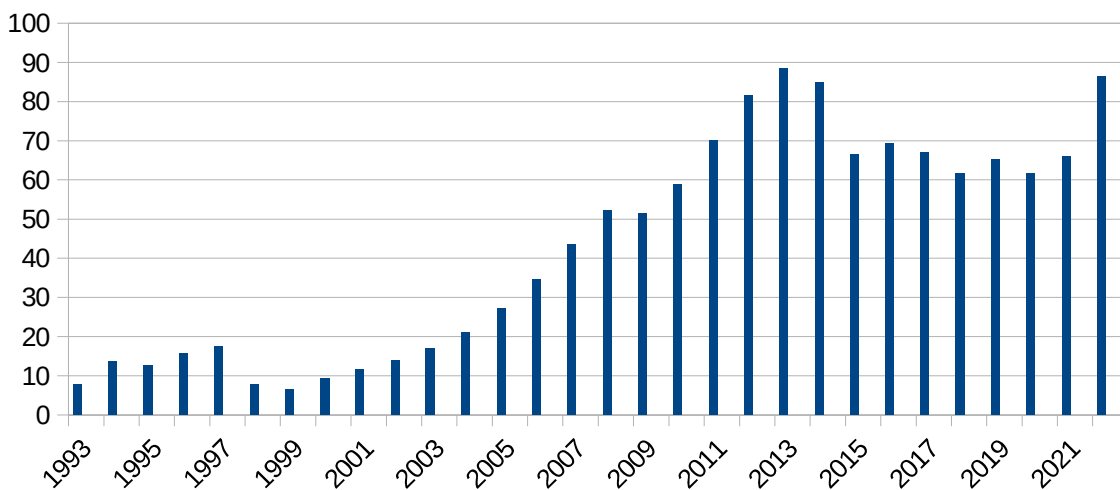
135 Fonte: <http://en.kremlin.ru/DDoS01/3a445400/events/president/transcripts/24034>

a atenção. Em um discurso da maior autoridade russa, numa ocasião tão importante, já àquela época, sugere que Dugin realmente tinha razão ao afirmar que o seu pensamento imperava e era absorvido dentro do Estado.

Além dessa virada eurasiática e « antiatlanticista », essa geopolítica que se inspira do eurasianismo também poderia ser considerada como bem mais agressiva e belicista do que aquela que predominava antes da chegada de Putin ao poder.

Sem surpresa, a Rússia, sob Putin, aumentou expressivamente os seus gastos militares e conseguiu modernizar as suas forças armadas para ter um protagonismo maior no mundo. Para 2024, A Rússia prevê gastar 30% do orçamento do Estado com gastos militares.

Gastos militares da Rússia 1993-2022 (em US bilhões)



Fonte: <https://data.world.bank.org>

Esse crescimento dos gastos militares russos não se limitou, evidentemente, a ter um papel meramente dissuasivo. Ao contrário, as guerras na Chechênia, na Geórgia e na Ucrânia, além da intervenção russa na Síria, atestam claramente que a remilitarização da Rússia visou uma forte projeção bélica da Rússia no exterior, numa clara tentativa de superação do seu status prévio de potência regional decadente, herdado da implosão da União Soviética. Também é digna de nota, neste contexto de projeção internacional, a forte presença da Rússia na África, com a atuação do grupo paramilitar mercenário Wagner, que agora caiu em desgraça, em vários países africanos com governos incapazes de garantir a sua própria segurança. Sob Putin, a Rússia nunca mais recuou; pelo contrário, avançou muito, mesmo se o custo humano das operações militares que promoveu tenha sido muito alto.

Evidentemente, a política eurasiática da Rússia é absolutamente normal, pois todos os países buscam estreitar as relações comerciais, diplomáticas e políticas com outros países com os quais têm afinidades geográficas e históricas. Entretanto o seu antiatlanticismo exacerbado, que vê os Estados Unidos e o Ocidente em geral como inimigos mortais a serem neutralizados numa batalha pelo domínio do mundo poderia ser visto como fruto de uma construção ideológica, e não de uma visão realmente realista da geopolítica moderna. Nos dizeres de Vladimir Kolossov e Rotislav Turovsky, já citados acima:

Os neoeurasianistas não lidam com estudos concretos sobre os processos globais contemporâneos das relações internacionais, da economia mundial e da geografia. O seu trabalho constituiu uma construção social, em vez de uma análise científica dos assuntos internacionais. Eles tentam formular uma doutrina sobre o comportamento « correto » da Rússia no mundo, baseada na especulação, criando um novo conjunto de dogmas que a política externa russa deve seguir, como parte de um novo « grande projeto geopolítico ».

As construções lógicas do neoeurasianismo encontram suporte nos dogmas geopolíticos tradicionais dos anos 1920 e 1930, que acentuavam o papel do espaço físico, dos recursos naturais e do controle militar direto sobre o território, como se nada tivesse mudado no mundo nos últimos 60 anos e como se os países ainda permanecessem isolados uns dos outros por barreiras inacessíveis. Ainda seria possível, de acordo com essa visão, defender os interesses nacionais através da construção de blocos político-militares irreconciliáveis [...] É como se o mundo tivesse sido congelado num tempo « haushoferiano ».¹³⁶

O adjetivo « haushoferiano » acima refere-se a Karl Haushofer, o criador da *Geopolitik*, o pensamento geopolítico que inspirou a política externa alemã durante o Terceiro Reich. Deve-se a Haushofer a invenção de conceitos como *Lebensraum*, tão caro a Hitler. A visão geopolítica de Haushofer enfatizava a necessidade que teria a Alemanha de proteger e expandir o seu espaço vital; de controlar territórios geopoliticamente importantes; de controlar uma *Panideen*, ou esfera de influência, e de considerar as fronteiras entre países como fluidas, e não rígidas, podendo portanto serem alteradas de acordo com as necessidades de cada raça ou grupo étnico. Mais ainda, Haushofer considerava que a Alemanha seria um império baseado na terra e não no poder marítimo (portanto, uma telurocracia). Consequentemente, pode-se dizer que realmente haveria semelhanças entre a *Geopolitik* alemã e a geopolítica neoeurasianista de Dugin e de Putin, tanto no que diz respeito às

136 Kolossov, V. e Turovsky, R., *Russian Geopolitics at the Fin-de-siecle*, in *Geopolitics*, June 2001, p. 146, minha ênfase

suas concepções de mundo, implacáveis e hobbesianas, como no que se refere à agressividade face aos países percebidos como rivais existenciais.

A política externa da Rússia de Putin, ao postular uma necessidade vital de enfrentar o atlanticismo, identifica os interesses geopolíticos russos como sendo completamente antitéticos aos do Ocidente. E o objetivo implícito de reconquistar uma influência e um poder perdidos após o fim da União Soviética, o que incluiria o domínio de seu antigo entorno soviético, se choca com a « fortaleza da OTAN », conduzindo a Rússia a uma política de enfrentamento agressiva que não seria baseada numa avaliação pragmática e realista da sua situação no mundo.

Sobretudo, o belicismo russo das últimas décadas, que seria consequência dessa visão geopolítica « haushoreriana », é algo absolutamente inédito depois da Segunda Guerra Mundial dentro da Europa. Antes de Putin, nenhum país europeu havia anexado ilegalmente um território de um outro ou simplesmente invadido um outro. As guerras na Geórgia e na Ucrânia mostram que a geopolítica russa atual foge da normalidade constituída de cooperações estratégicas com países amigos e de meras tensões e conflitos com países rivais. A agressividade de uma doutrina geopolítica que se expressa em guerras pode ser vista como a tradução concreta da ideologia de um eurasianismo imperial, espécie de herdeiro da *Geopolitik*, tomado pelo afã de engrandecer a Rússia e garantir-lhe um lugar entre as grandes potências

6.2 Uma democracia de fachada

6.2.1 As bases ideológicas do iliberalismo russo

A oposição entre as civilizações Ortodoxa e Ocidental, tão enfaticamente sublinhadas pela ideologia do *Russkii Mir* e pela doutrina geopolítica eurasiática, também se expressa, em nível de políticas domésticas, por concepções diferentes de democracia, de liberdades individuais e das necessidades de segurança interna de um país. Quando Putin afirma, como vimos acima, que o Ocidente tenta impor à Rússia uma ideia de democracia que não é própria à Rússia, ele está expressando a ideia de que cada país, cada civilização, tem a sua própria noção de democracia, resultante da sua cultura e da sua história. À primeira vista, Putin parece ter razão, pois histórias e culturas diferentes produzem instituições também diferentes. Entretanto, faz-se necessário perguntar quais seriam as peculiaridades culturais e históricas da Rússia que justificam, ou explicam, eleições onde os principais nomes da oposição são proibidos de concorrer, uma imprensa completamente

amordaçada e a serviço exclusivo do governo, um poder judiciário sem nenhuma independência, a criminalização de ONGs e o assassinato ou encarceramento de jornalistas e líderes políticos, só para dar alguns exemplos.

É verdade que, se olharmos para a história da Rússia, veremos uma sociedade tradicionalista e autoritária, governada por autocratas como Ivan o Terrível, Pedro o Grande e Stalin. Contudo, essa também foi a história da maioria das sociedades que hoje podem ser consideradas como democráticas, com eleições livres e limpas, ampla liberdade de imprensa e sem perseguições a líderes políticos, jornalistas e intelectuais que opõem ao governo de plantão. As monarquias europeias passaram pela fase do absolutismo, para só depois se transformarem em monarquias constitucionais, ou serem abolidas. O Japão, país que tem grande orgulho de suas tradições e da sua cultura, soube conservá-las quando foi obrigado a renunciar ao caráter sagrado do imperador. Isto não destruiu as peculiaridades culturais nipônicas e hoje o país pode ser considerado uma democracia moderna, mesmo com os limites que toda democracia moderna tem. No Brasil, nós também tivemos « tradições autoritárias » na nossa história como, por exemplo, o « poder moderador » incarnado na figura do imperador ou a longa « tradição » autoritária castrense, que até hoje grassa no País. De resto, bem recentemente, os militares bolsonaristas reinventaram a ideia do « poder moderador » para argumentar que as forças armadas seriam uma espécie de árbitro supremo dos conflitos políticos no Brasil, tal como fora a figura do Imperador. Porém, ninguém em sã consciência argumentaria que essas « tradições » na nossa história justificariam o retorno do poder moderador imperial ou a adequação de uma ditadura militar para o Brasil, com exceção, é claro, dos bolsonaristas.

O fato é que governos autoritários sempre encontram argumentos desse tipo para justificar o seu deficit democrático, ou, até mesmo, bárbaras violações de direitos humanos. No Brasil, reza uma história, o jurista Sobral Pinto foi certa vez interrogado por militares. Como sabiam que esse respeitado jurista não era um « comunista », mas sim um liberal, eles teriam tentado justificar o estado de exceção no Brasil com o argumento de que construiriam uma « democracia à brasileira », ao qual Sobral Pinto teria retrucado que ele conhecia o « peru à brasileira », prato da culinária nacional, mas que jamais havia ouvido falar de uma « democracia à brasileira ». Para ele, a « democracia à brasileira » seria um ornitorrinco conceitual aberrante. Democracia ou é democracia ou é outra coisa. Ou há democracia ou não há democracia. Obviamente, existe toda uma graduação de regimes democráticos, uns sendo mais liberais ou libertários do que outros. Mas quando um país censura a imprensa, impede eleições livres e prende, tortura e mata opositores políticos isso não

pode ser chamado de democracia, ainda que com todos os adjetivos que possam qualificar esse substantivo.

Evidentemente, não estou dizendo com tudo isto que as democracias liberais contemporâneas sejam isentas de mazelas e que não mereçam críticas. Pelo contrário, elas apresentam vícios e deficits democráticos que precisam ser combatidos. Por isto mesmo a maior parte da esquerda defende o aprofundamento da democracia como forma de se construir um mundo mais justo. Contudo, defender o aprofundamento da democracia é algo muito diferente de tentar justificar a sua ausência por motivos culturais, históricos ou geográficos. De fato, é o oposto.

O que temos na Rússia hoje, de um ponto de vista ideológico e discursivo, não é, obviamente, um caso de uma crítica à democracia liberal por suas deficiências, mas sim uma justificação da sua ausência. De um ponto de vista político e prático, o que vemos ali é uma ditadura autocrática que sufoca a sociedade civil daquele país e reprime qualquer tentativa de oposição expressiva.

As raízes ideológicas desse iliberalismo russo são provavelmente múltiplas e talvez possam ser encontradas no passado imperial ou no stalinismo, ambos exemplos de autoritarismo autocrático e centralizador. Entretanto, creio que do discurso estatal russo denota-se um trabalho de reelaboração dessa « tradição » autoritária que está relacionado - de novo ! - com o eurasianismo e o *Russkii Mir*, ou seja, com a obra do ideólogo mor do regime russo atual, Aleksandr Dugin. Neste particular, isto é, a elaboração de uma ideologia contemporânea iliberal, creio que devemos dar uma olhada no seu livro *A Quarta Teoria Política (The Fourth Political Theory)*, onde Dugin expõe as suas teses sobre a necessidade de se combater e destruir a ordem liberal mundial.

A Quarta Teoria Política é o projeto ideológico de Dugin para substituir a ideologia liberal que impera no mundo e que impõe valores não tradicionais, o ateísmo e a globalização econômica e cultural em todos os recantos. Dugin parte da constatação que, no século passado, existiram três teorias políticas: o liberalismo, o comunismo e o fascismo. O liberalismo é centrado no indivíduo, o comunismo na classe social e o fascismo no Estado (fascismo italiano) ou na raça (nazismo). Ora, tanto o fascismo como o comunismo foram derrotados, só restando hoje o liberalismo, ou mais precisamente o pós-liberalismo, a sua metamorfose pós-moderna.

O sujeito do comunismo foi a classe social. O sujeito do fascismo foi o Estado, no fascismo italiano sob Mussolini, ou a raça, no Nacional Socialismo de Hitler. No liberalismo, o sujeito foi representado pelo indivíduo, livre de todas as formas de identidade coletiva e qualquer associação ou « pertencimento » (*l'appartenance*). Enquanto a luta ideológica teve adversários

formais, sociedades e nações inteiras, pelo menos teoricamente, foram capazes de escolher o seu sujeito preferido – classe, estatismo, racismo ou individualismo. A vitória do liberalismo resolveu a questão; o indivíduo se tornou o sujeito normativo dentro do quadro da humanidade inteira.

Foi então que o fenômeno da globalização entrou no cenário, o modelo de uma sociedade pós-industrial se faz conhecer e a pós-modernidade começa. Desse momento em diante, o sujeito individual não é mais o resultado de uma escolha, mas é uma espécie de dado mandatário. O homem é liberado da sua « associação » a uma comunidade e de qualquer forma de identidade coletiva, e a ideologia dos « direitos humanos » se torna largamente aceita, pelo menos em teoria, e é praticamente compulsória.

A humanidade sob o liberalismo, composta unicamente de indivíduos, é naturalmente atraída para a universalidade e tenta tornar-se global e unificada. Daí os projetos de um « governo mundial », ou globalismos, nascem.¹³⁷

Vemos na citação acima temas que são caros a Dugin e a todos os conservadores e tradicionalistas, como a perda do « pertencimento » do indivíduo à sua nação ou etnia, a hegemonia do liberalismo globalizante e a imposição da sua agenda ao resto mundo, particularmente no que diz respeito aos direitos humanos universais. Habilmente, Dugin (e também o Kremlin) mistura direitos humanos e o capitalismo globalizante e, ao fazê-lo, deslegitima os primeiros por serem parte indissociável do segundo. Mais ainda, Dugin apresenta o quadro de um mundo dividido em dois campos opostos: os defensores da hegemonia ocidental e aqueles que, bravamente, tentam resistir a essa pós-modernidade invasiva, que impõe, entre outras coisas, a dessacralização do mundo e o primado da democracia e dos direitos individuais, destruindo as tradições e as culturas de outras civilizações. Desta maneira, o centro da ordem mundial (o império atlanticista) defende a hegemonia pós-moderna e a periferia (países como Rússia, China, Ira e Índia) a recusa e tenta construir um mundo « multipolar ».¹³⁸

Assim, a Quarta Teoria Política, seria uma « cruzada » contra a pós-modernidade, a sociedade pós-industrial, o pensamento liberal realizado na prática e contra a globalização e suas bases logísticas e tecnológicas.¹³⁹ O termo « cruzada » é bem adequado para o caráter dessa luta, pois a resistência contra a pós-modernidade ocidental é também a defesa de um mundo onde Deus existe, um mundo pré-moderno, livre do satanismo e do Anticristo.

137 Dugin, A., 2012, *The Fourth Political Theory*, London, Arktos, p. 14

138 Soral, A., 2012, *Why we should read Alexander Dugin*, in *The Fourth Political Theory*, p. 7

139 Dugin, A., 2012, p. 16

[A] Quarta Teoria Política poderá facilmente se dirigir para tudo aquilo que precedeu a modernidade para encontrar inspiração. O reconhecimento da « morte de Deus » deixa de ser um imperativo mandatório para aqueles que querem continuar relevantes [...] Isto marca o retorno à teologia e se torna um elemento essencial da Quarta Teoria Política. Quando este retorno acontece, a pós-modernidade (globalização, pós-liberalismo e a sociedade pós-industrial) é facilmente reconhecida como « o reino do Anticristo» [...] Isto não é simplesmente uma metáfora capaz de mobilizar as massas, mas sim um fato religioso – o fato do Apocalipse.¹⁴⁰

Exatamente por isto, a inspiração para o desenvolvimento da Quarta Teoria Política, que Dugin também chama de Nacional Bolchevismo, deve ser buscada na pré-modernidade, além de se basear, de imediato, nas teorias iliberais do passado, inclusive o fascismo e o nazismo.

[A elaboração da Quarta Teoria Política] começa no ponto de interseção entre as diferentes teorias antiliberais do passado (o comunismo e as teorias da Terceira Via [Terceira Via = fascismo e nazismo]). Assim nós chegamos ao Nacional Bolchevismo, que representa o socialismo sem o materialismo, sem o ateísmo, sem o progressivismo e sem o modernismo, além de representar também formas modificadas da Terceira Via. Mas isto é apenas o primeiro passo. A soma mecânica das versões profundamente modificadas das ideologias antiliberais do passado não nos dará o resultado final. Esta é apenas uma primeira aproximação e uma abordagem preliminar. Nós devemos ir mais adiante e fazer um apelo para a Tradição e para fontes pré-modernas de inspiração. Nestas fontes, encontramos o Estado ideal platônico, a sociedade hierárquica medieval e as visões teológicas de um sistema político e social normativo (cristão, islâmico, budista, judeu ou hindu). Estas fontes pré-modernas são realmente importantes para o desenvolvimento do Nacional Bolchevismo.¹⁴¹

Dugin fala da necessidade de se inspirar do passado pré-moderno, mas na verdade a sua Quarta Teoria Política tem filiação direta com a obra de autores antiliberais recentes e até contemporâneos. Neste sentido, o pensamento político de Dugin pode ser entendido como uma ideologia conservadora que se inspira de duas fontes principais: o tradicionalismo de Guénon, do qual eu já falei acima, e o antiliberalismo de Alain de Benoist, o filósofo francês de extrema direita e estrela incontestada da Nova Direita europeia. O recurso que Dugin faz à obra de Alain de Benoist para

140 Ibid., p. 20)

141 Ibid., p. 159

encorpar a sua obra me parece extremamente importante porque permite dar às suas ideias (e também às políticas do Kremlin) um conteúdo anticapitalista e antiamericanista que lhes confere uma máscara de « progressismo anti-imperialista ». De fato, de Benoist é um anticapitalista. Entretanto, o seu anticapitalismo é de cunho conservador, pois está preocupado apenas com a destruição das sociedades tradicionais provocada pela modernização homogeneizante promovida pela globalização e não com os impactos sociais da acumulação de capital. Mais ainda, de Benoist e a Nova Direita são também antiamericanistas, pelo fato dos Estados Unidos serem o epicentro de onde emana a expansão triunfante do rolo compressor da cultura pós-moderna.

Inspirando-se de Guénon e de Evola, assim como do discurso de de Benoist e da Nova Direita, Dugin elabora a sua teoria como um antídoto ao liberalismo americano e pós-moderno triunfante e articula a oportunidade de se lutar contra a hegemonia americana com a necessidade de um retorno aos valores e tradições do passado.

Quando há apenas um poder que decide quem está certo e quem está errado e decide quem deverá ser punido e quem não, nós temos uma forma de ditadura global. Isto não é aceitável. Portanto, nós devemos lutar contra esse poder. Se alguém nos priva da nossa liberdade, nós devemos reagir. E nós vamos reagir. O Império Americano deve ser destruído e, em algum momento, ele será destruído. Ideologicamente, a unipolaridade é baseada em valores modernistas e pós-modernos que são abertamente antitradicionalistas. Eu compartilho a visão de René Guénon e Julius Evola, que consideraram a modernidade e a sua base ideológica (o individualismo, a democracia liberal, o capitalismo, o consumismo, etc) como a causa da futura catástrofe da humanidade e o domínio global do estilo de vida ocidental como a razão da degradação final da Terra. O Ocidente se aproxima do seu término e nós não devemos permitir que ele nos arrastre para o abismo junto com ele.

Espiritualmente, a globalização é a criação da grande paródia, o reino do Anticristo. E os Estados Unidos são o centro da sua expansão. Os valores americanos têm a pretensão de serem universais. Na realidade, esta é uma forma de agressão contra a multiplicidade de culturas e tradições ainda existentes no resto do mundo.¹⁴²

Esperatamente, Dugin, como de Benoist, associa a luta contra a unipolaridade americana e por um mundo multipolar com a proteção de culturais tradicionais, que ele considera como essencialmente iliberais. Assim, a luta contra o Império Americano seria uma luta para preservar as

142 Ibid., p. 157

tradições de outras civilizações que ainda não romperam com Deus e mantêm os seus costumes ancestrais.

A recusa dos povos em adotar o liberalismo é completamente compreensível e pode ser entendida em todas as circunstâncias. Mas ela continuará a ser impotente e ineficaz até nós reconhecermos que nós não estamos lidando com um acidente, mas sim com algo sistêmico; não com um desvio temporário da norma, mas sim com uma doença incurável e fatal. Uma doença incurável e fatal cujas origens nós devemos buscar naqueles períodos em que, para muitos, tudo parecia claro e descoberto e a humanidade parecia entrar numa época de progresso, liberdade e direitos humanos. Mas isto era simplesmente o sintoma de uma síndrome da agonia que se aproximava. O liberalismo é o mal absoluto; não apenas na sua incarnação concreta, mas também nas suas pressuposições teóricas fundamentais. [...] « A liberdade como ausência de restrições e limites [*freedom from*] » é a forma mais hedionda de escravidão porque tenta o homem a uma insurreição contra Deus, contra os valores tradicionais, contra a moral e as bases espirituais do seu povo e da sua cultura.¹⁴³

Consequentemente, o antiamericanismo e o anticapitalismo de Dugin, Guénon, Evola e de Benoist não tem nenhum parentesco ideológico ou político com a tradicional luta da esquerda contra o sistema capitalista baseado na « exploração do homem pelo homem », ou com a necessidade de maior inclusão social em sociedades desiguais. Nem tampouco, de fato, com a luta por um mundo realmente mais democrático e multipolar. Pelo contrário, os dois são opostos.

Contrariamente à sua variante de esquerda, o anticapitalismo de direita não combate a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo. Ele se opõe à « ilimitação » da acumulação do capital. O mercado coloca tudo em equivalência e destrói a singularidade das culturas e dos modos de vida. Ele acaba numa cultura planetária indiferenciada, que tem seu epicentro nos Estados Unidos. Daí o antiamericanismo da Nova Direita.¹⁴⁴

De Benoist é um mestre na crítica do liberalismo em geral, do capitalismo e das democracias modernas dentro de uma perspectiva conservadora. A sua crítica do liberalismo e da democracia moderna parte da ideia de que a ideologia liberal está toda ela baseada em um erro fundamental de antropologia filosófica, que faz pensar o homem desenraizado do seu contexto social. O homem

143 Ibid., pp. 124-125, minha ênfase

144 Keucheyan, R. , 2017, *Alain de Benoist, du néofascisme à l'extrême droite* « respectable », Revue du Crieur, 2017, (No 6), pp. 128-143

liberal é um indivíduo tomado isoladamente, abstrato e abstraído do mundo em que vive. O *homo politicus* das democracias modernas e o *homo oeconomicus* do capitalismo seriam, para de Benoist, duas faces da mesma moeda; uma construção teórica universalista desprovida de substância.

De Benoist argumenta que na democracia ateniense, a verdadeira democracia, por assim dizer, as decisões eram tomadas diretamente pelos cidadãos em assembleia, sem serem representados por membros eleitos de um órgão legislativo. Mais importante ainda, os membros da *polis* estavam inerentemente e obrigatoriamente associados a uma comunidade, uma associação da qual emanavam os seus direitos.

A democracia em Atenas significava sobretudo uma comunidade de cidadãos. Os cidadãos eram classificados de acordo com a sua associação a um *deme*, um grupo simultaneamente territorial, social e administrativo. [„] Até certo ponto, *demos* e *ethnos* [etnia, raça] coincidem: a democracia é concebida aqui em relação, não com o indivíduo, mas com a polis, quer dizer, a cidade enquanto uma comunidade organizada. Ser um cidadão significava, no sentido mais pleno da palavra, pertencer a uma pátria – quer dizer, pertencer a uma pátria e a um passado. [...] Em grego, como em latim, a liberdade emana de nossa origem. O significado original da palavra « liberdade » não sugere de maneira alguma a ideia de « liberação » enquanto emancipação de uma comunidade dada . Ao contrário, ela implica uma forma de pertencimento – e é isto que confere liberdade. [...] A liberdade implicava o pertencimento. A « liberdade » de um indivíduo desprovido de qualquer forma de pertencimento, isto é, um indivíduo desenraizado, era desprovida de sentido.¹⁴⁵

O problema da democracia começou, segundo de Benoist, com a revolução americana que concebeu a democracia como o igualitarismo de direitos de indivíduos abstratos, dotados de « direitos naturais inalienáveis », tidos como « autoevidentes ». A partir de então, a ideia de democracia baseada em indivíduos isolados e não em membros de uma mesma comunidade com destino comum se alastrou pelo mundo, formando as chamadas democracias modernas. Na visão de de Benoist, as diferenças entre as democracias modernas e as democracias originárias, como a grega e a islandesa, não se limita ao caráter indireto das primeiras e direto das segundas. Muto mais importante do que isto, essas diferenças revelam concepções diferentes da natureza humana, do mundo e dos laços sociais.¹⁴⁶ O que é o povo para uma (cidadãos solidários pelo pertencimento

145 De Benoist, A. , 2011, *The Problem of Democracy*, London, Arktos, pp. 20-22, minha ênfase

146 Ibid., p.44

compartilhado a uma comunidade) é muito diferente do que é o povo para a outra (um somatório de indivíduos atomizados).

Quando Aristóteles define o homem como um « animal político » e um ser social, quando ele afirma que a cidade precede o indivíduo e que somente dentro de uma sociedade o indivíduo pode atingir o seu potencial, o que ele está sugerindo é que o homem não pode ser separado do seu papel de cidadão – como uma pessoa que vive numa comunidade organizada, uma *polis* ou uma *civitas*. Esta visão contrasta com o conceito do liberalismo moderno, que pressupõe que o indivíduo precede a sociedade e que o homem enquanto indivíduo é imediatamente algo mais que um simples cidadão.¹⁴⁷

Dugin repete de Benoist porque sabe que o liberalismo pós-moderno e globalizante, baseado em direitos individuais universais, apaga as diferenças civilizacionais que lhe são tão caras e impõe parâmetros democráticos mínimos que se chocam frontalmente com governos autoritários. Na perspectiva conservadora de Dugin e de de Benoist, o indivíduo não pode ser mais do que um simples cidadão e um simples cidadão tem os seus direitos e liberdades naturalmente limitados pelo seu pertencimento a um *demos*, a uma *polis*, visto que estes não emanam de princípios democráticos universais e abstratos, mas sim da sua inserção numa dada sociedade. Consequentemente, os limites aos direitos individuais variam naturalmente em sociedades distintas, e essa variação deveria ser aceita em vez de ser condenada em nome de padrões supostamente universais impostos pelo Ocidente.

A consequência maior dessas ideias é que elas lançam as bases ideológicas que justificam a necessidade da reintegração (o pertencimento) dos indivíduos a uma *polis* que seria maior que eles e que delimitaria os seus direitos individuais, que não seriam autônomos nem universais. O indivíduo pós-moderno, contaminado pelo liberalismo, é considerado por Dugin como sendo também pós-político, no sentido de que ele não reconhecera as relações de poder acima dele, não aceitando nada para além do seu microcosmo pessoal.¹⁴⁸ Assim sendo, a luta contra o imperialismo americano e a globalização implicaria, ademais de um confronto com os desígnios da política externa ocidental, uma política doméstica que concebe a relação entre cidadãos e o Estado de uma maneira diferente daquela que impera nas democracias ocidentais, onde os direitos individuais primam, pelo menos em princípio. Mesmo que não se possa estabelecer um elo direto entre as ideias de Dugin e as leis

147 Ibid. p. 22

148 ibid., p. 163

vigentes na Rússia, o que se poderia esperar de um Estado que vê na luta contra o liberalismo ocidental uma prioridade existencial, como é o regime de Putin, seriam políticas domésticas que restringem as liberdades individuais, ou as tornam contingentes às necessidades de uma *Raison d'État* definida pelo governo de plantão. Agora resta saber quais são as características dessa « democracia à moda Russa ».

6.2.2 A prática do autoritarismo conservador

Os sintomas do autoritarismo conservador russo são evidentes e se manifestam de várias formas. Entre esses sintomas, devemos incluir:

- 1) Uma legislação liberticida aprovada e colocada em vigor pelo governo russo;
- 2) A total ausência de um judiciário minimamente independente que possa garantir os direitos mínimos dos acusados por motivação política;
- 3) A perseguição às organizações independentes da sociedade civil russa;
- 4) O amordaçamento e destruição de praticamente toda a imprensa independente na Rússia;
- 5) O encarceramento ou a eliminação física de dissidentes políticos.
- 6) Um sistema eleitoral com cartas marcadas.
- 7) Um sistema de partidos políticos dominado pelo partido no poder.

Depois de um período de relativa liberalidade nos anos 1990 e 2000, o governo russo começou a reagir ao que ele considerava como ameaças políticas inspiradas no exterior (as chamadas revoluções coloridas) com a criação de leis que restringiam a atuação de organizações da sociedade civil e da imprensa no país. Este é o caso da chamada Lei Sobre os Agentes Estrangeiros, aprovada em julho de 2012. Esta lei obriga todas as organizações que recebem fundos ou outro tipo de propriedade do exterior a se declararem como « agentes estrangeiros » atuando no país. A Lei Sobre Agentes Estrangeiros foi inicialmente dirigida contra ONGs russas, ou estrangeiras com presença na Rússia, mas, posteriormente, em 2019, ela passou a aplicar-se também contra organizações midiáticas e até mesmo contra simples blogueiros. A lei não especifica a quantidade de dinheiro que uma organização ou pessoa deva receber do exterior para ser considerada como « agente estrangeiro ». A Fundação Anticorrupção do dissidente russo, Alexey Navalny, recebeu US\$ 50,00 (cinquenta dólares) de uma única pessoa residente na Flórida e isso foi suficiente para que fosse

tachada de « agente estrangeiro ». Obviamente, essa lei tem o objetivo político de dificultar a atuação de organizações não governamentais que são, ou podem ser, críticas ao governo e a sua aplicação é bastante seletiva, dependendo da inclinação política de cada organismo ou pessoa. De qualquer maneira, a pecha de « agente estrangeiro », por si só, estigmatiza todos os que a recebem. Mais ainda, cair na lista de « agente estrangeiro » torna a organização ou pessoa vulnerável à atuação da justiça russa, que pode impor multas e ações legais que, na prática, impedem a sua atuação. É o caso, por exemplo do Centro Levada, o único organismo que realiza pesquisas independentes de opinião pública na Rússia e da organização de defesa dos direitos humanos Memorial, ambos visados pelo Kremlin.

Os efeitos, dessa lei se fizeram sentir nas organizações que foram obrigadas a serem incluídas na lista de « agentes estrangeiros » controlada pelo Kremlin. Das 200 organizações registradas nessa lista entre 2012 e 2021, 56 foram fechadas voluntariamente, 16 foram fechadas por lei e 8 foram excluídas do registro legal de organizações russas. Das restantes, 45 conseguiram sair da lista e 75 continuam nela.¹⁴⁹

Ademais dessa ONGs, 31 pessoas foram incluídas na lista, entre as quais membros do *Team 29*, uma organização que prestava assistência legal para ativistas acusados de crimes políticos e o advogado defensor de direitos humanos Lev Ponomaryov.¹⁵⁰

No que diz respeito à mídia, 40 organizações foram declaradas como « agentes estrangeiros », sendo que a maioria é constituída realmente de agências de imprensa não russas oriundas de vários países como Estados Unidos, República Tcheca, Holanda e Letônia. Entretanto, há também na lista de organizações midiáticas russas como Dozhd TV. Várias dessas organizações, como a alemã, Deutche Welle não podem mais atuar na Rússia. Vale ressaltar, ainda, que 76 jornalistas foram listados individualmente como « agentes estrangeiros » com base nessa lei.

Como se não bastasse a Lei Sobre os Agentes Estrangeiros, o governo russo também criou, em 2015, a Lei Sobre Organizações Indesejáveis, que permite que a Procuradoria da Federação Russa declare como « indesejável » qualquer organização que ela considere ameaçadora para a ordem constitucional russa ou para a sua segurança.¹⁵¹ As organizações tachadas como indesejáveis são automaticamente banidas da Rússia e participar delas constitui crime punível com até seis anos de prisão. Até fevereiro de 2022, 50 organizações faziam parte da lista de « indesejáveis », incluindo,

149 Russel, Martin, 2022, «*Foreign agents « and « undesirables » - Russia civil society in danger of extinction?*», EPRS European Parliament Research Service, p. 7

150 Ibid., p. 5

151 Ibid., p. 7

por exemplo, a *Open Society* de George Soros e o Fundo Europeu Para a Democracia. Todas elas foram banidas de atuar na Rússia.

Em 2016, foi aprovada a chamada « Lei Yarovaya », que tem o nome da senadora Irina Yarovaya, membro do partido Rússia Unida, que a apresentou à Duma para aprovação, depois de passar pelo crivo do Kremlin. Essa lei, sob o pretexto de combater a subversão e o terrorismo, obriga todos os servidores de internet e telefonia a armazenar durante seis meses todas as conversas e mensagens trocadas entre os usuários dos serviços de comunicação na Rússia. Além disto, a lei também visa controlar as atividades de grupos religiosos, especialmente os evangélicos, na Rússia, restringindo a sua possibilidade de atuação naquele país. Um dos aspectos mais controvertidos dessa lei é o fato dela incriminar não só quem pratica alguma atividade considerada « terrorista », como também criminalizar aqueles que não denunciem essas atividades.

A chamada Lei Contra a Reabilitação do Nazismo, aprovada em 2014, é outro exemplo de legislação draconiana do governo russo. O texto da lei estabelece como crime « negar fatos reconhecidos pelo [Tribunal de Nuremberg], aprovar os crimes que esse tribunal julgou e disseminar informações falsas sobre a atuação da União Soviética durante e Segunda Guerra Mundial [e também] espalhar informações desrespeitosas sobre as datas comemorativas memoriais e militares relacionadas com a defesa da Rússia e atentar contra os símbolos da glória militar russa ». Evidentemente, essa lei fere frontalmente a liberdade de expressão ao criminalizar qualquer dissensão sobre a história oficial militar e política da Rússia, além de restringir enormemente o trabalho que historiadores deveriam fazer livremente sem temer a possibilidade de prisão por publicações que não correspondem à « verdade oficial » sobre o assunto. Os livros dos historiadores britânicos Antony Beevor e John Keegan, foram banidos numa das regiões da Rússia com base nessa lei.

No seu afã de controle da sociedade civil, o governo russo aprovou uma série de leis conhecidas como « leis sobre *fake news* ». As leis de número 31-FZ e 27-FZ, aprovadas em março de 2019, permitem ao governo bloquear o acesso a qualquer organização midiática que tenha disseminado « informações não confiáveis » e também aplicar multas a pessoas físicas pelo mesmo motivo. Na mesma época foi aprovada a « Lei Contra o Desrespeito a Autoridades » (número 28-FZ) que pune com multa ou prisão de até 15 dias todos aqueles que faltem ao respeito às autoridades, à bandeira russa ou à constituição.

Por fim, outra lei que não poderia deixar de ser mencionadas é aquela relativa à guerra na Ucrânia, de número 32-FZ, que proíbe a divulgação de falsas informações sobre as ações militares russas, inclusive dizer que as chamadas « operações militares especiais » na Ucrânia, constituem, na

verdade, uma guerra. Essa é uma lei extremamente severa que pune com até 15 anos de prisão aqueles que nela foram enquadrados. O efeito desta lei foi absolutamente devastador entre a imprensa e organizações midiáticas estrangeiras operando na Rússia e entre os organismos de informação independentes russos. As estações de TV Bloomberg News, CNN, NBC, CBS, ABC, BBC News, RTVE, EFE, RAI, TV5, CBC, Radio Canada e ANSA deixaram de funcionar na Rússia. Depois da entrada em vigor dessa lei praticamente toda a mídia independente russa foi fechada pelo *Roskomnadzor*, a agência federal responsável pelo monitoramento e controle da mídia na Rússia, incluindo a estação de rádio Eco de Moscou, o canal de televisão TV Rain e os jornais *The Moscow Times* e *Novaya Gazeta*.

O poder liberticida de toda essa aparelhagem legal, poderia ser compensado se a Rússia tivesse um Judiciário independente que permitisse uma defesa adequada para os acusados de crimes definidos por essas leis. Infelizmente, esse não é o caso. Ao contrário, o Poder Judiciário na Rússia nada parece ser senão uma mera extensão do Executivo na sua vontade de eliminar os opositores políticos do regime em vigor. Para se ter uma ideia do nível de respeito do Judiciário para com os direitos de defesa dos acusados, basta dizer que a taxa de absolvição nas cortes russas é de 0,25%. Repito: 0,25%! Isto significa que de cada 400 acusados somente um é absolvido.¹⁵² No Reino Unido, por exemplo a taxa de absolvição varia de 15% a 20%. Pelo que sei, apenas a China (0,08%) tem uma taxa de absolvição menor que a da Rússia. É verdade que alguns países democráticos também tem uma taxa muito baixa de absolvição, como o Japão (0,7%). Entretanto, os procuradores japoneses desistem de aproximadamente 50% dos casos que iniciam, só ficando com os casos onde as provas são muito sólidas, daí a alta taxa de condenação.¹⁵³ O advogado de defesa. Dmitry Stonikov, descreveu assim a situação jurídica na Rússia:

Os advogados de defesa na Rússia de hoje muito frequentemente são as pessoas que legitimam o processo jurídico. Na sua essência, o julgamento é liderado e levado a cabo pelo juiz, que se alia ao procurador. A presença do advogado de defesa simplesmente legitima formalmente o processo legal, como se o juiz e o procurador não fossem cúmplices. Mas eu não quero atuar no papel de um extra numa espécie de pantomima.¹⁵⁴

152 Fonte: *The Independent*, 30 May 2019, <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/russia-justice-system-low-acquittal-rate-uk-crown-court-a8935016.html>)

153 Fonte: Wikipedia - https://en.wikipedia.org/wiki/Conviction_rate

154 Fonte: <https://www.opendemocracy.net/en/odr/state-society-and-individual-in-russian-courtroom/>

A conjugação da presença de uma legislação liberticida e a ausência de independência e isenção do Judiciário só poderia resultar em um número significativo de prisioneiros políticos na Rússia, sobretudo nos últimos anos, quando as leis mais restritivas foram aprovadas. De fato, o número de prisioneiros políticos aumentou significativamente num período de apenas 7 anos. Em 2015 esse número era estimado em 46, já em 2021, ele tinha aumentado para 420.¹⁵⁵ Ou seja, o número de prisioneiros políticos teria quase decuplicado nesse lapso de tempo. Em 2022, a organização de direitos humanos russa Memorial estimava que esse número há havia aumentado para 447, muitos dos quais estariam presos por motivos religiosos.¹⁵⁶ Por outro lado, uma outra organização de defesa de direitos humanos, a OVD-Info, informa que 19.810 já teriam sido detidas na Rússia depois do início da guerra contra Ucrânia por protestarem contra a mesma, das quais 713 foram posteriormente processadas criminalmente por infringirem as leis vigentes no País, inclusive a chamada Lei Contra Fake News sobre a guerra na Ucrânia (32-FZ) e a Lei Contra a Reabilitação do Nazismo.¹⁵⁷

Paradoxalmente e paralelamente a isso, o número de prisioneiros comuns na Rússia sofreu uma diminuição, pelo simples fato de o governo Russo e o Grupo Wagner terem « recrutado » soldados dentro das prisões para lutarem na Ucrânia. O site de informações Meduza afirma que, em 2022, o número de prisioneiros comuns passou de 349.000 ,em agosto, a 325.000, em novembro, como resultado dessa prática.¹⁵⁸ Assim, aqueles que opõem à guerra na Ucrânia vão para as prisões, enquanto a « carne de canhão » nela usada sai delas.

A legislação liberticida em vigor na Rússia acabou com as ONGs ideologicamente fora de sintonia com o governo e fez a mesma coisa com a imprensa independente, que praticamente também não existe mais nesse país. Mais ainda, aqueles que ainda ousam se opôr às políticas do Kremlin estão na prisão ou correm o risco de serem enviadas à prisão tendo em vista a facilidade com que a legislação pode ser usada para acusá-los e a cumplicidade das cortes russas com os desígnios do governo. Entretanto, o regime Putin utiliza também um último recurso extralegal para lidar com os seus opositores: o extermínio físico. A lista de assassinados inclui, entre outros:

155 Fonte: <https://www.statista.com/statistics/1142848/number-of-political-prisoners-in-russia-by-type/> e <https://www.themoscowtimes.com/2021/10/27/russia-rights-group-sees-political-prisoners-soar-a75427>

156 Fonte: <https://assembly.coe.int/LifeRay/JUR/Pdf/TextesProvisoires/2022/20220524-RussianPoliticalPrisoners-EN.pdf>

157 Fonte: <https://en.ovdinfo.org/>

158 Fonte: <https://data.ovd.info/persecution-anti-war-movement-report-september-2023#3>

Serge Yusehenkov: político russo assassinado em 2003 por investigar o envolvimento do Kremlin nos atentados terroristas, atribuídos aos chechênios, que serviram de estopim para a invasão da Chechênia.

Anna Politkovskaya: jornalista russa assassinada em 2006 por seu trabalho de investigação sobre a guerra na Chechênia.

Aleksandr Litvinenko; ex-agente do FSB/KGB assassinado em 2006 por denunciar o envolvimento do Kremlin na Guerra da Chechênia e por denunciar o fato de que o FSB planejava o assassinato do oligarca russo Boris Berezovsky. Litvinenko foi morto por envenenamento com polônio 210, um elemento radiativo produzido em reatores nucleares. O envenenamento teria se dado quando Litvinenko se encontrou com dois agentes russos em Londres e bebeu chá com eles.

Natalya Estemirova: ativista defensora de direitos humanos ligada à ONG Memorial, assassinada em 2009 por investigar e denunciar violações de direitos humanos da Chechênia.

Sergei Magnitsky: advogado russo assassinado em 2009 por denunciar a corrupção dentro do governo russo. Magnitsky morreu na prisão após ter sido severamente espancado dentro da prisão pelos agentes penitenciários. Do espancamento, teria resultado uma pancreatite, que as autoridades recusaram tratar.

Boris Nemtsov: Político russo assassinado em 2015. Nemtsov foi o crítico mais feroz e popular de Putin até a seu desaparecimento. Foi ele quem organizou protestos contra a reeleição fraudulenta de Putin em 2012 e denunciou o caráter imoral e injustificável da agressão de Putin contra Ucrânia, em 2014. Nemtsov morreu assassinado a balas em pleno centro de Moscou, a apenas algumas centenas de metros do Kremlin. Estranhamente, naquele momento, as câmeras de segurança de umas das áreas mais bem vigiadas daquele país não estavam funcionando.

Ademais dos opositores do governo, o governo Putin também parece lidar de maneira extremamente severa com os oligarcas e outras pessoas ligadas ao regime que, por razões que ninguém conhece, caem em desgraça com o Kremlin. Aparentemente, a defenestração, acidentes e o « suicídio » teriam sido usados como método de eliminação desses « indesejáveis ». A lista dessas mortes estranhas e suspeitas inclui: Ivan Pechorin, Igor Nosov, Anatoly Gerashchenko, Nikolai Glushkov, Boris Berezovsky, Ravil Maganov, Aleksandr Subbotin, Leonid Shulman, Alexander Tyulyakov, Vasily Melnikov, Sergei Protosenya, Vladislav Avayev, Andrei Krukovsky, Yuri Voronov, Kirill Zhalo, Yegor Prosvirnin, Sergei Tkachenko, Alexander Kagansky e, mais recentemente, o controvertido Evgueni Prigojine.

Também não poderia deixar de mencionar o grande deficit democrático produzido por um sistema eleitoral que não permite que uma oposição real prospere. Eis as razões.

Em primeiro lugar, o governo evita que candidatos « perigosos » possam se eleger. Algumas vezes, eles são fisicamente eliminados, como aconteceu com Nemtsov. Outras vezes, eles são enviados à prisão, acusados de crimes comuns, como no caso de Navalny. Além disso, o governo dispõe da poderosa arma jurídica de poder negar o registro de candidaturas de quem quer que seja, bastando decretar que o partido ou movimento do candidato em questão é « extremista ». Foi o que aconteceu com o movimento político de Navalny, que não pode mais ter candidatos.

Em segundo lugar, há sérios indícios de que as eleições na Rússia são fraudadas sistematicamente, com votos da oposição sendo roubados e votos da situação sendo agregados ilegalmente. De acordo com um estudo publicado em 2021 pela ONG russa de monitoramento de eleições, Movimento de Defesa dos Direitos dos Eleitores - GOLOS, apenas 10,2% dos votos eleitorais russos seriam realizados em condições limpas e 19%, seriam realizados em condições relativamente limpas. No resto, haveria algum risco de fraude para 13,5% dos votos, alto risco de fraude para 25%, uma farta tradição de falsificação de resultados para 21% e uma farta tradição de falsificação de resultados e protocolos para 11%.¹⁵⁹

Em terceiro lugar, a ausência de uma mídia independente, permite ao Kremlin dominar a narrativa política no antes, durante e depois das eleições. A oposição real ao regime não teria assim a possibilidade de se expressar livremente e influenciar de fato os leitores russos. A oposição na Rússia simplesmente não tem tempo de antena.

Por fim, o deficit democrático russo se manifesta também pela presença de um sistema partidário centralizado que não permite uma verdadeira competição pelo poder. Essa competição teria efetivamente existido logo após o colapso da União Soviética, quando a Rússia passou de um sistema de partido central forte a uma explosão de agremiações políticas, durante o governo de Boris Iéltsin. Entretanto, a chegada de Putin ao poder marcou uma reviravolta no panorama dos partidos políticos na Rússia, caracterizada pela volta de um partido centralizador forte, Rússia Unida. Segundo Vladimir Gel'man, professor da Faculdade Ciência Política e Sociologia da Universidade Europeia em São Petersburgo:

A hiperfragmentação e a alta volatilidade do mercado eleitoral russo foram substituídos por tendências em direção a um monopólio da elite dominante. O partido do poder, o Rússia Unida, adquiriu uma supermaioria na Duma, em 2003-2004, e, em 2004-2007, ganhou o

159 Fonte: <https://www.russian-election-monitor.org/levels-of-electoral-fraud-in-the-russian-regions.html>

controle da maioria das legislaturas regionais na Rússia. Este domínio é um sinal claro da inexistência de uma competição significativa dentro do sistema partidário: todos os outros partidos e candidatos somados não têm potencial político suficiente para formar alternativas reais à maioria parlamentar ou ao presidente no poder. Portanto, as tendências dentro do sistema partidário russo são semelhantes aos movimentos de um pêndulo. Após o equilíbrio do domínio de um partido único na era soviética, o sistema mudou para uma hiperfragmentação e alta volatilidade e depois passou a uma consolidação com o monopólio do partido no poder.¹⁶⁰

De fato o primeiro governo Putin coincidiu com a espetacular ascensão do partido Rússia Unida no palco político russo. A criação desse partido foi uma estratégia deliberada do regime Putin de construir uma sólida base de poder impessoal na Rússia. Contrariamente a Iéltsin, Putin teria percebido a necessidade de estabelecer um alicerce institucional de poder, que controlasse e unificasse a fragmentação de interesses de uma elite dividida e dispersa. Para isto, Putin precisou fazer três coisas. Primeiramente, houve um fortalecimento do poder de controle do governo sobre a agenda partidária e a agenda de políticas públicas para poder impor a sua vontade sobre as elites fragmentadas do país. Em segundo lugar, foi impedido o surgimento de oportunidades de coordenação de poder alternativo para as elites, através da destruição ou cooptação de todas as organizações independentes, tais como partidos políticos, grupos de interesse, ONGs e a própria mídia. Em terceiro lugar, assegurou-se a fidelidade a longo prazo das elites e da população em geral para com o status quo do regime, através de um sistema de favores e enriquecimento para as primeiras e através do controle das mensagens midiáticas para a segunda. Desta forma, foi possível construir um monopólio de poder e também destruir a emergência de focos de oposição efetivos ao governo, além de se garantir a submissão das elites e da população ao projeto político do governo.¹⁶¹

Uma característica importante do partido Rússia Unida é o fato de ele ter sido criado pelo próprio Kremlin e não ter sido gerado dentro da sociedade civil russa. Assim, enquanto os membros do partido gerenciam o seu dia a dia, as decisões políticas e estratégicas importantes são tomadas dentro do executivo russo por pessoas extrapartidárias. Os membros do partido não o controlam efetivamente e podem ser trocados ao bel prazer do regime, como, aliás, teria acontecido várias vezes.¹⁶²

160 Gel'man, Vladimir, 2007, *The Transformation of Russia's Party System*, Russian Analytical Digest 19/07, p. 12

161 Gel'man, Vladimir, 2008, 'Party Politics in Russia: From Competition to Hierarchy', *Europe-Asia Studies*, 60:6, 913 — 930

162 Ibid., p. 920

Em outras palavras, os membros do partido Rússia Unida seriam teleguiados como meras marionetes pelo Kremlin, apesar deste partido ser, de longe, a maior e mais bem-sucedida agremiação política do país. Talvez poderíamos dizer que a situação do partido Rússia Unida na Rússia de hoje se assemelha à situação da ARENA no Brasil ditatorial, outro partido político criado e controlado por um governo autoritário. Mas a semelhança com o Brasil para por aí, pois, na Rússia de Putin, o governo também criou partidos governistas satélites que, apesar de serem oficialmente partidos de oposição, se alinham com o governo de plantão.¹⁶³ É verdade que alguns partidos veleidades oposicionistas durante os anos 1990, mas após a chegada de Putin todos foram cooptados ou inviabilizados pelo Kremlin.

Esse foi o caso, por exemplo do partido de oposição Yobloko que fez oposição sistemática ao Kremlin nos anos 1990 e rejeitou tentativas de cooptação no início do primeiro governo Putin. Porém, após a prisão do seu principal financiador, o oligarca oposicionista Mikhail Khodorkovskii, o partido se viu em maus lençóis. Sem financiamento, o partido não conseguiu a votação mínima requerida de 5% dos votos nas eleições legislativas de 2003 e começou um definhamento eleitoral agravado pela recusa de registro em eleições regionais.¹⁶⁴ Yobloko, foi uma das raras agremiações ou movimentos políticos a se opor à guerra contra a Ucrânia, mas é um partido que há muito tempo não consegue mais eleger deputados na Duma

O resultado de tudo isto é que, hoje, nenhum partido político presente na Duma se comporta como, por exemplo, o MDB fez no Brasil, ao se constituir como um verdadeiro partido de oposição. Portanto, todos os partidos que integram a Duma hoje podem ser considerados como partidos governistas satélites, ou partidos de oposição de fachada, Tal é o caso do Partido Comunista da Federação Russa, do Partido Rússia Justa e do Partido Liberal Democrático da Rússia, os três maiores partidos desse país, após o Rússia Unida. Para se ter uma ideia do controle ideológico e político que o Kremlin exerce sobre os partidos na Rússia, basta dizer que todos os partidos da Duma apoiaram a guerra contra a Ucrânia. Mesmo que assim não fosse, o Kremlin não teria problemas em aprovar o que quisesse no legislativo russo, posto que das 450 cadeiras da Duma, o partido Rússia Unida detém 325, além de controlar 2849 das 3994 cadeiras das assembleias regionais. O domínio do partido do governo é, portanto, esmagador, tendo ainda a segurança de contar com uma « oposição » que não merece esse nome.

Quanto ao principal interessado nesse estado de coisas, Vladimir Putin, a sua permanência no poder parece assegurada, pelo menos no momento. Uma recente reforma constitucional lhe permite

¹⁶³ Ibid., p. 923

¹⁶⁴ Ibid. p. 927

recandidatar-se por mais duas vezes após o fim do seu presente mandato, em 2024. Desta maneira, ele poderá continuar a governar a Rússia até 2036, se outras reformas não forem introduzidas até lá para estender ainda mais esse prazo.

Vale notar que as mesmas mudanças constitucionais que agora permitem a Putin uma extensa permanência no poder também proibiram o casamento de pessoas do mesmo sexo e sacramentaram a crença em Deus como um valor fundamental da Rússia. A Rússia de Putin se afirma assim como um país iliberal, autoritário, e profundamente conservador. O regime construído pelo Kremlin, poderia ser considerado, pelo menos em parte, como a cristalização da ideologia do tradicionalismo ultraconservador de Dugin, Evola e Guénon. Um regime onde as liberdades individuais são enquadradas no marco limitado e restritivo de uma concepção da cidadania que, no fundo, não admite a liberdade individual como um bem humano inalienável, mas a vê praticamente como uma dívida do Estado, que pode retirá-la a qualquer momento. Se no começo deste século, quando se iniciava a era Putin, isto ainda não era visível, agora a legislação e as ações concretas do Estado russo não deixam dúvidas quanto à natureza autoritária desse regime, que não deveria ser considerado como uma alternativa civilizatória credível às democracias ocidentais.

Finalmente, caberia ressaltar que a destruição e repressão de uma nascente sociedade civil russa teria sido de suma importância para que a guerra na Ucrânia ocorresse. Sem uma oposição digna desse nome, sem imprensa independente e com a vigência de leis liberticidas, opor-se à guerra tornou-se um ato de bravura que poucos se atrevem a cometer. Aqueles que o fizeram, como vimos, estão no exílio, na cadeia ou no cemitério. Sem vozes discordantes, a narrativa do Kremlin tornou-se uma « verdade » incontestável e indiscutível para a maioria da população russa, que se informa somente nos meios de comunicação daquele país, hoje sob total controle do Kremlin. No contexto de uma democracia real e não apenas de fachada, o governo russo teria tido dificuldades para justificar uma guerra de agressão contra um país vizinho e próximo, culturalmente e etnicamente falando, da Rússia. A narrativa oficial do Kremlin poderia ter sido contestada e efetivamente combatida no parlamento e nas ruas. Infelizmente, o regime autoritário construído na era Putin impossibilitou isso.

6.3 A Ucrânia é um « país de mentirinha »!

O expansionismo e o belicismo são outras características do regime implementado sob a batuta de Vladimir Putin na Rússia. Elas são o resultado direto da ideologia do eurasianismo e do

Russkii Mir, que foram descritas acima, e também do trauma causado em parte da elite russo pelo desaparecimento da União Soviética. Um governo que considera que o atual território do seu país não espelha, não abarca e não contém o país verdadeiro, aquele que deveria de fato existir, não exita a insinuar ou a propor uma política de expansão, a qual, obviamente, só poderia ser justificada pela negação da existência real de outros países. Ora, foi exatamente isto que o discurso político do regime Putin e dos seus « intelectuais orgânicos » fez durante anos antes do governo Putin colocar em prática aquilo que dizia. Nesse discurso, a existência, ou mais corretamente falando, o direito à existência, dos antigos países da URSS, e em particular da Ucrânia, foi seguidamente questionado, pelas mais altas autoridades da Rússia ou por seus intelectuais favoritos. Como sempre, Aleksandr Dugin deu um dos exemplos mais eloquentes de um discurso de negação de direito à existência dos países que integraram a antiga URSS. Ei-lo.

O Ocidente conhece pouco ou nada sobre a verdadeira história da Rússia. Algumas vezes eles pensam que a União Soviética foi uma criação puramente comunista e que os Estados como a Ucrânia, o Cazaquistão ou o Azerbaijão eram independentes antes da URSS e foram conquistados pelos bolcheviques e forçados a integrar o espaço soviético[...] O fato é que eles nunca existiram como tal e representavam apenas distritos administrativos sem nenhum significado histórico ou político dentro do Império Russo e também dentro da URSS. Esses países foram criados artificialmente com as suas fronteiras atuais apenas a pós o colapso da URSS e como resultado desse colapso.¹⁶⁵

Pois bem, a Ucrânia e os outros países citados por Dugin, nada foram além de meros distritos administrativos SEM NENHUM SIGNIFICADO HISTÓRICO e hoje nada seriam além de PAÍSES ARTIFICIAIS, resultado acidental de um incidente lamentável (o fim da URSS). Quando se afirma algo como isto, é obvio que se nega a identidade própria e até mesmo o direito de existir desses « países de mentirinha », mesmo se a comunidade internacional e a até mesmo a Rússia reconheceram esses países como Estados soberanos e mantêm com eles relações diplomáticas normais. Mas isto tudo, de novo, não é apenas um delírio de um ideólogo aloprado, mas sim o discurso oficial que Estado russo destila contra a Ucrânia há um bom tempo.

De fato, anos antes de a invasão da Ucrânia se concretizar, em 2022, o Kremlin começou a afirmar a inexistência da Ucrânia enquanto país com uma identidade nacional real ou como um Estado viável e com uma história própria. Seguem alguns exemplos:

165 Dugin, citado em <http://bigthink.com/the-dangerous-philosophy-of-dugin/>, minha ênfase

Em abril de 2015, o Presidente Medvedev teria dito numa reunião de gabinete que a Ucrânia não tinha « nem indústria, nem Estado», numa manifestação de completo desprezo pelo país vizinho.¹⁶⁶ .

Em fevereiro de 2020, Vladislav Surkov, considerado como um dos arquitetos ideológicos do Regime Putin, afirmou em entrevista que « não existe Ucrânia. Não há ucrainidade » A Ucrânia para ele seria « uma confusão em vez de um Estado» .¹⁶⁷

No discurso na ocasião da anexação da Crimeia, em 2014, que já citamos acima, Putin negou implicitamente a existência da Ucrânia enquanto nação distinta ao afirmar que (vou repetir a citação):

Tudo na Crimeia denota a nossa história e o nosso orgulho comuns. Esta é a localidade da antiga Quersoneso, onde o Príncipe Vladimir foi batizado. Este feito espiritual de adotar a religião ortodoxa predeterminou a base geral da cultura, da civilização e dos valores humanos que unem os povos da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.¹⁶⁸

Como já tinha afirmado antes, esta parte do discurso de Putin indica claramente que a Ucrânia, como a Rússia, faz parte de uma mesma civilização, a Civilização Ortodoxa Russa, e que, como tal, a Ucrânia não teria, ou não deveria ter, uma identidade própria. A veleidade identitária ucraniana atual, seria assim uma construção recente; um nacionalismo criado pelos « nazistas » ou « banderistas » ucranianos e não o fruto do desenvolvimento normal de uma identidade nacional ou étnica amadurecida ao longo do tempo. Em suma, uma invenção artificiosa, que negaria a unicidade de dois povos irmanados por uma mesma civilização compartilhada. Para Putin, não há dúvida sobre essa unicidade.

Durante uma recente linha direta, quando me perguntaram sobre as relações russo-ucranianas, eu disse que Russos e Ucranianos são um povo só – uma totalidade singular. Estas não foram palavras motivadas por considerações de curto prazo ou incitadas pelo contexto atual. Isto é o que eu falei em numerosas ocasiões e é o que eu creio firmemente.¹⁶⁹

166 Fonte: <https://www.themoscowtimes.com/2016/04/05/russian-prime-minister-ukraine-has-no-industry-or-state-a52385>)

167 Fonte: <https://blogs.lse.ac.uk/lseih/2020/07/01/there-is-no-ukraine-fact-checking-the-kremlins-version-of-ukrainian-history/>)

168 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>)

169 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>, minha ênfase

Mais ainda, quando Putin afirma que a Rússia e a Ucrânia são a mesma coisa, a mesma nação indivisa, ela estranhamente afirma, no mesmo texto, que a divisão territorial estabelecida pelo governo bolchevique entre a Rússia e a Ucrânia teria prejudicado a primeira, que teria sido amputada de uma parte do seu território histórico e étnico em proveito da segunda.

Depois da revolução, os bolcheviques, por uma série de razões – que Deus os julgue por isso – deram grandes partes do Sul histórico da Rússia para a República [Soviética] da Ucrânia. Isto foi feito sem consideração pela composição étnica da população [dessa região] e, hoje, essas áreas formam o sudeste da Ucrânia.¹⁷⁰

Ora, além da óbvia contradição entre, de um lado, afirmar a unidade étnica russo-ucraniana, e, por outro lado, reclamar de uma partilha do território entre Rússia e Ucrânia que não respeitou a maioria étnica russa, essa afirmação de Putin não corresponderia aos fatos sobre a atribuição dos territórios do sudeste da Ucrânia. Putin diz que essa parte do território atual da Ucrânia teria sido injustamente « roubada » da Rússia pelos irresponsáveis bolcheviques (que Deus os julgue!), sem, no entanto, explicitar a « série de razões « que os levaram a cometer tamanha injustiça contra o povo russo. Tampouco Putin seria capaz de citá-las, pois, olhando-se para esse período histórico na União Soviética chega-se à conclusão que:

As declarações de Putin (que ele reiterou em várias ocasiões) estão erradas por duas razões: Em primeiro lugar, a afirmação de que as regiões atuais do sul e do leste da Ucrânia deveriam ter sido consideradas parte do « Sul histórico da Rússia » ou como «territórios primordiais russos» nos anos 1920 parece absurda, porque não havia nenhuma presença substancial russa nesses territórios antes do Século 19. Em segundo lugar, a asserção de Putin no sentido de que as fronteiras do sudeste da Ucrânia foram estabelecidas « sem consideração pela composição étnica da população» é igualmente falsa. O primeiro censo demográfico soviético, realizado em 1926, alguns anos após que a fronteira oriental da Ucrânia com a Rússia tinha sido definida, mostrou que em todos os territórios da Ucrânia oriental, incluindo aqueles que estão sendo contestados agora, os ucranianos étnicos superavam largamente em número os russos étnicos. O que mudou isto nos anos 1930 foi a devastação demográfica causada pelo genocídio agrícola de Stalin, o « Holodomor ». ¹⁷¹

170 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

Putin claramente detesta o fato de que a União Soviética não foi criada como um Estado-Nação, mas sim como uma federação de nações com direitos iguais, inclusive o direito de promover a sua própria língua e cultura e até mesmo o direito de secessão e criação de um país próprio, tal como consta na Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, adotada em 15 de novembro de 1917. Deve irritar-lhe mais ainda o fato que a Nação ucraniana foi uma das seis principais nações originais reconhecidas pelo governo soviético, fazendo portanto jus a constituir a sua própria república com alto grau de autonomia, a República Socialista Soviética da Ucrânia. Além da Nação ucraniana, foram também reconhecidas as nações georgiana, azerbaijana, uzbeque, tajique e russa. Agora, se o governo soviético de então reconheceu as nações ucraniana e russa como entidades distintas, por que Putin insiste em dizer que elas são uma coisa só? Para Lenin, Trotsky e outros, obviamente, russos e ucranianos não eram a mesma coisa, eram etnias distintas, com culturas distintas, e por isso mesmo foram contabilizados de maneira distinta nos censos demográficos, como visto acima. A ideia de russos e ucranianos formando uma mesma nação indistinta parece ser, portanto, uma invenção do regime atual, que assim tenta justificar a sua política de intervenção militar e anexações naquele país.

Na verdade, o regime Putin interpreta a história a seu bel prazer e a distorce segundo suas conveniências. É o caso, por exemplo da língua ucraniana, que Putin insiste em considerar uma variação do russo ou um dialeto regional.

Muitos séculos de fragmentação e o viver dentro de diferentes Estados naturalmente suscitarão peculiaridades linguísticas regionais que resultaram no surgimento de dialetos. O vernáculo enriqueceu a linguagem literária. [...] Taras Shevchenko escreveu poesia na língua ucraniana e prosa, principalmente, em russo. Os livros de Nicolas Gogol, um patriota russo nascido em Poltavshchyna [Ucrânia], foram escritos em russo, mas eivados de motivos e ditados folclóricos malorussos. Por que esta legado [cultural] deveria ser dividida entre a Rússia e a Ucrânia? E por que fazê-lo? ¹⁷²

Nesta passagem do seu artigo intitulado « Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucranianos », que já citamos várias vezes logo acima, Putin claramente coloca a língua ucraniana numa posição de subserviência em relação à língua russa. Enquanto o russo seria uma língua erudita, geradora de uma literatura de alta qualidade, como de fato é, a língua ucraniana seria um a espécie de vernáculo

171 Fonte: <https://blogs.lse.ac.uk/lseih/2020/07/01/there-is-no-ukraine-fact-checking-the-kremlins-version-of-ukrainian-history/>

172 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>, minha ênfase

popular, um dialeto regional que, não obstante, contribuiu para a riqueza literária russa, que incorporou expressões folclóricas ucranianas, ou « malorussas », nos seus textos. O adjetivo « malorussos », empregado como sinônimo de « ucranianos », aqui não é acidental. « Malorusso » vem de « Malorússia », que significa « Pequena Rússia », uma variação, ou extensão do país maior, a « Grande Rússia ». Assim, o legado cultural da « Grande Rússia » seria também o legado cultural da « Pequena Rússia ». Por que querer dividi-lo se, no fundo, Rússia e Ucrânia são a mesma coisa culturalmente falando?

Mas se o ucraniano é apenas uma variação regional e popular do Russo, por que houve tentativa de acabar com esse dialeto durante o tsarismo? Por que o Tsar Alexandre II emitiu, em 1876, um decreto (Ukaz) proibindo a impressão e importação de livros e publicações em linguagem ucraniana, assim como a representação de peças de teatro e a realização de conferências nessa língua? A resposta mais óbvia seria que a língua, o nacionalismo e a identidade ucraniana já estavam bem desenvolvidos no final do Século XIX e constituíam uma ameaça potencial à integridade da Rússia imperial. Putin reconhece o problema, mas tenta dar-lhe uma explicação que justifica o decreto autoritário do Tsar.

Nós realmente sabemos que a Circular Valuev de 1863 e depois o Ukaz Ems de 1876 restringiram a publicação e a importação de livros religiosos e de literatura sociopolíticos na língua ucraniana. Mas é importante ter em mente o contexto. Essas decisões foram tomadas tendo como pano de fundo eventos dramáticos na Polônia e o desejo dos líderes do movimento nacional polonês de explorar e tirar vantagem da « questão ucraniana ».¹⁷³

Aqui Putin insinua que o nacionalismo ucraniano não seria espontâneo, mas sim uma manipulação de um país estrangeiro, a Polônia. Portanto, lutar contra o nacionalismo ucraniano, como o fez o Tsar Alexandre II, equivaleria a lutar contra os desígnios antirrusos de uma potência estrangeira. Seria como se a identidade ucraniana fosse uma artificialidade estimulada por forças exógenas e não a manifestação legítima de um nativismo fruto de uma evolução histórica própria. Aliás, Putin repete essa « análise », ou acusação, quando atribui ao Ocidente a chamada « Revolução Laranja » e a chamada « Revolução Maiden », como se os ucranianos não pudessem ser protagonistas da sua própria história. É óbvio que o « Ocidente » viu com bons olhos essas revoltas pró-ocidentais e procurou ajudá-las, mas eventos históricos

173 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>, minha ênfase

como esses não podem ser reduzidos à mera manipulação e ao planejamento de forças estrangeiras. Fazê-lo implica abraçar a visão do Ocidente, e dos Estados Unidos em particular, como uma espécie de entidade onipotente e onisciente, tal como assinalado por Minic, capaz de determinar a história ao seu bel prazer, o que evidentemente não coaduna com a realidade. Aqueles que veem os Estados Unidos como um *hegemon* onipotente, ou quase onipotente, deveriam lembrar as amargas derrotas sofridas pelos estadunidenses no Vietnã, no Iraque e no Afeganistão, além de sua incapacidade de evitar o surgimento de muitos regimes antiamericanos no mundo, inclusive na América Latina, que deveria ser apenas o quintal do Tio Sam. Mas Putin, como bom ex-agente do KGB, adere a essa visão conspiratória, que lhe serve para deslegitimar o nacionalismo ucraniano enquanto fruto de uma vontade alheia à Ucrânia, ou senão como a manifestação patológica do neonazismo. Putin e o seu regime simplesmente não aceitam a hipótese que o independentismo ucraniano possa espelhar o legítimo desejo de soberania política e cultural dessa nação.

E Putin não para por aí. O que ele diz sobre a Ucrânia poderia valer também para o resto das ex-repúblicas soviéticas, visto que ele questiona a integralidade territorial de todas as repúblicas que integraram a União Soviética em 1922. Num dos seus discursos tão eloquentes, Putin adverte todas as ex-repúblicas soviéticas de que o que vale aos olhos do Kremlin são as fronteiras que elas tinham antes de integrar a URSS. Para ele, qualquer mudança de fronteiras a favor destas ex-repúblicas durante o período soviético não seriam mais válidas.

Se você quer criar o seu próprio país: seja bem-vindo! Mas quais são os termos? Eu vou lembrar um parecer dado por uma das figuras políticas mais proeminentes da nova Rússia, Anatoly Sobchak, o primeiro prefeito de São Petersburgo. Como jurista que acredita que toda decisão deve ser legitimada, ele emitiu a seguinte opinião, em 1992: as repúblicas que fundaram a União Soviética e que agora denunciam o Tratado de União de 1922 devem retornar às fronteiras que tinham antes de se juntar à União Soviética. Todas as outras aquisições territoriais estão sujeitas a discussões, negociações, dado que a base legal foi denunciada.

Em outras palavras, quando você sair, leve apenas o que você trouxe com você. Esta lógica é difícil de ser refutada. Eu direi apenas que os bolcheviques embarcaram em alterações de territórios antes mesmo da criação da União Soviética, manipulando territórios ao seu bel prazer, desprezando as opiniões dos povos.¹⁷⁴

174 Fonte: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>, minha ênfase

Em outras palavras, a generosidade irresponsável dos bolcheviques não será mais respeitada, insinuando desta forma que a Rússia poderia retomar os territórios cedidos indevidamente. Isto poderia afetar, além do caso óbvio da Ucrânia, a Lituânia, por exemplo. A Lituânia ganhou territórios em 1939 e 1940, depois de ser anexada pela URSS. Não se trata do Tratado da União de 1922, mas a lógica é a mesma. Uma nação se junta à URSS e se beneficia com ganhos territoriais, mesmo que, no caso, às custas da sua soberania. Será que a Rússia questionará esse « ganho indevido » da Lituânia e tentará recuperar o território perdido? Tudo é possível no mundo do regime de Putin, onde tratados internacionais são ignorados e países com fronteiras antigamente reconhecidas pela própria Rússia podem ser invadidos e amputados de pedaços dos seus territórios.

Putin parece querer brincar com fogo quando questiona as fronteiras das ex-repúblicas soviéticas, posto que se, em alguns casos, as modificações de fronteiras em algumas repúblicas prejudicaram a Rússia, em outros casos, deu-se exatamente o contrário. A Estônia e a Letônia perderam terreno para a Rússia quando foram integradas à URSS. Até hoje, a Rússia não reconheceu o Tratado de Tartu, de 1920. Nesse tratado, a URSS e a Estônia reconheciam as fronteiras entre os dois países, que foram alteradas em favor da Rússia, em 1944. Deve ser extremamente preocupante para um pequeno país como a Estônia ter de conviver com um gigante belicista, com veleidades expansionistas, que não reconhece oficialmente as suas fronteiras atuais. E o que falar da Finlândia, por exemplo, que perdeu a Carélia do Sul, após uma invasão não provocada da URSS? A Finlândia, para sobreviver, aceitou a perda, mas assinou a paz com a URSS, não com a Rússia. Será então que ela teria direito a recuperar esse território, uma vez que a URSS não existe mais? E o exclave de Kaliningrado, anexado à URSS após a Segunda Guerra Mundial? Uma vez a URSS extinta, a Alemanha poderia recuperá-lo?

A Europa é um continente onde inúmeras guerras modificaram as fronteiras entre os países ao longo dos séculos. A estabilidade do pós-guerra é uma exceção numa longa história muito conturbada e violenta. A Rússia de Putin, ao invadir a Geórgia e a Ucrânia e ao questionar as fronteiras atuais dos países que a cercam, iniciou uma nova era hobbesiana na história europeia. Uma era de incertezas, onde as pequenas nações, mesmo aquelas abrigadas sob o guarda-chuva protetor da OTAN, não têm mais a certeza de que sua existência não será questionada e que não se encontrarão no vestíbulo da morte, para lembrar a citação de Milan Kundera, que aparece me epígrafe neste já longo texto.

A Ucrânia é uma nação que viu a sua existência questionada e que, no momento em que escrevo estas linhas, ainda não saiu completamente do vestíbulo da morte, mesmo tendo sacrificado

centenas de milhares de vidas para tentar sobreviver. Se sobreviver, o fará amputada de uma boa parte do seu território e, mesmo assim, terá de viver na angústia de saber que, para a sua poderosa vizinha, ela, no fundo, é apenas um « país de mentirinha ».

7 – Explicações para a guerra na Ucrânia

7.1 As deficiências das análises realistas

Ao longo deste texto, procurei explicar a guerra na Ucrânia, principalmente, através de uma análise do contexto doméstico russo. Partindo do pressuposto óbvio que foi a Rússia que tomou a iniciativa de invadir a Ucrânia, tentei mostrar a motivação para tal decisão. A minha atenção se voltou para as ideologias prevalentes dentro do Estado russo como motor principal para a guerra. De uma maneira bastante resumida, poderia dizer que a minha principal hipótese explicativa consistiu em mostrar como se formou um novo ideário nacionalista russo no vácuo deixado pelo desmoronamento da União Soviética e como esse ideário alicerçou um expansionismo geopolítico que visa a recuperação de uma « grandeza perdida », numa espécie de revanche contra uma pretensa « humilhação » sofrida às mãos do Ocidente. Desta forma, a dinâmica principal que levou à guerra teria sido interna e não a consequência de uma interação conflituosa que haveria forçado a Rússia a reagir a uma agressão real ou iminente. Certamente, houve uma leitura da realidade geopolítica que compeliu o Kremlin a agir como agiu, porém, e eis o ponto importante, essa leitura foi feita através do prisma ideológico desse novo nacionalismo. Foram esses « óculos » ideológicos, forjados internamente, que levaram a Rússia à guerra e não uma apreciação fria e racional do seu entorno geopolítico.

Nesse sentido, o meu texto poderia ser considerado como uma crítica indireta da visão do conflito militar na Ucrânia como o resultado estrito de um choque geopolítico real entre potências mundiais, mais especificamente entre o Ocidente (liderado pelos Estados Unidos) e a Rússia. Essa visão se inspira do paradigma realista das relações internacionais, ou mais precisamente de uma versão desse paradigma chamada de « realismo ofensivo », defendida por John J. Mearsheimer, provavelmente o mais brilhante crítico da postura ocidental face à Rússia.

Para Mearsheimer, o conflito militar na Ucrânia é o resultado de uma política imprudente e desastrosa do Ocidente vis-à-vis a Rússia, que ignorou as preocupações e as necessidades reais de segurança geopolítica desse país, a ponto de obrigá-lo a reagir militarmente às provocações

ocidentais. No seu famoso artigo intitulado « *Why the Ukraine Crisis is the West Fault; The Liberal Delusions That Provoked Putin* », publicado na prestigiosa revista *Foreign Affairs*, Mearsheimer afirma que a expansão da OTAN, o apoio ocidental aos movimentos pró-democracia na Ucrânia e por fim a tentativa de afastar a Ucrânia da órbita de influência russa para integrá-la ao Ocidente acabaram por forçar Moscou a pôr um freio a uma política que feria de morte os seus interesses estratégicos vitais. Essa política ocidental imprudente decorreria de uma espécie de cegueira teórica, resultado de uma concepção errônea das relações internacionais, que ele chama, como visto acima no título do artigo, de « ilusões liberais ». A ilusão liberal seria a de não mais ver como relevantes o equilíbrio de poder entre potências e a defesa de seus interesses estratégicos guiada pela maximização da segurança de Estado em um mundo fundamentalmente anárquico e, potencialmente, violento e imprevisível. Para os adeptos, ou vítimas, dessa « ilusão liberal » o mundo do Século XXI seria, pelo menos no Ocidente, caracterizado pela globalização da democracia, pela interdependência econômica e pelo império da lei, que garantiriam assim a segurança dos Estados de maneira pacífica, sem a necessidade de se recorrer a soluções militares para conflitos internacionais. Seria como se tivéssemos saído de um mundo « hobbesiano », onde os peixes grandes devoravam os pequenos, para ingressar em um mundo « kantiano », onde o apetite voraz dos poderosos seria efetivamente comedido por instituições internas e externas estáveis e valores civilizatórios comuns.

Obviamente, para Mearsheimer tudo isso não passa de um ledó engano provocado pela ingenuidade liberal. O « realismo ofensivo » por ele defendido radicaliza o caráter « hobbesiano » da relação entre Estados, já presente na visão de mundo apresentada por Mongenthau, o fundador das análises realistas das relações internacionais. Mearsheimer parte do pressuposto fundamental que os Estados (principalmente as grandes potências) preocupam-se sobretudo em como sobreviver em num mundo onde não há um agente efetivo para protegê-las umas das outras; um mundo onde um sistema internacional anárquico cria incentivos para que Estados procurem ganhar mais poder às custas de seus rivais.¹⁷⁵ Desta forma, a melhor maneira para um Estado assegurar a sua segurança seria sempre uma postura ofensiva de ataque, a fim de acaparar o maior naco de poder possível até tornar-se o *hegemon*, a força dominante incontestável do sistema mundial.¹⁷⁶ Eis o porquê da sua versão do realismo em relações internacionais ser chamada de « realismo ofensivo », contrariamente ao « realismo defensivo », onde a maximização da segurança passa pela maximização da defesa e

175 Mearsheimer J.J., 2001, *The Tragedy of Great Powers Politics*, New York, W.W. Norton & Company, p. 21

176 Ibid. p. 34

não pelo ataque. Na visão de Mearsheimer o ataque, a postura agressiva, sempre seria a melhor defesa no mundo em que vivemos.

Quando aplicada ao conflito na Ucrânia, a visão de Mearsheimer revela-se, pelo menos em aparência, cristalina: a Rússia devia atacar a Ucrânia e, indiretamente, o Ocidente, para contrabalançar os esforços que visavam o seu enfraquecimento. À tentativa por parte do Ocidente de acaparar-se de um poder que lhe pertencia (aquele de ser a potência dominante em seu entorno eurasiático) a Rússia não teria tido outra opção que, literalmente, passar ao ataque com as guerras na Geórgia e na Ucrânia. Mais ainda, essa decisão teria sido inteiramente racional, pois um outro pressuposto do « realismo de ataque » de Mearsheimer e também de outros « realismos » é que os Estados são agentes eminentemente racionais, que atuam guiados principalmente por uma análise fria do contexto internacional onde são obrigados a conviver com outros « tubarões ».

De fato, num primeiro momento, tudo o que Mearsheimer diz sobre o conflito na Ucrânia faz sentido e é, para muitos, extremamente convincente. Contudo, quando examinamos mais atentamente o pensamento de Mearsheimer e de outros realistas, vemos que os pressupostos que tornam os seus argumentos tão cristalinos e simples não são tão convincentes assim, talvez justamente por serem simples em demasia. A simplificação tem a virtude da clareza, mas peca pela redução indevida da complexidade da realidade que procura descrever. Além disto, também joga contra o « realismo de ataque » de Mearsheimer, o fato que seus pressupostos, como quaisquer pressupostos, são, no mínimo, contestáveis, quando não suspeitos. Assim sendo, a análise de Mearsheimer sobre a guerra na Ucrânia está sujeita às críticas que seguem.

Mearsheimer e os realistas em geral, desde Morgenthau, têm a pretensão de serem objetivos, frios e neutros, contrapondo suas análises às análises supostamente eivadas de emoção e normatividade sobre as relações internacionais, como as condenações liberais do conflito ucraniano. Afinal de contas, quando cremos conhecer a estrutura de poder mundial e a crua dinâmica que governa o concerto das nações, cremos também poder avaliar as consequências de atos que afetem essa estrutura de poder tão agressivamente disputada. De fato, Mearsheimer gaba-se de ter previsto a reação da Rússia à expansão da OTAN, enquanto a maioria dos analistas e governos ocidentais foram surpreendidos com a agressividade russa. Neste ponto, não há como negar que Mearsheimer sublinhou corretamente que a expansão da OTAN incomodava a Rússia e que, mais cedo ou mais tarde, ela reagiria contra essa intrusão na sua área de influência próxima. Mas uma coisa seria simplesmente vaticinar que haveria alguma reação nesse contexto e outra coisa muito diferente seria especificar o tipo e a força dessa reação. Nenhuma teoria consegue fazer esse tipo de previsão e os

realistas sabem muito bem disso.¹⁷⁷ Ninguém previu, ou poderia ter previsto, que a Rússia invadiria a Ucrânia como consequência das políticas ocidentalizantes dos países da OTAN no entorno russo. O que é verdade é que essas políticas serviram de estímulo inicial a uma reação russa que foi construída ao longo do tempo e que não poderia ser deduzida através da mera análise do equilíbrio de poder no sistema mundial. A invasão da Ucrânia não estava no piloto automático do avião russo. Para tentar explicá-la faz-se necessária uma análise da dinâmica interna do Estado russo e da sociedade russa, e não apenas um exame da luta pelo poder no cenário internacional.

Ora, quando examinamos a dinâmica do Estado russo após o fim da Guerra Fria, podemos constatar, como fizemos acima, que a sua geopolítica não pode ser entendida sem o exame da sua ideologia nacional. E, como vimos, a construção desta última foi motivada por uma angústia existencial surgida no vácuo deixado pelo colapso da União Soviética que a compeliu a inspirar-se de um passado supostamente glorioso para reconstruir uma nova identidade coletiva. O elemento motivador nesse exercício de reconstrução nacional não foi o « cerco da OTAN », mas uma insegurança muito mais profunda que uma possível ameaça militar. Essa insegurança pode ser chamada de ontológica e não se confunde com a angústia de segurança, que é aquela que pode decorrer de ameaças bélicas.¹⁷⁸

Mesmo se a expansão da OTAN possa ter sido um elemento importante na tomada de decisões que levaram a Rússia à guerra, é necessário levar em conta o contexto de « insegurança ontológica » em que o processamento das informações e a percepção das ameaças se deu. Isto significa dizer que a psicologia de um Estado que se refaz e as emoções decorrentes da perda de uma identidade nacional distinta foram cruciais para se entender o porquê da agressividade da resposta russa à situação na Ucrânia.

Os aspectos psicológicos e emocionais da segurança enquanto ser [segurança ontológica] são, portanto, cruciais. A insegurança aparece quando há uma ruptura na continuidade da ordem que define o « eu »[self]. Isto porque afirmar uma ontologia e vê-la reconhecida pelos outros é uma necessidade humana. Coletivamente, todas as entidades sociais também desejam isto. No contexto russo [...] os discursos civilizatórios promovidos pelo Estado que costuram pontos críticos da história de maneira coerente constituem uma tentativa de prover uma segurança

177 Waltz, K. N. , 1979, *Theory of International Politics*, New York, Random House, p. 121

178 Steele, B. J., 2008, *Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State*, Abingdom: Routledge, p. 51

ontológica, pois eles visam a construção de uma unidade [nacional] através de diferenças ideológicas, espaciais e sociais.¹⁷⁹

Para azar da Ucrânia, a reconstrução da nova identidade nacional russa que se deu para a superação da sua insegurança ontológica fez-se através de um discurso civilizatório baseado, como explicamos acima, no eurasianismo e na noção de Ruskii Mir, ambos incompatíveis com a existência da Ucrânia enquanto país realmente soberano e independente vis-à-vis à Rússia. Desta forma, a Ucrânia passou a ser parte integral da identidade nacional russa e qualquer negação disto significaria também a negação dessa identidade nacional, com o conseqüentemente retorno de uma insuportável e intolerável insegurança ontológica.

Dentro do quadro da segurança ontológica, o Kremlin percebe que a aparente imposição da identidade ocidental na Ucrânia (e potencialmente, através de uma espécie de osmose, também na Rússia) não representa apenas uma ameaça à segurança russa, mas significa também uma ameaça ontológica mais profunda. Ela desafia o sentimento russo de que a identidade russa deve ser socialmente valorizada, teve ter prioridade e deve ser considerada positiva e até mesmo superior à identidade ocidental, especialmente na Rússia e no seu autodefinido entorno. Portanto, a Ucrânia tornou-se um interesse nacional do tipo « vai ou racha » para a Rússia, o que ajuda a entender, em parte, a inabilidade Russa para considerar os pedidos ocidentais de diálogo e cooperação para evitar um cenário de guerra.¹⁸⁰

Tudo isto significa dizer a formulação das políticas de relações internacionais por parte de um Estado levam em conta os valores, crenças normas e pressupostos que constituem a identidade nacional que o Estado em questão deseja projetar no cenário internacional. A identidade nacional funciona assim como um quadro cognitivo que forma a sua interpretação do mundo e guia a sua forma de agir nele. O discurso civilizacional subjacente à identidade russa foi determinante para a reação russa à « ocidentalização » da Ucrânia e esta não poderia ser deduzida de uma simples avaliação fria do equilíbrio de poder entre potências mundiais. A verdade é que Estados, diferentemente, dos pressupostos do « realismo de ataque » de Mearsheimer não agem em bases estritamente racionais, como um *homo oeconomicus* que pondera cuidadosamente as suas opções antes de maximizar os seus ganhos. Estados, afinal de contas sempre guiados por homens, agem

179 Smith, N. R. & Dawson, G. , 2022, *Mearsheimer, Realism, and the Ukraine War*, *Analyse & Kritik*; 44 (2), p. 185)

180 Ibidem

também com base em emoções e percepções errôneas dos outros e sobretudo de si mesmos. O excepcionalismo americano, poder ser considerado um bom exemplo disto, o excepcionalismo civilizatório russo, tão bem cultivado por Dugin e Putin, também.

Por último, creio importante sublinhar que nenhuma análise de um conflito tão devastador como a Guerra da Ucrânia não pode ser realizada no vácuo normativo proposto pelos realistas das relações internacionais, especialmente pelos « realistas de ataque ». Juízos de valor são inevitáveis quando a ordem legal internacional que garante a frágil paz que evita um banho de sangue constante no mundo é rompida, com as consequências que todos conhecemos. A própria análise de Mearsheimer contém implicitamente a condenação de uma conduta errônea e irresponsável por parte das instâncias decisórias americanas e ocidentais em geral, que não souberam, ou não quiseram, levar em conta os interesses russos na Ucrânia. Contudo, esta condenação implícita é contraditória, pois, segundo os próprios princípios do « realismo de ataque » a conduta normal dos Estados é constante busca da maximização do poder às custas dos outros. Mearsheimer é o primeiro a reconhecer, por exemplo, que, se a Rússia assim o pudesse, retomaria não só a Ucrânia, mas também os Estados bálticos e outros países do seu entorno. Só não o faz por causa do « equilíbrio de poder » mundial. Mas se o mundo é assim, se a incessante busca pelo poder é a sua inevitável normalidade, como condenar os Estados Unidos e os países da OTAN por se comportarem como países normais que aproveitam as oportunidades históricas que se apresentam para maximizar o seu poder? Afinal de contas, não foi exatamente isso que aconteceu? Os Estados Unidos e outras potências da OTAN não viram na fraqueza da Rússia pós-soviética uma oportunidade para expandir o seu poder ao leste? Como condená-los por fazer uma coisa que a Rússia faria no sentido contrário se a OTAN não existisse? Aliás, como vimos acima, os países bálticos e a Polônia se jogaram nos braços da OTAN justamente por causa disso.

Vê-se, então, que a aceitação das premissas e pressupostos do realismo de ataque de Mearsheimer (e também de outras versões do realismo nas relações internacionais) nos leva ao impasse da impotência normativa que impede qualquer manifestação, explícita ou implícita, de juízos de valores sobre o mundo em que vivemos. Para conservadores e cínicos, isto não chega a ser uma questão importante, mas para aqueles que desejam um mundo melhor isto é um problema sério, pois leva a nos atermos à simples constatação do mundo como ele é, renunciando a buscar como ele deveria ser. Consequentemente, as forças políticas da esquerda não podem sobreviver no vácuo normativo que caracteriza a visão de mundo de Mearsheimer, pois as ações políticas que propõem no sentido do melhoramento do mundo nela não encontram nenhum amparo, nenhuma sustentação

possível. A ação política para uma transformação social, econômica ou política que faça o mundo progredir tem de ser alicerçada numa avaliação crítica do status quo vigente, a qual, por sua vez, não pode prescindir de valores que a norteiem. A valorização da vida humana, a inclusão social, o combate às desigualdades internas e também entre países, a luta contra discriminações e opressões de todo tipo, a luta por sociedades cada vez mais democráticas e a busca de uma paz justa no mundo são exemplos de valores caros às forças políticas progressistas que fogem da pretensa neutralidade científica proposta pelos realistas.

Mais ainda, as concepções mais profundas de todo o pensamento realista, digamos a sua antropologia filosófica ou concepção da espécie humana, são profundamente pessimistas e não condizem com a crença na possibilidade da superação de conflitos através do combate às suas causas políticas e socioeconômicas, uma óbvia tradição da esquerda e de progressistas desde o iluminismo. Em contraste, o paradigma de análise do mundo criado por Hans Morgenthau tem suas raízes no niilismo de Hobbes e, aparentemente, numa leitura niilista de Nietzsche também. A base de toda a filosofia por trás do realismo é a crença, a pressuposição, de que as ações humanas são dominadas pelo *animus dominandi*, isto é, pela pulsão de maximização de poder e de dominação dos outros. E como esta pulsão é parte integrante da natureza humana, a luta pelo poder, e por sempre mais poder, é uma constante universal invariável e a-histórica.

[A] luta pelo poder é universal no tempo e no espaço. [...] Mesmo se os antropólogos mostraram que alguns povos primitivos parecem viver livres do desejo de poder, ninguém até agora mostrou como a sua mentalidade e as condições nas quais eles vivem poderiam ser recriadas em escala mundial, para assim eliminar a luta pelo poder do cenário mundial. Seria inútil e até mesmo autodestrutivo libertar este ou aquele povo do mundo do desejo de poder, porém deixando-o intacto em outros povos. Se o desejo de poder não pode ser abolido no mundo todo, aqueles que poderiam ser dele curados simplesmente seriam as vítimas do poder os outros.¹⁸¹

Como se vê, para Morgenthau (e os realistas em geral) o mundo está condenado a ser o palco de lutas perpétuas pelo poder pelo simples fato de que os homens são o que são.. Mas ainda, como esse apetite pelo poder é uma constante universal decorrente da *psyché* humana, ideias que visem eliminá-lo ou que o ignorem são irrealistas e até mesmo perigosas.

181 Morgenthau, J. H., 1949, *Politics Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, New York, Alfeed A. Knopf, p. 17

Para Marx e seus seguidores, o capitalismo está na origem da discórdia internacional e da guerra. Eles afirmam que o socialismo internacional acabará com a luta pelo poder no cenário internacional e trará a paz internacional. Durante o Século 19, os liberais do mundo todo compartilharam a convicção que a política de poder e a guerra eram resíduos de sistemas obsoletos de governo e que, com a vitória da democracia e dos governos constitucionais sobre o absolutismo e a autocracia, a harmonia internacional e a paz permanente prevaleceriam sobre a política de poder e sobre a guerra.¹⁸²

Ledo engano, responde Morgenthau aos liberais e aos socialistas, pois a história nos mostra a constância da sua brutalidade, independentemente dos arranjos sociais e instituições que variem no tempo.

A posição defendida aqui pode ser criticada sob o argumento de que conclusões tiradas do passado não são convincentes e que tirar esse tipo de conclusões sempre foi a característica dos inimigos do progresso e da reforma. Bem que seja verdade que certos arranjos sociais e instituições sempre tenham existido no passado, isto não necessariamente implica que eles devam existir no futuro. Entretanto, a situação é diferente quando lidamos, não com arranjos sociais e instituições criadas pelo homem, mas com aquelas pulsões biopsicológicas elementares que criam a sociedade humana. As pulsões de viver, de se reproduzir e de dominar [os outros] são comuns a todos os homens.¹⁸³

As tentativas de se garantir uma paz realmente duradoura através das mudanças sociais, políticas e institucionais seriam ilusórias na visão de Morgenthau e seus adeptos. Quando muito, ações e instituições internacionais como a Liga das Nações, a ONU e os tribunais internacionais poderiam mitigar o risco da guerra, através de ações como o desarmamento e a resolução jurídica de certos conflitos. Porém, a luta pelo poder jamais poderia ser eliminada e continuaria a moldar o mundo em que vivemos, mesmo com a existência de instituições internacionais que promovam a paz. Neste particular, Morgenthau argumenta, por exemplo, que as leis internacionais são impotentes para resolver as tensões entre potências, pois estas tensões entre potências resultam de uma luta pelo poder que só poderia ser resolvida pela mudança do status quo internacional, ao qual as instituições internacionais são necessariamente subservientes. As cortes internacionais jamais

182 Ibid. p. 16

183 Ibid. p. 17

poderiam ter decidido a questão tcheco-slovaca dos Sudetos em favor de Hitler em 1938, pois elas obedeciam a uma ordem legal que era resultado da cristalização de um equilíbrio de poder que favorecia uma Europa dominada por Reino Unido e França. A reivindicação dos Sudetos pela Alemanha nazista teria sido apenas o sintoma de uma luta muito maior pelo domínio da Europa Central, um desafio ao status quo vigente que não poderia encontrar solução numa ordem jurídica concebida para mantê-lo. Foi impossibilidade de se mudar institucionalmente o status quo que paralisava o equilíbrio de poder entre as potências europeias da época que levou à Segunda Guerra Mundial. Situações semelhantes onde desafios ao status quo referentes ao equilíbrio de poder entre potências se chocaram com a ordem jurídica criada para defendê-lo também teriam resultado em guerras (Ibid. 341-348).

Do pensamento de Morgenthau, depreende-se que as guerras seriam a única maneira historicamente efetiva de se resolver conflitos profundos de poder. E os conflitos de poder são inevitáveis, visto que o *animus dominandi* é uma constante universal. Enquanto os marxistas e os liberais acreditam que mudanças (revoluções e reformas) podem trazer a paz no mundo, os realistas consideram utópica qualquer tentativa nesse sentido. Isto fica bem claro quando vemos o que Morgenthau pensa sobre o imperialismo. Enquanto para Lenin (marxista) e Hobson (liberal) o imperialismo e as guerras a ele associadas poderiam ser evitadas seja por uma revolução social ou por uma reforma econômica, para Morgenthau e os realistas o imperialismo é, no fundo, inevitável e a-histórico. Existiu na antiguidade, no medievo, existe hoje e continuará existindo no futuro. Isto porque a razão profunda de todas as guerras e ações imperialistas jamais foi o ganho econômico, mas sim o poder, a vontade de poder, o verdadeiro motor que governa a história.

Nem Alexandre o Grande e nem Napoleão I, nem tampouco Adolf Hitler, embarcaram em políticas imperialistas com o propósito de ganhos pessoais ou para escapar aos desajustes de seus sistemas econômicos. A sua meta foi lograr exatamente a mesma coisa que um capitão da indústria mira quando ele tenta estabelecer um « império » industrial, somando uma empresa a uma outra até dominar a sua indústria de uma maneira monopolística ou quase monopolística. O que o pré-capitalista imperialista, o capitalista imperialista e o « imperialista » capitalista querem é o poder, não o ganho econômico. [...] O ganho pessoal e a solução de problemas econômicos através da expansão imperialista são para todos eles um agradável efeito secundário, um subproduto bem-vindo, e não o objetivo para o qual a pulsão imperialista é

atraída. [...] Assim, a evidência histórica aponta na direção do primado da política sobre a economia.¹⁸⁴

A conclusão iniludível que decorre desta concepção dos conflitos históricos é que Alexandre o Grande, Júlio César, Ivan o Terrível, Átila, Gengis Khan, Luís 14, Napoleão I, Hitler, Stalin, Churchill e outros seriam todos farinha do mesmo saco. Em última instância, não haveria como fazer uma diferenciação qualitativa entre eles analisando o contexto histórico e social em que se formaram e evoluíram, pois o *animus dominandi*, estabeleceria o mínimo denominador comum entre eles e funcionaria também como *explanans* para as suas ações.

Este reducionismo que tenta explicar todos os conflitos históricos como uma luta atávica pelo poder constitui um óbvio empobrecimento da nossa capacidade de apreender o porquê das ações dos Estados e de seus líderes em diferentes contextos. Se o poder, esse conceito fundamental dos realistas, for um meio para a obtenção de algo através da ação política, ele por si só não nos ajuda muito a entender essas ações, posto que haveria uma motivação ideológica, econômica ou cultural por trás da busca da maximização do poder que deveria ser encontrada. Mas se, por outro lado, toda a política, inclusive a política externa, for uma mera luta do poder pelo poder em si mesmo, então temos uma identidade perfeita entre as ações políticas e as guerras através da história e da geografia, o que desfaz todas as diferenças e especificidades que poderiam nos instruir sobre o porquê de cada conflito. Em suma, a luta pelo poder definida como um princípio abstrato, longe da concretude das formações sociais, leva a um impasse epistemológico posto que a política, seja ela internacional ou doméstica, não deveria ser estudada independentemente de um contexto histórico e cultural mais largo. Mais do que isto, a a-historicidade do conceito de poder tal como entendido pelos realistas, leva a uma visão extremamente pessimista e conservadora da sociedade, uma vez que o *animus dominandi* não pode ser extirpado do ser humano e que ele é invariável no tempo e no espaço. Não é à toa, portanto, que vários dos grandes teóricos desse paradigma prestaram os seus valiosos serviços ao Departamento de Estado Estadunidense, como o próprio Morgenthau e o notório Henry Kissinger, os quais jamais mostraram muitos pruridos éticos nos seus conselhos em defesa dos interesses geopolíticos do Tio Sam.

184 Ibid. p. 32

7.2 O problema do alinhamento da esquerda com o realismo

Não obstante o que foi dito acima, constata-se que alguns na esquerda se alinham com as análises de Mearsheimer e dos realistas em geral no que diz respeito à Guerra na Ucrânia, sem notar a profunda contradição entre querer obrar por um mundo melhor e se alinhar a um paradigma teórico que aceita, e talvez até valorize, o mundo como ele é. Por que isto aconteceria? Por que setores da esquerda seriam atraídos pelo paradigma realista das relações internacionais para pensar a Guerra na Ucrânia? Por que não usar um paradigma idealizado por pensadores da esquerda em vez de se fiar numa teoria conservadora e niilista das relações internacionais? Ora, a pergunta que devemos fazer aqui é se a esquerda tem uma teoria própria para analisar as relações internacionais. Para Justin Rosenberg, professor de Relações Internacionais da Universidade de Sussex, a resposta é não. Para ele, a preponderância do paradigma realista resulta do fato de que a maioria do pensamento marxista, assim como o liberalismo, não possui uma teoria do internacional.¹⁸⁵

Na verdade, uma parte da esquerda ainda tem algo próximo de uma teoria das relações internacionais que é a teoria do imperialismo desenvolvida por Lenin e Bukharin. Esta é uma teoria coerente com a teoria marxista dos modos de produção e da luta de classes que postula a existência de uma nova fase do desenvolvimento capitalista caracterizada pela organização dos interesses capitalistas, sobretudo financeiros, dentro do Estado nacional e da projeção e defesa dos mesmos no âmbito internacional como consequência do esgotamento das possibilidades de acumulação internas. A relevância da teoria Lenin/Bukharin no contexto das relações internacionais decorre da sua tentativa de explicar as rivalidades geopolíticas entre as potências imperialistas pela concorrência conflituosa entre os seus interesses econômicos e territoriais, o que as teria levado, por exemplo, à Primeira Guerra Mundial. Entretanto, a maior parte da esquerda já abandonou essa teoria pelo fato dela se prestar a duras críticas dirigidas ao seu reducionismo economicista, visto que, em muitos casos as ações dos Estados ditos imperialistas não podem ser reduzidas, ou não tem coerência, com os interesses econômicos dessas potências. Daí os esforços de neomarxistas para a construção de uma nova teoria crítica das relações internacionais que, pelo que sei e pelo que não sei, ainda não resultou em algo coerente e consistente.

Um desses esforços foi feito por Alex Callinicos, professor do King's College de Londres. Callinicos tenta solucionar o problema do determinismo economicista construindo uma espécie de

185 Rosenberg, J., 2008, *Anarchy in the mirror of 'uneven and combined development': An open letter to Kenneth Waltz*, p. 96

teoria da duplicidade e autonomia de interesses, na qual os interesses econômicos e geopolíticos dos Estados não se misturam necessariamente, isto é, os interesses geopolíticos não podem ser simplesmente deduzidos dos interesses econômicos. Desta forma, Callinicos, postula, de forma weberiana, uma certa autonomia da esfera política nas relações internacionais para fugir do economicista marxista.¹⁸⁶ Sem surpresa, esta tentativa de contribuição de Callinicos foi criticada alguns marxistas mais tradicionais. Um deles, Gozalo Pozo-Martin, nota que Callinicos, ao atribuir lógicas distintas e independentes ao comportamento geopolítico dos Estados, acaba por adotar as explicações realistas para os conflitos nas relações internacionais.¹⁸⁷ Surpreendentemente, Callinicos concorda com esta crítica ao dizer que a utilização de conceitos realistas suspeitos como « interesse nacional » constitui o preço a pagar para quem quer fugir do economicismo de uma visão estreita que vê o Estado apenas como um instrumento do capital.¹⁸⁸

Como se vê, a esquerda parece ser vítima de um impasse teórico onde, por um lado, a coerência com o velho Marx levaria a um reducionismo economicista do Estado e a um estreitamento insustentável da lógica dos conflitos internacionais, enquanto que, por outro lado, fugir dessa camisa de força levaria a adotar os conceitos e formas de pensar de um paradigma teórico que tende ao conservadorismo e ao niilismo hobbesiano.

Voltando à Guerra na Ucrânia, essas duas posturas teóricas se traduzem em visões um tanto quanto diferentes sobre as origens e a natureza desse conflito. Aqueles se tentam se ater ao marxismo e ao leninismo produzem análises sobre a natureza de classe dos Estados Russo e Ucrâniano para explicar o porquê da guerra. Este é o caso, por exemplo, dos militantes da *Internacional Marxist Tendency*, um grupo trotskista com grande penetração internacional, inclusive no Brasil. Para eles, a Guerra na Ucrânia não passa de um conflito entre dois imperialismos: o americano e o russo. A crítica ao imperialismo americano e à OTAN é uma constante em toda a esquerda, mas a crítica ao imperialismo russo não é muito comum.

A Rússia não é um país fraco dominado pelo imperialismo. Longe disso, a Rússia é uma potência regional cujas políticas só podem ser descritas como imperialistas. A razão para a

186 Callinicos, A., 2007, *Does capitalism need the state system?*, Cambridge Review of International Affairs, Volume 20, Number, 4, pp. 533-549

187 Pozo-Martin, G., 2006, *A tougher Gordian knot: globalization, imperialism and the problem of the state*, Cambridge Review of International Affairs, 19:2)=

188 Callinicos, A., 2007, p. 540

guerra russa na Ucrânia é a tentativa de assegurar as esferas de influência e os interesses de segurança nacional do capital russo.¹⁸⁹

E tampouco poupam críticas a Putin:

Na realidade, ele tem ilusões de grandeza imperial. Ele se vê no papel de uma espécie de tsar, seguindo a linha do Império Russo pré-1917 e seu chauvinismo reacionário ligado ao conceito de Grande Rússia. A ideia que este tipo de homem possa ter algum tipo de papel progressista é completamente ridícula.¹⁹⁰

Como consequência dessa visão da Guerra da Ucrânia como um conflito entre dois imperialismos a IMT, coerentemente, não toma lado nessa guerra.

Nós não podemos apoiar nenhum lado nessa guerra porque trata-se de uma guerra reacionária de ambas partes. No fim das contas, é um conflito entre dois grupos de imperialistas. Nós não apoiamos nenhum dos dois. O povo da pobre Ucrânia ferida é a vítima deste conflito que ele não criou e tampouco deseja.¹⁹¹

O supracitado Pozo-Martin, que foge das análises realistas dos conflitos internacionais defende uma posição semelhante sobre a Guerra na Ucrânia. Em uma entrevista realizada em 2014, pouco após a anexação da Ucrânia e o início da guerra no Dombas, Pozo-Martin afirmou que « [o] que está desenrolando na Ucrânia é um choque entre duas agendas imperiais opostas ».¹⁹² Para ele, as raízes do conflito não estariam em um conflito geopolítico ligado à segurança da Rússia face à expansão da OTAN ou ainda à segurança da população russofona do Dombas, mas sim nas necessidades econômicas do capitalismo russo.

No longo prazo, a Rússia nunca aceitou, e até certo ponto não pode aceitar, uma Ucrânia completamente independente que possa fugir da sua órbita. De maneira ostensiva, as razões dadas para isto são tanto históricas quanto estratégicas: a expansão da OTAN para o Leste,

189 IMT, 2022, *The Ukrainian war: An international class position – IMT Statement*, online

190 Ibidem

191 Ibidem

192 Pozo-Martin, 2014, « *What is playing out itself out in Ukraine now is the clash of two opposed imperial agendas*, <https://www.internationalviewpoint.org>

a ideia que a Ucrânia de alguma maneira faz parte da Rússia e a preocupação com a população russa « deixada para trás » após o colapso da União Soviética, entre outras.

Tais razões são importantes em si mesmas, mas não esqueçamos que elas se enxertam muito bem com o papel que a Ucrânia joga economicamente na política econômica russa. O qual é, claramente, o de ser um país-chave para o transporte das exportações de gás russo para a Europa e de ser também um grande mercado de matérias-primas e produtos agrícolas, além de constituir uma reserva de trabalhadores migrantes. Neste sentido, o peso da história, da identidade, da estratégia e assim por diante, se casam muito bem com a sobrevivência do capitalismo russo.¹⁹³

De certa forma, porém de uma maneira sofisticada, o que Pozo-Martin parece dizer é que as razões invocadas pela Rússia como motivo para as suas ações na Ucrânia (expansão da OTAN para o Leste, defesa da população russa, história comum, etc.) seriam ideológicas no sentido de que, talvez em « última instância », emanariam das necessidades do capitalismo russo e de sua classe dominante. Com isto, as razões geopolíticas invocadas para essa guerra (e levadas muito a sério pelos realistas), perdem o seu poder explicativo dentro da perspectiva de Pozo-Martin e de todos aqueles que se alinham à tradição iniciada por Lenine e Bukharin, que é a de ver os conflitos entre Estados capitalistas como uma tradução prática de um choque de interesses econômicos incompatíveis entre si.

Outra maneira que a esquerda tem de desafiar a maneira como os realistas veem os conflitos entre países resulta da aplicação do conceito de hegemonia de Gramsci às relações internacionais. Robert W. Cox, que foi professor da Universidade de York, no Canadá, desenvolveu a ideia de que hegemonia e bloco histórico, dois conceitos-chaves do pensamento gramsciano, não devem se limitar às análises das formações sociais dentro das fronteiras de países, visto que a hegemonia se projeta para o exterior criando assim uma ordem social e econômica internacional. Entretanto, o conceito de hegemonia de Gramsci aplicado às relações internacionais não se confunde com a ideia de hegemonia tal como definida pelos realistas, pois esta última se limita ao Estado entendido apenas como força política e militar e não como uma entidade mais complexa que incluiria, além das instituições normais de Estado, a sua base social. Na visão neogramsciana defendida por Cox:

[...] o Estado, que continua sendo o foco principal das lutas sociais e a entidade básica das relações internacionais, é o Estado alargado que inclui a sua própria base social. Esta visão

193 Ibidem

descarta uma noção estreita ou superficial do Estado que o reduz, por exemplo, à burocracia da política externa ou às capacidades militares do Estado.¹⁹⁴

Consequentemente, a hegemonia de um Estado não se limita à dominação política e militar. Pelo contrário, a lógica da dominação do « hegemom » gramsciano é a exportação para outros países de uma estrutura econômica, social, tecnológica e cultural decorrente, em seu nível nacional, da dominação de uma classe social, criando o que Gramsci chamava de « bloco histórico ». Desta forma, segundo Cox, o Estado hegemônico não impor a sua dominação através da força bruta, mas sim por « revoluções passivas » nos Estados periféricos, os quais procurariam imitar e importar uma infraestrutura e uma superestrutura de desenvolvimento e dominação social.

Uma hegemonia mundial é assim, no seu começo, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada a essa hegemonia nacional se tornam padrões para uma emulação no exterior. Esta hegemonia expansiva se impõe nos países mais periféricos como uma revolução passiva.¹⁹⁵

Como se vê, a análise desenvolvida por Cox com base na obra de Gramsci é muito diferente daquela proposta pelos realistas, pois a ordem mundial vigente não seria o resultado do equilíbrio de poder entre Estados, mas sim o reflexo de relações sociais cristalizadas em um bloco histórico dominante.

Pensando de forma analógica ao neogramscismo de Cox, talvez poderíamos ver as reformas ultraliberais dos anos 1990 na Rússia como uma espécie de « revolução passiva » imposta pela hegemonia internacional do bloco histórico dominante nos Estados Unidos e Europa Ocidental, na qual as elites do Estado russo tentaram imitar/emular o modelo de formação social que lhes era apresentado, assegurando assim a sua própria continuação no poder em um momento de grande incerteza política. O fracasso dessa emulação poderia ser visto como o criador da oportunidade para o surgimento de uma solução autoritária para a crise de hegemonia interna que se seguiu, solução esta baseada no nacionalismo e no cesarismo de um líder forte, tal como fora a ascensão do fascismo na Itália. Isto, evidentemente, seria bem diferente de atribuir a beligerância da Rússia a

194 Cox, W. Robert, 1983, Gramsci, *Hegemony, and Internacioanl Relations*, Millenium Journal of Interntional Studies, Vol 12, No 2, pp. 215-225

195 Ibid., p. 222

uma reação racional contra uma ameaça externa, sem analisar os processos políticos internos que deram origem a essa beligerância nacionalista.

Não obstante, a inerente incompatibilidade teórica, normativa e epistemológica entre o realismo e a tradição política e intelectual da esquerda, que tentamos mostrar acima, muitos observadores desse campo político parecem querer ir até mais longe que Mearsheimer e outros realistas no seu afã de colocar a culpa da Guerra na Ucrânia no colo da OTAN e dos Estados Unidos. Para eles, essa guerra seria a imposição da vontade americana e ocidental de dominação mundial, uma dominação nociva que impediria o surgimento de um mundo multipolar mais justo. Assim, a reação violenta da Rússia à provocação da OTAN não deixaria de ter o seu lado positivo, pois anunciaria o forte declínio do *hegemon* estadunidense e abriria a possibilidade para um novo equilíbrio de forças mundial. Ora, há vários problemas muito sérios em se acreditar nisto. Em primeiro lugar, devemos pensar em que tipo de « mundo multipolar » queremos viver. Um « mundo multipolar » oriundo da violência e da guerra é apenas a tradução em nível internacional do pesadelo hobbesiano da guerra de todos contra todos sem um Leviatã para contê-la; é apenas a confirmação do niilismo cínico que os realistas defendem e que confirma a impossibilidade de se construir uma ordem mundial cimentada numa paz mundial verdadeiramente justa e duradoura. Trocar um *hegemon* belicista por dois ou três tão belicistas quanto, não nos levaria a viver em num mundo menos propenso às guerras e às agressões de todo tipo. Pelo contrário, um equilíbrio de forças entre vários polos de poder com interesses contrários seria ainda mais anárquico e sujeito a conflitos. A invasão Rússia da Ucrânia, assim como foi a invasão americana do Iraque, é um precedente perigosíssimo, que, se for confirmado na prática e sacramentado pela ordem jurídica internacional, criará um incentivo para que a experiência seja repetida por outras potências ou pela própria Rússia. Nesse respeito, a fracasso da tentativa estadunidense de controlar o Iraque e o Afeganistão pode ser vista como um resultado extremamente positivo para o desincentivo de aventuras semelhantes. « Torcer », explícita ou implicitamente, para que a agressão russa seja coroada de êxito é o equivalente de desejar que as porteiras sejam abertas aos lobos para que estes possam entrar nos prados onde pastam as ovelhas.

O caminho que leva a um mundo mais pacífico e equilibrado não passa por guerras de conquista, controle e anexação; não passa pelo desrespeito de fronteiras internacionalmente reconhecidas ou pela imposição de uma ordem econômica e política vinda de fora por parte de Estados poderosos contra Estados fracos. Se quisermos construir um mundo menos propenso a guerras e onde a voz dos países periféricos seja realmente escutada, o caminho que temos é o de

tentar construir uma *governança mundial mais democrática*, através da luta pela reforma das instituições internacionais ora existentes. Um mundo mais equilibrado também passa pela construção de alternativas de desenvolvimento através da formação blocos econômicos que se contraponham ao domínio norte-americano e europeu ocidental do comércio e das finanças internacionais. A luta pelo alargamento do Conselho de Segurança da ONU e a formação de novos blocos econômicos como os BRICS e o G20 são claros exemplos disto. Aliás, essa foi a estratégia do Itamaraty nos governos Lula, sob a batuta do Chanceler Amorim. O Brasil tentou, junto com outros países, uma reforma do Conselho de Segurança da ONU e também foi o líder da formação do G20 e do BRICS. Essas são maneiras de se contrapor à hegemonia de grandes potências sem provocar o caos e o sofrimento humano que as guerras sempre trazem. Por isto, os esforços no sentido de reformas que democratizem o sistema de governança mundial e de ações concretas para uma ordem econômica mundial mais justa deveriam ser priorizados por todos aqueles que não desejam um mundo onde a violenta anarquia das grandes potências impera.

Obviamente, os realistas não acreditam na possibilidade da democratização das instâncias decisórias internacionais. Para Morgenthau, como vimos acima, a ordem jurídica internacional vigente sempre é o resultado do equilíbrio de poder entre potências que lhe deu origem e está fadada a funcionar como garantia da continuidade desse equilíbrio de poder. No que diz respeito à ONU, Morgenthau afirma que ela nada mais é do que o governo das superpotências que têm assento permanente no Conselho de Segurança (na época, Estados Unidos e União Soviética) (Morgenthau, 1949, pp. 379-380). Morgenthau está correto nessa avaliação, pois, apesar da Carta das Nações Unidas ser democrática no sentido que cada Estado ter um voto na Assembleia Geral, na verdade, como sabemos, o verdadeiro poder se encontra no Conselho de Segurança, que toma todas as decisões importantes. Assim, longe ser um órgão decisório democrático, uma espécie de parlamento mundial, a ONU é um clube fechado dos países que dominam esse conselho. O problema aqui é, de novo, o pessimismo niilista do pensamento realista que não consegue entrever circunstâncias onde o equilíbrio de poder entre Estados possa ser alterado, a não ser pela via das armas, pela intimidação ou como consequência da decadência de alguma potência. O realismo, limita-se assim a uma espécie constatação trágica da perenidade de um estado de coisas onde a violência predomina por causa da pretensa impossibilidade da formação de uma autoridade supranacional na qual a vontade política da comunidade internacional possa se cristalizar e encontrar voz.

O que o realismo apreende é que estes problemas da « irracionalidade ética » do mundo assumem a sua forma mais intratável nas relações internacionais porque não há um nível mais alto no qual eles possam ser resolvidos: a natureza do fenômeno político é tal que a racionalidade e a ordem do espaço político delimitado termina na irracionalidade e na desordem em nível internacional. A insistência do realismo na anarquia, no equilíbrio de poder e na natureza trágica da política internacional simplesmente diz, repetidamente, que, no nível da sua integridade, da sua totalidade, a humanidade não está ciente de si própria e não tem o controle da sua existência – que não há nem nunca houve um sujeito social global.¹⁹⁶

Portanto, a saída política para a situação atual – que não necessariamente tem de ser uma situação perene na sua a-historicidade – poderia passar, repito, pela constituição ou democratização de instâncias internacionais de governabilidade bem mais representativas que aquelas que temos hoje e talvez até pela constituição de um sujeito social global. Evidentemente, não existe um consenso ou uma ideia verdadeiramente clara de como fazê-lo, mas uma coisa é absolutamente certa: a ideologia do realismo não nos supre com as ferramentas intelectuais para esse exercício. Entretanto, existe uma literatura sobre o assunto que é necessário conhecer para iniciar uma reflexão sobre essa questão. Nela convivem liberais, marxistas, neomarxistas, pós-marxistas, construtivistas e talvez outros « istas » que eu nem conheço. As propostas e visões são muitas e não poderia me estender sobre todas elas, mas talvez algumas mereçam destaque.

Os marxistas mais tradicionais insistem na necessidade de mudanças revolucionárias ou substanciais em nível nacional como preâmbulo para um verdadeiro internacionalismo. Os herdeiros diretos de Lenin insistem que o proletariado de cada país deverá derrotar suas respectivas classes dominantes antes que o mundo possa reconciliar-se como um todo. Cox, o neogramsciano citado acima, acreditava que somente o surgimento de um novo bloco histórico em algum país possibilitaria uma mudança qualitativa em nível supranacional. Já para Davenport, também citado acima, a incapacidade do marxismo em ir além do realismo ao pensar as relações internacionais deve-se a deficiências na própria teoria marxista que não teria, segundo ele, pensado o fenômeno político de forma adequada, o que traria a necessidade de um esforço intelectual dentro da própria tradição marxista para sanar esse problema.¹⁹⁷

196 Davenport, A., 2011, *Marxism in IR: Condemned to a Realist fate?*, *European Journal of International Relations*, 19 (1), p. 33, ênfase minha

197 Ibid., pp. 42-43)

A questão da constituição de um *demos* internacional como base de uma ordem política democrática mundial, também suscita discussões e dúvidas. Hardt e Negri¹⁹⁸ afirmaram a existência de uma espécie de « *demos* em si » na figura da multidão, a nêmesis do Império. Já Archibugi acredita que, mesmo se o *demos* internacional ainda não existe, ele pode ser constituído pela própria formação de instituições de governo cosmopolitas, não havendo necessidade da sua existência a priori.¹⁹⁹ Archibugi reconhece que dentro da tradição marxista a formação de uma democracia internacional através de reformas institucionais é uma impossibilidade, porém, mesmo assim, o projeto mais modesto de dar voz a todas as pessoas em nível global a despeito de seu status social, seria um objetivo importante, que não fugiria do espírito do internacionalismo proletário.²⁰⁰

Há também aqueles que defendem uma ação mais pragmática, como a reforma das instituições atuais. Raffaele Marchetti, por exemplo, defende uma reforma das Nações Unidas como um passo em direção a um verdadeiro sistema federativo global.²⁰¹ Ainda dentro dessa veia pragmática, Peter Singer propõe uma entidade supranacional nos moldes da União Europeia, mesmo se ela não seja viável por enquanto, como forma de garantir uma vida melhor para a população mundial pobre e leis ambientais abrangentes.²⁰²

Enfim, ideias não faltam e elas estão circulando por aí já faz tempo. Sejam elas ambiciosas nos seus objetivos socialistas ou mais modestas no seu pragmatismo reformista, todas têm um ponto em comum: dar uma solução democrática e progressista à concentração de poder global e ao constante estado de conflito, violência e anarquia que o mundo vive. Também, todas são problemáticas, imprecisas, árduas ou de realização quase impossível, exigindo práticas e teorizações nunca antes tentadas. Mas a escolha é clara: ou nos engajamos em esforços políticos e teóricos no sentido de buscar soluções para a implantação de uma governança mundial mais democrática, de uma *polis* supranacional que suplante a hegemonia dos grandes, ou estaremos condenados à impotência política e intelectual frente ao triste espetáculo de um mundo governado pela arrogância, a ganância e a prepotência das superpotências do momento,

Os realistas vivem muito bem com essa impotência e com a sua presumida neutralidade científica face aos problemas do mundo, mas quem quer um mundo melhor deveria acordar e parar

198 Hardt, M. et Negri, A. (2000) *Empire*, Paris, Exils, 571 p.

199 Archibugi, D. , 2004, *Cosmopolitan Democracy and its Critics: A Review*, *European Journal of International Relations*, Vol 10(3), pp. 437-473

200 Ibid. pp. 456-457

201 Marchetti, R., 2006, *Global Governance or World Federation? A Cosmopolitan Dispute on Institutional Models*, *Global Society*, 20(3), pp. 287-305

202 Singer, P., *One World: The Ethics of Globalisation*, New Haven, Yale University Press

de ver conflitos internacionais, tal como a Guerra na Ucrânia, como o resultado previsível, inevitável e até mesmo natural de um distúrbio no equilíbrio de forças entre potências. De um ponto de vista epistemológico, a tese do « cerco da OTAN » se encaixa perfeitamente nessa maneira fatalista e até mesmo simplista que ver acontecimentos que são complexos e que precisariam ser analisados em diversos níveis. O equilíbrio de forças mundial não pode ser visto como uma estrutura cujo exame nos daria superpoderes dedutivos e explicativos. Conhecer essa estrutura é relevante, mas é apenas o começo da história. Não é suficiente conhecer o equilíbrio de poder entre Estados para entender o porquê dos conflitos e guerras entre eles. Para isso, faz-se necessário também conhecer a natureza e a dinâmica internas dos Estados em questão. Seria impossível, por exemplo, entender a Segunda Guerra Mundial apenas como o resultado do desafio da Alemanha ao domínio econômico e político britânico-francês da Europa, como o faz Morgenthau. Para isso, devemos também, e talvez sobretudo, levar em conta a ascensão do nazismo e as mudanças políticas, militares, sociais e ideológicas que ele promoveu na Alemanha. Tivessem sido outros os dirigentes alemães à época, é bem possível que a guerra jamais tivesse acontecido, mesmo se conflitos e tensões continuassem a existir. O que é verdade é que a dureza do Tratado de Versailles e a crise econômica dos anos 1920, propiciaram o surgimento de um líder como Hitler, mas foi a dinâmica da Alemanha nazista que levou o mundo à guerra e não apenas a mera existência de uma séria rivalidade entre Alemanha, Reino Unido e França. De uma forma análoga, eu tentei neste texto analisar a ocorrência da Guerra na Ucrânia de uma maneira mais completa que os realistas fazem. As reformas neoliberais dos anos 1990 agiram como o « Tratado de Versailles » da Rússia, propiciando, dentro do caos provocado, o surgimento e a ascensão de um novo nacionalismo beligerante, baseado na recuperação da ideologia imperial do eurasianismo e na implantação de um regime antidemocrático e autocrático, comprometido em recuperar a « grandeza perdida » da nação como garantia da sua perpetuação no poder. Foi nesse contexto que a expansão da OTAN para o Leste, que jamais colocou um risco existencial iminente para a Rússia, serviu como uma das justificativas para a invasão de um país sem armas nucleares, militarmente muito mais fraco e que já se encontrava acuado, numa posição defensiva, após a anexação da Crimeia e a Guerra do Dombas. Não há evidências convincentes de que a foi agressividade da OTAN ou da Ucrânia que serviram como estopim para a guerra. A explicação mais plausível para o seu início parece ter sido um erro de cálculo do Kremlin, que teria subestimado os custos e os riscos dessa intervenção militar. O fato anunciado em vários veículos midiáticos de que os soldados e oficiais russos teriam levado com eles

uniformes de gala para participar de um desfile vitorioso em Kiev é de uma eloquência estrondosa nesse sentido.

Os realistas como Morgenthau e Mearsheimer limitam as virtudes éticas dos homens de Estado à prudência na condução da política externa dos seus respectivos países, como forma de evitar guerras desnecessárias. Nas suas análises da Guerra da Ucrânia, Mearsheimer e outros realistas, responsabilizam os Estados Unidos e outros países pela imprudência da política de expansão da OTAN, o que não é incorreto, porém, ironicamente, não dizem uma palavra sobre a loucura da « operação militar especial » que já mudou o mundo para pior e de maneira durável. Tampouco dizem muita coisa sobre a violação do direito internacional existente e os crimes de guerra contra direitos humanos que estão ocorrendo na Ucrânia. Isso é normal. A *minima moralia* dos realistas resume-se à defesa responsável de um status quo internacional estável. O que não me parece normal são segmentos da esquerda se alinharem de maneira acrítica às análises realistas sobre as razões desse conflito ou pensarem que um mundo melhor poderá surgir das cinzas dessa guerra.

Nenhum país periférico se beneficiará do sucesso russo na Ucrânia. Muito pelo contrário, essa guerra, por si só, já trouxe problemas de abastecimento de grãos na África e se a Rússia conseguir excluir a Ucrânia do acesso ao Mar Negro, as exportações agrícolas ucranianas provavelmente ficarão mais caras, aumentando o preço dos grãos no mundo todo. Isto sem falar da instabilidade política e militar que essa guerra já trouxe e continuará provocando no mundo, mesmo após o seu término.

8 – Algumas conclusões

8.1 Uma guerra com consequências e significados profundos

A guerra na Ucrânia é o maior conflito bélico desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo alguns funcionários do governo dos Estados Unidos, entre mortos e feridos militares, já houve aproximadamente 500.000 baixas militares desde o seu início.²⁰³ Obviamente, aí não estão incluídas as milhares de mortes de civis, nem tampouco os casos de sevícias sexuais, as mutilações, os sequestros de crianças, o trauma coletivo, ou o gigantesco dano provocado à infraestrutura civil ucraniana.

²⁰³ Fonte: <https://www.nytimes.com/2023/08/18/us/politics/ukraine-russia-war-casualties.html>

Como procurei descrever neste trabalho, os motivos invocados pelo Kremlin para justificar essa guerra não param de pé após um exame mais aprofundado. O « cerco da OTAN » não pode ser visto como uma verdadeira ameaça existencial militar contra a Rússia e o perigo neonazista que existiria na Ucrânia foi grandemente exagerado pelo governo Putin. Certamente, estas justificativas foram eficazes para convencer a maior parte do público russo e muitos no exterior que a « operação militar especial » era necessária, mas a eficácia da propaganda de guerra do Kremlin não deve ser confundida com a realidade dos fatos.

A explicação alternativa para a guerra na Ucrânia que construí ao longo deste texto, desvia a atenção das tensões internacionais e do equilíbrio de forças entre Estados, para a dinâmica interna da sociedade russa, particularmente para as características do seu governo e da ideologia que o habita. Para isso, mostrei como o colapso da União Soviética e o caos social e econômico que lhe seguiu criaram as condições para que um líder autocrático chegasse ao poder e para que uma nova ideologia de Estado se desenvolvesse, em substituição tanto ao socialismo, que estruturou o antigo Estado soviético, como ao liberalismo, que prevaleceu por um breve período nos anos 1990. A análise dessa nova ideologia de Estado identificou como o eurasianismo, uma ideologia nacionalista cujas origens remontam à época do tsarismo, foi retrabalhada, notadamente por Aleksandr Dugin, para servir de base para uma nova visão geopolítica da Rússia no mundo. Uma visão geopolítica que vê a Rússia como um país destinado a reganhar a sua antiga posição de superpotência mundial, sobrepassando inclusive os Estados Unidos, visto como um rival que representa um risco existencial para a Rússia. Vimos também como o Estado russo, inspirado por esse objetivo de voltar à sua grandeza anterior, concebe o seu entorno como um prolongamento de si mesmo, questionando assim a soberania de seus países vizinhos, principalmente daqueles que lhe são semelhantes culturalmente falando. A ideologia do Ruskii Mir, claramente adotada pelo regime Putin, reflete à perfeição essa visão da Rússia como a mãe e o centro de uma civilização que engloba vários países, inclusive a Ucrânia. Mais ainda, este trabalho tentou mostrar o caráter extremamente conservador da ideologia que norteia o Kremlin hoje, uma ideologia que acasalou uma geopolítica expansionista e beligerante com o tradicionalismo reacionário da Igreja Ortodoxa Russa. O exame das políticas internas desse regime, que podemos chamar de autoritário e conservador, não deixa dúvidas que o regime Putin destruiu deliberadamente todos os elementos que devem constituir uma sociedade realmente democrática, incluindo uma imprensa livre, eleições limpas, partidos políticos livres, organizações civis atuantes e a proteção legal e real dos direitos individuais. Ao contrário, o que se viu foi enfraquecimento sistemático da sociedade civil russa, até mesmo com o assassinato e o

encarceramento dos dissidentes políticos. Neste ponto, argumentei que, provavelmente, a ausência de uma oposição eficaz às políticas do Kremlin contribuíram para que a decisão de invadir a Ucrânia fosse tomada. Assim sendo, a estrada que levou a Rússia à guerra foi construída e asfaltada domesticamente por essa ideologia nacionalista grandiloquente e beligerante e pelo deficit democrático produzido pelo seu autoritarismo e conservadorismo. Isto, porém, não quer dizer que cálculos geopolíticos não tenham contribuído para que a invasão da Ucrânia ocorresse, mas quer dizer que eles foram realizados pelo prisma de uma visão de mundo formada por essa nova ideologia de Estado, pois, afinal de contas, geopolíticas são construções ideológicas e não meras avaliações objetivas e científicas da realidade, como os realistas parecem pretender.

Entretanto, e nisso os realistas têm razão, conflitos bélicos rearranjam e modificam objetivamente o equilíbrio de forças entre Estados e também as percepções sobre esse equilíbrio. Sob esse ponto de vista, a guerra na Ucrânia pode ser vista como um sintoma de um fenômeno maior, que seria o rearranjo de um equilíbrio de forças geopolítico que se instalou após o colapso da União Soviética e que, até pouco tempo atrás, ainda prevalecia no mundo. De fato, durante alguns anos, a leitura feita por alguns analistas, sobretudo os americanos, foi que os Estados Unidos, com o fim da Guerra Fria, teriam surgido como a única superpotência mundial. O entusiasmo foi tanto que o americano, Francis Fukuyama, escreveu um livro que se tornou famoso sobre o fim da história devido ao triunfo da ordem liberal no mundo. Essa percepção se impôs durante algum tempo e contribuiu para uma avaliação geopolítica errônea do equilíbrio de forças global e para uma superestimação das possibilidades estadunidenses de « arranjar » o mundo como bem lhe prouvesse. Neste ponto, as claras derrotas no Iraque e no Afeganistão parecem ter arrefecido bastante o *animus dominans* da Casa Branca, para citar o « conceito » de motor da história consagrado por Morgenthau. Claramente, hoje, a política externa estadunidense dá sinais de estar mais concentrada no enfrentamento da candidata a próximo *hegemon* global, a China, do que no desperdício de recursos em aventuras que visem a construção de nações à imagem da terra do Tio Sam (o famoso *nation building*). Em outras palavras, os americanos parecem ter recuado um pouco no seu afã de dominação mundial e isto certamente não passou despercebido para os outros tubarões que nadam nas águas turvas da política internacional.

A decisão russa de invadir a Ucrânia pode ter sido tomada, em parte, por uma reavaliação da força dos Estados Unidos, e conseqüentemente da OTAN, no mundo. O cálculo de Putin talvez tenha sido baseado na crença de que a Ucrânia jamais foi suficientemente importante, de um ponto de vista estratégico, para os Estados Unidos, e que, estes, escaldados pela recente derrota no

Afeganistão, não teriam nem o interesse nem a determinação para liderar uma reação forte contra o seu regime. Além disso, a forte aliança formada entre Moscou e Pequim, logo antes da invasão, também pode ter contribuído para que Kremlin decidisse ir adiante com os planos de retomar o controle da Ucrânia para transformá-la num Estado vassalo, uma parte dócil do grande *Russkii Mir*. Caso isto tenha sido realmente o caso, Putin tinha razão de assim pensar, pois a anexação da Crimeia não provocou nenhuma reação forte, tanto da parte dos Estados Unidos, como por parte dos países da OTAN. Portanto, o que se seguiu após a invasão deve ter sido uma surpresa para o regime de Putin, que, aparentemente, esperava uma reação bem mais morna de Washington e de Bruxelas. Obviamente, não foi o caso. Houve um erro de cálculo. Um erro de cálculo que já custou à Rússia a morte de dezenas de milhares de soldados, um isolamento mundial parcial e gastos altíssimos no uso e aquisição de equipamentos bélicos.

Entretanto, e apesar de uma reação bem mais forte do que aquela esperada pelo Kremlin, a invasão da Ucrânia assinala uma crise numa ordem internacional estável que havia perdurado até o dia 22 de fevereiro de 2022. As férias que a Europa tinha tirado da história acabaram e a guerra voltou a fazer parte da realidade do Ocidente, quer dizer, dentro do Ocidente. Uma nova ordem mundial se desenha no horizonte, uma ordem onde a *Pax Americana* não reinará mais incontestemente. Isto parece ser música para os ouvidos de muitos, que veem a decadência americana como o início de uma ordem mundial multipolar. O próprio Putin, por exemplo, cansou-se de apregoar a necessidade de uma estrutura internacional multipolar, não unilateral, que ele considera « democrática ». Contudo, até o momento, tudo o que se viu dessa nova « ordem multipolar » foi a guerra, a violência e o desprezo pelas leis internacionais. Se a ordem mundial onde um *hegemon* se comportava como se tudo lhe fosse permitido já era muito ruim, as dores do parto daquilo que poderá substituí-la parecem anunciar o nascimento de um monstro que não trará nem paz nem estabilidade ao mundo. De fato, a ruptura da ordem mundial que perdurou até bem pouco tempo só produziu, até o momento, indícios do desabrochar de uma nova era de violência hobbesiana, onde várias potências brigarão pela hegemonia mundial ou por uma hegemonia regional. Portanto, hoje, não há motivos para que aqueles que desejam um mundo pacífico e justo celebrem esse novo equilíbrio de forças mundial. Um mundo sem um *hegemon* prepotente é, a priori, um mundo melhor. Porém, se esse novo mundo apenas cria as condições para a multiplicação de lutas regionais e mundiais resultantes de um vácuo de poder que libera os apetites de dominação de certos países, então nada muda para melhor. Não há *hegemon* bom e *hegemon* ruim. Creio ser uma ingenuidade achar que um mundo onde os Estados Unidos seriam substituídos pela China, ou pela Rússia, como

o mandachuva global seria necessariamente melhor do que aquele que temos hoje. Pelo contrário, poderia até ser pior. Quem em sã consciência poderia torcer para que um país onde a ideologia do Nacional Bolchevismo de Dugin impera se converta num império todo poderoso? Alguém que valoriza a democracia poderia ver sem apreensão a China do « imperador » Xi Jinping dar as cartas no mundo? Aqueles que dão valor à igualdade gênero poderiam ver como positiva a expansão no mundo das ideias machistas apregoadas pelos aiatolás iranianos e pelos salafistas sauditas?

Não. Nada disso contribuirá para que tenhamos um mundo menos ruim do que já está. É um equívoco « torcer » para que um *hegemon* seja substituído por um outro, ou outros. O que deve ser mudado é uma estrutura de poder internacional que beneficia alguns países e alija do processo decisório a esmagadora maioria dos outros. Lutar por um mundo melhor, então, significaria tentar construir e defender uma ordem mundial democrática e pacífica.

Democrática porque permitiria que mesmo os pequenos países tenham voz e voto efetivos nas instituições internacionais, o que não é possível hoje, onde o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, é controlado por cinco Estados que têm o privilégio de vetar resoluções que não lhes convêm. Nesse sentido, deveríamos ir muito além da transição de um mundo unipolar para um mundo « oligopolar », onde Estados Unidos, China, Rússia e talvez alguns outros países teriam poderes semelhantes.

Pacífica porque impediria a eclosão de conflitos bélicos através do respeito de todos pelo direito internacional em todos os seus aspectos, pois, sem esse respeito, o que chamamos de mundo civilizado acaba e adentramos um período de violência onde tudo pode acontecer. Foi exatamente isso o que ocorreu quando a Rússia invadiu a Ucrânia, desrespeitando a Carta das Nações Unidas e os próprios acordos e tratados assinados com a Ucrânia. No entanto, uma parte da esquerda internacional, reagiu a esse fato muto grave como se ele fosse algo positivo.

8.2 A guerra e as esquerdas num mundo globalizado

Efetivamente, setores da esquerda escolheram « torcer » pela Rússia de Putin como se ela fosse, ou ainda fosse, a representante, ou uma das representantes, do socialismo e do progressismo no mundo, algo que não faz sentido algum. Como tentei demonstrar acima, a ideologia que anima o Estado russo hoje é profundamente conservadora e até mesmo imperialista, nada tendo em comum com aquilo que a esquerda, ou, pelo menos, a esquerda democrática, deseja para o mundo. Esses setores da esquerda parecem ter visto, acertadamente, a invasão da Ucrânia como um desafio à

ordem mundial que privilegia o mundo ocidental e, conseqüentemente, saudaram a invasão como uma espécie de reviravolta que conduziria a um « mundo multipolar ». Entretanto, erraram feio ao não ver que um mundo verdadeiramente « multipolar » jamais será construído com bombas e balas, mas sim, como disse acima, com a democratização das instituições internacionais e com a paz e o direito de todos garantidos por normas e leis internacionais universalmente respeitadas. O mundo hobbesiano das guerras é um mundo onde os peixes grandes devoram os pequenos (a Ucrânia que o diga) e não o ambiente onde grandes e pequenos podem colaborar e se desenvolver em paz.

Evidentemente, para os realistas, os herdeiros de Morgenthau, tudo isto não passa de histórias da carochinha para o consumo de ingênuos e, como a esquerda parece não ter uma teoria das relações internacionais própria, muitos foram seduzidos pelas explicações de Mearsheimer sobre a guerra na Ucrânia. Mas para aqueles que não acreditam que a história está fadada a ser guiada apenas pelo *animus dominans* dos homo sapiens concebidos como predadores incorrigíveis de si mesmos, existiria a possibilidade, mesmo que difícil, de se obrar por um mundo mais justo e pacífico.

Para que isto seja possível, é necessário rejeitar a concepção de um mundo condenado a estar dividido por valores e interesses irreconciliáveis. É preciso rejeitar o mundo do Choque de Civilizações de Huntington, Dugin, Mersheimer e aiatolás de todos os tipos e entrever a possibilidade de um mundo onde certos valores são aceitos por todos, ou pelos menos pela grande maioria. Se a Declaração Universal dos Direitos Humanos for vista apenas como a Declaração Ocidental dos Direitos Humanos jamais chegaremos lá. Houve um tempo em que a esquerda se via como herdeira do iluminismo, de uma razão válida internacionalmente, e não hesitava a propor soluções universais para os problemas globais. Após a queda do Muro de Berlim, a ideologia neoliberal tentou vestir a camisa do universalismo, mas os resultados práticos de suas políticas mostraram que uma ideologia que promove a desigualdade não pode ter aceitação universal. Por outro lado, a crítica pós-moderna da razão iluminista constituiu-se numa séria adversária a qualquer pretensão a universalismo, sejam ele epistemológico ou político.

O problema é que o mundo é um só e que os seus problemas são os problemas de todos e não apenas de alguns. A crise climática, por exemplo, é uma crise global e não apenas a crise da África ou da Ásia. A ciência por trás do efeito estufa e das suas conseqüências globais duradouras é válida para todos os países e não somente para os países ocidentais, onde ela foi majoritariamente concebida. As pesquisas e equações matemáticas que demonstram a urgência em diminuir as emissões globais de dióxido de carbono valem tanto para o Japão como para a Argentina, mesmo se,

é óbvio, os esforços maiores para essa redução devem vir dos países mais ricos. Mais ainda, um mundo cada vez mais globalizado precisa de normas de convivência aceitas universalmente. Não há nenhuma sociedade que consiga existir em paz sem um *modus vivendi* minimamente consensual. E um *modus vivendi* minimamente consensual precisa estar alicerçado em normas e valores comuns. Como bem disse o meu professor de Introdução à Antropologia, lá nos idos de 1973. « Se você não sabe se o seu vizinho, quando lhe encontrar, lhe dirá bom dia ou lhe dará um murro na cara, viver em sociedade torna-se impossível ». Metaforicamente falando, um « murro na cara » foi o que a Rússia fez com a Ucrânia, foi o que os Estados Unidos fizeram com o Iraque e com tantos outros países. E cada vez que isto é feito, promove-se uma desordem hobbesiana no mundo que leva à violência e ao desrespeito da vida humana.

À medida que o nosso planeta se torna cada vez mais globalizado e que problemas inéditos e gravíssimos passam a exigir soluções globais, sente-se a necessidade premente de alguma espécie de governança mundial. Quais serão as características dessa governança? Em que valores será baseada?

Para a extrema direita conservadora, que vê o mundo dividido em civilizações estanques, a globalização é um mal quase « satânico » e as instituições internacionais, que retiram parte da soberania dos países, servem para enfraquecer as nações e submetê-las aos desígnios de alguma espécie de cabala urdida contra as suas especificidades políticas e culturais. Esta é a visão de Dugin/Putin, do Regimento Azov e da extrema direita europeia, hostil à « ditadura de Bruxelas », que obriga os países, por exemplo, a receber cotas de refugiados (um perigo para a Europa cristã!) e a respeitar normas ambientais (o aquecimento global é uma balela!). Fora da Europa, o bolsonarismo é uma das expressões dessa maneira de pensar profundamente conservadora, antiglobalista, xenófoba e até mesmo anticientífica. A proximidade de Bolsonaro com Orban, de Orban com Putin, de Putin com Trump e de Trump com Bolsonaro é muito eloquente nesse sentido.

Os neoliberais, ou ultraliberais, não veem o mundo dividido em civilizações estanques nem são necessariamente conservadores, mas insistem no livre-comércio e no enfraquecimento das funções reguladoras do Estado como o único caminho para a democracia e o desenvolvimento. Como são contra o Estado regulador, o são mais ainda contra instituições internacionais reguladoras, a não ser quando estas sirvam para promover a abertura dos mercados nacionais ao grande capital norte-americano ou europeu. Nesse sentido, eles defendem de fato uma homogeneização cultural do mundo, pelo menos no diz respeito à economia. Este aspecto estritamente econômico do globalismo neoliberal pode ser aceito pela extrema direita, daí a expressão tão ouvida « sou liberal na economia e conservador nos costumes ». A extrema direita e o neoliberalismo podem coexistir sem problemas.

O que a extrema direita não admite na globalização crescente do mundo é o desafio que as exigências crescentes em termos de direitos humanos impõem aos estilos autoritários de governar.

Uma parte da esquerda, digamos, « tradicional » parece ter uma visão de mundo que parou na época da Guerra Fria e concebe a luta contra o *hegemon* estadunidense como a essência de uma postura progressista internacional. Por isso mesmo, tende a considerar de maneira positiva todos os países que, de alguma maneira, se opõem à hegemonia americana no mundo, mesmo que sejam ditaduras confirmadas. Sem surpresa, reagiu positivamente à guerra na Ucrânia e a enxerga como o vestíbulo, ou um dos vestíbulos, de uma nova era « multipolar ». Uma certa visão conspiratória do mundo, onde tudo parece acontecer segundo a vontade do grande *hegemon*, parece contribuir para isso. Epistemologicamente, tende a alinhar-se, sem saber, à escola realista das relações internacionais, que ignora a dinâmica internas dos países nas suas análises e, mais importante ainda, evacua a dimensão normativa, ou humanista, da sua maneira de pensar. Este segmento da esquerda parece estar cego para a contradição de querer ser progressista e alinhar-se a uma visão de mundo niilista e conservadora. O humanismo, a valorização da vida humana, também parece estar enfraquecido nessa parte da esquerda, que tende a querer justificar a violência para que o mundo avance na « direção certa ».

A esquerda que poderíamos adjetivar como pós-moderna prima pela aceitação e promoção dos direitos específicos das minorias, rompendo assim com a antiga postura da esquerda marxista clássica, que considerava a revolução socialista quase como uma panaceia para todos os males da sociedade. Esse reconhecimento da especificidade de certas pautas identitárias é extremamente salutar, mas ele é acompanhado pela rejeição do humanismo e da razão universal, uma herança da crítica pós-moderna e pós-estruturalista do iluminismo. Com isto, projetos políticos com pretensões universalistas e humanistas, como pode ser o socialismo democrático, encontram dificuldades de conciliação e articulação teórica com as reivindicações específicas de certos grupos, pois o universalismo é visto com desconfiança por aqueles que denunciam o caráter redutor, e até mesmo opressivo, do universalismo da razão iluminista. No que diz respeito àquilo que estou discutindo aqui, isto é, a necessidade da construção de um *modus vivendi* (que pode ser uma ordem mundial ou uma ordem interna) baseado em valores compartilhados, as especificidades de certas pautas identitárias podem ser vistas como irreconciliáveis com uma visão política que pressupõe a existência de uma humanidade comum universal. Isto porque o próprio humanismo é considerado dentro dessa perspectiva pós-moderna como uma construção teórica essencialista, que carrega no seu bojo o eurocentrismo, o falocentrismo e outros ismos mais. Exatamente por isso, a esquerda de

inspiração pós-moderna tende a seccionar as lutas sociais de acordo com a especificidade de cada uma delas, em vez de agregá-las numa luta só. Dentro dessa perspectiva, parece que a tendência é acreditar que não haveria uma síntese histórica que poderia levar a uma conciliação dos interesses múltiplos que se entrecrocavam dentro de uma sociedade, e, assim, estaríamos talvez fadados a viver numa espécie de ambiente hobbesiano permanente, refratário a qualquer síntese unificadora. A ausência de uma síntese histórica não seria um problema em si mesma, mas acreditar na impossibilidade de uma normatividade compartilhada, baseada numa humanidade comum, levaria a um relativismo moral incapaz de alicerçar valores comuns ou universais. Até mesmo o projeto de uma democracia radical não poderia prescindir da noção de uma sociedade que opera com base em uma cultura e em valores comuns, que devem constituir a própria base que possibilita a existência mesma da democracia.²⁰⁴

Neste ponto, devemos lembrar que o atrativo da esquerda que não se baseou na crítica do iluminismo e que, ao contrário, se considerava como herdeira do iluminismo, foi justamente o seu universalismo. Foi esse caráter universalista e internacionalista que a fez se propagar pelo mundo inteiro, indiferentemente de questões culturais e civilizacionais. O marxismo foi, por um bom tempo, uma teoria guarda-chuva, onde todas as reivindicações sociais podiam encontrar abrigo, independentemente do seu continente ou país de origem. Esse sucesso foi tão grande que o internacionalismo marxista chegou a ser comparado a uma religião secular, ou a um milenarismo secular por sua teleologia historicista.²⁰⁵

A debacle política provocada pela queda do Muro de Berlim e o surgimento de formas particularistas de se pensar as desigualdades sociais provocaram uma crise teórica dentro da esquerda que até agora não foi sanada. Parece existir um vácuo teórico e uma busca por novas ideias para alicerçar mais solidamente os projetos políticos da esquerda (socialismo do século XXI, ecossocialismo, interseccionalismo, etc., etc.). A sensação é de que a esquerda procura uma nova espécie de novo « socialismo científico », de uma nova teoria robusta para pisar em chão firme. Uma teoria, aliás, não só robusta como também holística na sua ambição de explicar a sociedade em sua totalidade. Mas a pergunta que faço é: isto é realmente necessário? Ideologias políticas precisam de uma base teórica ou científica para existir e servir de base articuladora de toda uma vida política e social? Talvez não necessariamente. No século XVIII, por exemplo, um tal de Thomas Jefferson

204 Há uma discussão teórica de suma importância que deveria ter tratada aqui, mas que só poderá ser, talvez, o tema de um outro texto específico. Trata-se de como conceber teoricamente a radicalização da democracia. Jürgen Habermas, Alex Honneth e Chantal Mouffe seriam alguns dos autores que teríamos que analisar e discutir. Não há espaço suficiente aqui para isto.

205 Refiro-me a *L'Opium des intellectuels* de Raymond Aron, publicado em 1955

escreveu que: « *Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade* », e o resto foi história.²⁰⁶ Sabe-se muito bem que as « verdades autoevidentes » citadas por Jefferson não são verdades embasadas na ciência e muito menos « autoevidentes ». Por isso mesmo, elas foram declaradas como « autoevidentes », evacuando assim qualquer a necessidade de prová-las ou firmá-las em solo pétreo. No entanto, a ideologia do liberalismo político teve êxito notório e se propagou pelo mundo articulando a organização social de muitos países, sem jamais ter necessidade de passar pelo crivo da lógica ou da ciência. As grandes religiões mundias, as maiores geradoras de civilizações do nosso planeta, tampouco se submetem ao escrutínio de teorias ou ao crivo de fatos científicos e, não obstante, continuam a ser a base da vida social e cultural da maioria da população mundial.

Creio que a esquerda pode sobreviver e até mesmo prosperar baseando as suas lutas em valores, sem que seja necessária uma teoria bem-acabada da sociedade que articule com sucesso um sem fim de reivindicações num todo homogêneo e lógico. Para isto, bastaria que ela tomasse como base o humanismo, que sempre lhe foi implícito, que se expressa na defesa dos direitos humanos e na afirmação da democracia como a forma de organização política que possibilita que esses direitos prosperem. Evidentemente, isto é absolutamente fundamental, mas não é tudo. Além disto, a esquerda sempre tem de insistir na luta contra as desigualdades sociais (a base do socialismo), algo que sempre a caracterizou e que a distingue do liberalismo, do neoliberalismo e da extrema direita. A defesa do meio ambiente, que, por motivos óbvios, não foi integrada a nenhuma ideologia formada no século XIX, agora não pode mais estar ausente de uma pauta política progressista. Neste ponto, a esquerda se apega à ciência e à razão iluminista ao defender a ciência contra o negacionismo climático. Também o faz ao combater o racismo, algo que contradiz tudo o que a antropologia e a biologia sabem sobre a evolução da vida humana. O combate aos obscurantismos de todo tipo (movimento antivacina, terraplanismo, teorias conspiratórias, etc, etc.) também devem fazer parte desse apego à razão iluminista. A defesa de uma ordem mundial pacífica, baseada no direito internacional e na democratização das instituições supraestatais, também precisa ser parte integrante de uma perspectiva progressista defendida pela esquerda.

Armada dessa bagagem humanista, socialista e iluminista a esquerda conservaria o seu universalismo, se distinguiria de ideologias políticas rivais, continuaria a ser herdeira do iluminismo e modernizaria o seu leque de reivindicações sem ter de construir uma nova « superteoria » holística

²⁰⁶ Sabe-se que foi Thomas Jefferson quem redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, mesmo se algumas modificações foram introduzidas por outras pessoas

da sociedade que lhe sirva de base. Isto seria o suficiente para alicerçar a luta pelos direitos humanos, pelo aprofundamento da democracia, pela defesa do meio ambiente, pela paz baseada em valores humanos comuns, contra o racismo, pelos direitos de minorias e por um mundo menos desigual, só para ficar nas pautas mais evidentes. Com certeza, a promoção destas pautas e dos princípios normativos que lhe estão associados já contribuiria para formar as bases do que poderíamos chamar de « governança progressista », a base de um « *modus vivendi* civilizatório », baseado na paz, na justiça, na igualdade de direitos e oportunidades, no combate às desigualdades e na solidariedade. Em suma, a esquerda existiu antes da grande teoria de Marx e continuará existindo após ela²⁰⁷, desde que continue fiel aos valores humanistas que a nortearam e que sempre estiveram implícitos no interesse emancipador da busca por um mundo mais justo.²⁰⁸

No diz respeito à guerra na Ucrânia, quando penso nela dentro da perspectiva que tentei descrever acima, constato que ela constitui uma grave violação do direito internacional realizada por um regime de extrema direita que promove a guerra e o conflito entre civilizações, ataca a democracia e viola direitos humanos. Constato, ainda, que essa guerra foi justificada por falsidades e exagerações que só puderam prosperar na ausência de uma imprensa livre e que a repressão à oposição russa e a consequente falta de democracia muito contribuíram para que ela pudesse ocorrer. Em suma, as ações do governo Putin são completamente exógenas aos valores e princípios normativos fundamentais que deveriam nortear, no meu entendimento, uma postura « de esquerda » ou progressista. Foi isto que me motivou a escrever este texto.

9 – Referências bibliográficas e documentais

9.1 Livros e artigos

Allensworth, W., 1998, *The Russian Question – Nationalism Modernization and Post-Communism Russia*, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., Lanham,

207 Teorias neomarxistas e pós-marxistas, sem escatologia ou teleologia, abundam hoje, mas isso é assunto para outra discussão.

208 Por interesse emancipador eu me refiro ao interesse implícito nas teorias críticas da sociedade, segundo Habermas. Habermas, J., 1971, *Knowledge and Human Interests*, Boston

Ananicz, Andrzej – Embaixador polonês aposentado, texto publicado no web site do Grupo de Visegrád – www.visegradgroup.eu

Archibugi, D. , 2004, *Cosmopolitan Democracy and its Critics: A Review*, *European Journal of Interntional Relations*, Vol 10(3), pp. 437-473

Aron, R., 1955, *L'Opium des insellectuels*, Paris. Calmann-Lévy

Banka, A., 2019 – *The Breakaways: A Retrospective on the Baltic Road to NATO* – <https://warontherocks.com>

Bassin, M., *Eurasianism « Classical » and « Neo »: The Lines of Continuity*

Bukkvoll, Tor, 2016, *Why Putin Went to War: Ideology, Interests and Decision Making in the Russian use of force in Crimea and Donbas*, Norwegian Defence Research Establishment (FFI)

Callinicos, A., 2007, *Does capitalism need the state system?*, *Cambridge Review of International Affairs*, Volume 20, Number, 4, pp. 533-549

Cox, W. Robert, 1983, *Gramsci, Hegemony, and Internacioanl Relations*, *Millenium Journal of Interntional Studies*, Vol 12, No 2, pp. 215-225

De Benoist, A. , 2011, *The Problem of Democracy*, London, Arktos

Davenport, A., 2011, *Marxism in IR: Condemned to a Realist fate?*, *European Journal of International Relations*, 19 (1)

Dickinson, Peter, 2020 – *How Ukraine's Orange Revolution shaped twenty-first century geopolitics* – <https://www.atlanticcouncil.org>

Domanska, Maria, 2019, *The Myth of the Great Patriotic War as a tool of the Kremlin's great power policy*, OSW Commentary, Number 316)

Dugin, A., 1997, *The Foundations of Geopolitics : The Geopolitical Future of Russia*, Arktogeija

Dugin, A. , 2012, *The Fourth Political Theory*, London, Arktos

Ersen, E., 2005, *The Rise of Geopolitics in Russia in the Post-Cold War Period*, *Turkish Review of Eurasian Studies*

Gel'man, V., 2007, *The Transformation of Russia's Party System*, *Russian Analytical Digest* 19/07

Gel'man, V., 2008, 'Party Politics in Russia: From Competition to Hierarchy', *Europe-Asia Studies*, 60:6, 913 — 930

- Goodin, D. K. , 2021, *The Rise of the Third Rome: Russkii Mir and the Rebirth of Christendom*, Journal of the Council for Research on Religion, Montreal- Quebec, Vol. 2, no 2 (Spring/Summer 2021): 71-88
- Gorbachev, M., 1987, *Perestroika: New Thinking for Our Country and the World*, London, Collins
- Guénon, R. , 1927, *La Crise du monde moderne*, RFB
- Haass, R. N., 1997, *Enlarging Nato: A questionable Idea Whose Time Has Come* – <https://www.brookings.edu/research/enlarging-nato-a-questionable-idea-whose-time-has-come/>
- Habermas, J. , 1971, *Knowledge and Human Interests*, Boston
- Hardt, M. et Negri, A. , 2000, *Empire*, Paris, Exils
- Huntington, S., 1996, *The Clash of Civilizations*, Simon & Schuster Paperbacks, New York
- Keucheyan, R. , 2017, *Alain de Benoist, du néofascisme à l'extrême droite « respectable »*, Revue du Crieur, 2017, (No 6), pp. 128-143
- Kolossov, V. e Turovsky, R., *Russian Geopolitics at the Fin-de-siecle*, in Geopolitics, June 2001
- Kozyrev, A., *Russia a Chance for Survival*, Foreign Affairs, Vol 71, No. 2
- Laruelle, M., 2008, *Russian Eurasianism – An Ideology of Empire*, The John Hopkins University Press
- Laruelle, M., 2015, *The « Russian World » - Russia's Soft Power and Geopolitical Imagination, Center on Global Interests* , Washington
- Lenin, V. I., 1963, *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*, Progress Publishers
- Lenin, V. I., 1977, *Lenin Collected Works*, Progress Publishers, Moscow, Volume 19
- Likhachev, V., 2016, *The Far Right in the Conflict between Russia and Ukraine*
- Likhachev, V., 2018, *Democracy Study Centre 2018 Lecture*, www.youtube.com
- Liverant, Y. , 2009, *The Prophet of the New Russian Empire*, Azrure, No. 35, Winter 5769/2009
- Marchetti, R., 2006, *Global Governance or World Federation? A Cosmopolitan Dispute on Institutional Models*, Global Society, 20(3), pp. 287-305
- Mearsheimer J.J., 2001, *The Tragedy of Great Powers Politics*, New York, W.W. Norton & Company
- Minic, D., “*Russia's Invasion of Ukraine: A Political-Strategic Break?*”, Russie.Nei.Visions, No. 126, Ifri, May 2022

Morgenthau, J. H., 1949, *Politics Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, New York, Alfred A. Knopf

Nonjon, Adrien, 2017, *L'Ukraine d'Azov : représentations géopolitiques et stratégie de propagande d'un régiment ultranationaliste ukrainien*, Mémoire de Master 1, Université Paris 8

Pozo-Martin, G. ,2006, *A tougher Gordian knot: globalization, imperialism and the problem of the state*, *Cambridge Review of International Affairs*, 19:2)

Pozo-Martin, 2014, « *What is playing out itself out in Ukraine now is the clash of two opposed imperial agendas*, <https://www.internationalviewpoint.org>

Pynnoniemi, Katri, 2016, *The Metanarratives of Russian Strategic Deception*, p. 82, in *Fog oof Falsehood – Russian Strategy of Deception and the Conflit in Ukraine*, Pynnoniemi, K. e Rácz, A. (eds), 2016

Rosenberg, J., 2008, *Anarchy in the mirror of 'uneven and combined development': An open letter to Kenneth Waltz*

Russel, M., 2022, « *Foreign agents « and « undesirables » - Russia civil society in danger of extinction?*, EPRS European Parliament Research Service

Sharafutdinova, Gulnaz, 2020, *The Red Mirror – Putin's Leadership and Russia's Insecure Identity*, Oxford University Press

Singer, P., *One World: The Ethics of Globalisation*, New Haven, Yale University Press

Smith, D.J., Lane, T. Pabriks, A., 2002, *The Baltic States: Estonia, Latvia and Lithuania* , Google Books

Smith, N. R. & Dawson, G. , 2022, *Mearsheimer, Realism, and the Ukraine War*, *Analyse & Kritik*; 44 (2)

Snyder, Timothy, 2014, *Far-Right Forces are Influencing Russia's Actions in Crimea -* <https://newrepublic.com/article/117048/far-right-forces-are-influencing-russias-actions-crimea>

Soral, A. , 2012, *Why we should read Alexander Dugin*, in *The Fourth Political Theory*

Stalin J., 1929, *The National Question and Leninism*, International Publishers, New York

Steele, B. J., 2008, *Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State*, Abingdom: Routledge

Talbott, S. 2003, *The Russia Hand: A Memoir of Presidential Diplomacy*, Random House, New York

Torbakov, Igor « ' Middle Continent' or ' Island Russia,: Eurasianist Legacy and Vadim Tsymburskii's Revisionist Geopolitics », in » *Cultural and Political Imaginaries in Putin's Russia*, Ed, by Nikklas Bernsand and Barbara Törrnquist-Pleva

Umland, A. e Shekhovtsov, A., 2013, *Ultraright Party Politics in Post-Soviet Ukraine and the Puzzle of the Electoral Marginalisation of Ukrainian Nationalists in 1991-2009*, in *Russian Politics and Law*, vol 51, no 5, September-October 2013

Umland, A. ,2007, *Post-Soviet « Uncivil Society » and the Rise of Aleksandr Dugin – A Case Study of the Extraparliamentary Radical Right in Contemporary Russia*, PhD Thesis, Cambridge University

Umland, A., *The Far Right in Pre- and Post-Euromaidan Ukraine; From Ultra-Nationalist Party Política do Ethno-Centric Uncivil Society*, in *Demokratizasiya – The Journal of Post-Soviet Democratization* 28:2 (Spring 2020) pp. 247-268

Van Herpes, Marcel H., 2014, *Putin's Wars – The Rise of Russia's New Imperialism*

Waltz, K. N. , 1979, *Theory of International Politics*, New York, Random House

9.2 Fontes documentais e jornais

Dados sobre o primeiro censo soviético:

<https://blogs.lse.ac.uk/lseih/2020/07/01/there-is-no-ukraine-fact-checking-the-kremlins-version-of-ukrainian-history/>

Dados sobre fraudes eleitorais na Rússia:

<https://www.russian-election-monitor.org/levels-of-electoral-fraud-in-the-russian-regions.html>

Dados sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia:

Report on the Human Rights Situation in Ukraine – 1 February to 31 July, 2023, – United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner

Report on the Human Rights Situation in Ukraine – 1 August to 31 January, 2023, – United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner

<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/10/ukraine-russian-attacks-on-critical-energy-infrastructure-amount-to-war-crimes/>

<https://www.hrw.org/news/2022/12/06/ukraine-russian-attacks-energy-grid-threaten-civilian>

<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/03/everything-is-on-fire-one-month-since-the-russian-invasion-of-ukraine/>

<https://www.ohchr.org/en/statements/2022/07/ukraine-high-commissioner-updates-human-rights-council>

<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/12/un-report-details-summary-executions-civilians-russian-troops-northern>

https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-03/HRMMU_Update_2022-03-26_EN.pdf

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights – Report on the human rights situation in Ukraine – 15 May 2014

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights – Report on the human rights situation in Ukraine – 15 May 2016

Dados sobre perseguições contra os opositores da guerra :

<https://data.ovd.info/persecution-anti-war-movement-report-september-2023#3>

Dados sobre o sistema jurídico, leis e estatísticas sobre vereditos na Rússia:

<https://www.opendemocracy.net/en/odr/state-society-and-individual-in-russian-courtroom/>
<https://www.statista.com/statistics/1142848/number-of-political-prisoners-in-russia-by-type/>
<https://assembly.coe.int/LifeRay/JUR/Pdf/TextesProvisoires/2022/20220524-RussianPoliticalPrisoners-EN.pdf>
<https://en.ovdinfo.org/>

Dados sobre reformas democráticas na Ucrânia:

European Commission – Association Implementation Report on Ukraine, 2018

Dados sobre a modernização militar da Rússia:

<https://theconversation.com/how-the-russian-military-remade-itself-into-a-modern-efficient-and-deadly-fighting-machine-178014>

Dados sobre armamentos:

Center for Arms Control and Non-Proliferation – armscontrolcenter.org
https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_111767.htm#c101
<https://www.armscontrol.org/act/2015-04/news-briefs/russia-completes-cfe-treaty-suspension>
https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR2400/RR2402/RAND_RR2402.pdf
<https://www.armscontrol.org/act/2015-04/news-briefs/russia-completes-cfe-treaty-suspension>

Documentos sobre a conversa entre Gorbachov e Baker e a adesão de países à OTAN:

<https://nsarchive.gwu.edu> Fundação Gorbachov, *Record of Conversation between Mikhail Gorbachev and James Baker*

<https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early>

<https://nsarchive.gwu.edu> Memorandum of Conversation, Friday, February 9, 1990, Participants: Secretary Baker, President Gorbachev, Edward Shevardnadze, Place: Kremlin

<https://www.rbth.com>

<https://nsarchive.gwu.edu> Memorandum, United States Department of State – James F. Dobbins

IMT, 2022, *The Ukrainian war: An international class position* – IMT Statement, online

Resoluções da ONU:

<https://news.un.org/en/story/2022/10/1129492>

<https://news.un.org/en/story/2023/02/1133847>

Al Jazeera:

<https://www.aljazeera.com/news/2022/3/3/unga-resolution-against-ukraine-invasion-full-text>

Meduza (revista online):

<https://meduza.io/en/feature/2020/04/06/russia-sholy-men>

NBC:

<https://www.nbcnews.com/storyline/ukraine-crisis/russian-official-says-russia-has-no-intention-invading-ukraine-n66826>

Newsweek:

<https://www.newsweek.com/russia-priest-patriarch-kirill-mobilization-putin-death-ukraine-1745616>

Patriarca Kirill – declarações:

<https://doc-catho.la-croix.com/6-mars-2022-Declaration-patriarche-Kirill-terme-Divine-liturgie-2022-03-18-1201205674>

<https://aleteia.org/2022/09/27/patriarch-kirill-says-russian-soldiers-who-die-in-ukraine-have-sins-washed-away/>

The Guardian:

<https://www.theguardian.com/world/2022/sep/30/ukraine-applies-for-nato-membership-after-russia-annexes-territory>

The New York Times :

<https://www.nytimes.com/2023/08/18/us/politics/ukraine-russia-war-casualties.html>

Tratados internacionais:

<https://treaties.un.org>

The Independent:

<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/russia-justice-system-low-acquittal-rate-uk-crown-court-a8935016.html>

The Moscow Times:

<https://www.themoscowtimes.com/2016/04/05/russian-prime-minister-ukraine-has-no-industry-or-state-a52385>

<https://www.themoscowtimes.com/2021/10/27/russia-rights-group-sees-political-prisoners-soar-a75427>

The Spectator:

[https://www.spectator.co.uk/article/full-text-putin-s-declaration-of-war-on-ukraine/.](https://www.spectator.co.uk/article/full-text-putin-s-declaration-of-war-on-ukraine/)

Vladimir Putin: artigos, discursos:

<http://en.kremlin.ru/supplement/5770>

<http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>

<http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>

<http://en.kremlin.ru/DDoS01/3a445400/events/president/transcripts/24034>

<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/69465>

<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts>. Putin Discurso de Munique 2007

<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts> Discurso de Putin de 24 de fevereiro de 2022

<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/69465>